

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

JOANA CRUZ DE SIMONI

**SITUAÇÕES DE INTERFACE E CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO:
GRUPOS DE AGROECOLOGIA, AGRICULTORES E UNIVERSIDADE**

**Porto Alegre
2014**

JOANA CRUZ DE SIMONI

**SITUAÇÕES DE INTERFACE E CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO:
GRUPOS DE AGROECOLOGIA, AGRICULTORES E UNIVERSIDADE**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Kessler Dal Soglio

Série PGDR – Dissertação nº 183

Porto Alegre

2014

CIP - Catalogação na Publicação

Simoni, Joana Cruz de
Situações de interface e construção do conhecimento
: grupos de agroecologia, agricultores e
universidade / Joana Cruz de Simoni. -- 2014.
145 f.

Orientador: Fábio Kessler Dal Soglio.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural,
Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. Agroecologia. 2. Construção do conhecimento. 3.
Interfaces. 4. Universidade. I. Dal Soglio, Fábio
Kessler, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

JOANA CRUZ DE SIMONI

**SITUAÇÕES DE INTERFACE E CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO:
GRUPOS DE AGROECOLOGIA, AGRICULTORES E UNIVERSIDADE**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 10 de julho de 2014.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Fábio Kessler Dal Soglio – Orientador

Profa. Dra. Flávia Charão Marques

PGDR/AGRO/UFRGS

Profa. Dra. Rumi Regina Kubo

PGDR/DERI/UFRGS

Dr. Décio Souza Cotrim

EMATER/RS

AGRADECIMENTOS

Por mais individual que seja a construção de uma pesquisa de mestrado, ela jamais seria possível sem o apoio, direto ou indireto, que recebemos durante este caminho. Assim, são muitas as pessoas e coisas que estão, de certa forma, impressos nestas linhas.

Agradeço à minha mãe, por toda a orientação na vida e pela co-orientação informal neste trabalho. Certamente seu apoio e amor incondicional facilitaram muito esse processo. Você é incrível! Ao meu pai que, mesmo não estando neste mundo, tem também essa capacidade de me orientar e me acompanhar em tantos momentos da minha vida.

Aos meus irmãos, por serem sempre tão queridos e me ensinarem tanto e de tantas formas. À Elisa, por ser uma irmã-amiga e ter trazido ao mundo o pequeno Caetano, que tantas vezes iluminou meus dias de trabalho.

Ao Bruno, meu amor, por tantas e tantas ajudas, pelo companheirismo e pela paciência.

Aos meus amigos de sempre para sempre: Fernanda, Julia, Naná, Natália, Carol, Karen, Tchein, Bicicleta, Saulo, Zazá, Laila, Lívia, Thayná e tantos outros que cruzaram meu caminho... Amo vocês!

Ao pessoal do MAE por tudo que aprendi e vivi ali. À Mônica Cox, por ter colaborado com esse projeto com tanto carinho! A todos os agricultores e agricultoras, que colaboraram direta ou indiretamente (todos!) com a pesquisa e aos aprendizes da Agroecologia, meu sincero e emocionado obrigada.

Ao meu orientador, Fabio, pela colaboração, gentileza e por acreditar neste trabalho. Ao CNPq pela necessária ajuda financeira.

Por fim, agradeço aos amigos do mestrado, por terem feito Porto Alegre mais alegre! Mégui, Fernando, Lucas, Lauren, Bianca, Matheus, Tathi... E todos os outros. Sem vocês esse caminhar não teria sido o mesmo. Obrigada!

RESUMO

Esse estudo pretende compreender as múltiplas formas de construção do conhecimento agroecológico (CCA), através da observação da interface entre Grupos de Agroecologia (GAs) e agricultores de base ecológica. A Agroecologia é entendida, neste trabalho, em suas dimensões práticas, teóricas e políticas – e, para, além disso, enquanto um campo estudado e vivido por uma miríade heterogênea de atores. Os GAs, por sua vez, são coletivos que se organizam para estudar, praticar e difundir a Agroecologia (muitas vezes, grupos de extensão universitária). Para este estudo, focou-se em GAs atuantes em Universidades Públicas do Rio de Janeiro/RJ; e, conseqüentemente, em agricultores que com estes interagissem. Partiu-se da Perspectiva Orientada ao Ator como base teórico-metodológica, buscando nela elementos que subsidiassem uma análise da construção do conhecimento que emana da confrontação, do compartilhamento e da negociação entre os diversos atores sociais e seus mundos de vida. Esta análise permitiu observar a centralidade dada às premissas da ciência moderna na produção/construção do conhecimento. Desta forma, problematizou-se, buscando propostas como a ecologia dos saberes, a hierarquia (aqui considerada artificial) estabelecida entre os saberes especializados ou científicos e os saberes práticos ou populares. Pôs-se em questão o papel da Universidade neste contexto, sobretudo no que tange às formas de desenvolvimento rural que preconiza e, portanto, ao espaço que dá as perspectivas agroecológicas em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Conclui-se que, embora de forma ainda discreta e, por vezes, informal, a agência dos atores sociais (aqui notadamente os GAs e os agricultores) colabora para a superação do abismo criado entre demandas sociais e Universidade, fomentando o debate agroecológico e a valorização dos saberes dos agricultores. A análise das situações de interfaces entre os diversos atores (inclui-se aqui a complexidade de atores que envolve a Universidade) permitiu compreender que a CCA acontece em meio a disputas e visões diferenciadas acerca do desenvolvimento rural. Por outro lado, as interações entre estudantes e agricultores demonstram-se profícuas ao desenvolvimento de processos de aprendizagem diferenciados, fortalecendo a Agroecologia e propondo formas alternativas de construção do conhecimento dentro e fora dos muros da Universidade.

Palavra-chave: Agroecologia. Construção do conhecimento. Interfaces. Universidade.

ABSTRACT

This study aims to understand the multiple ways of agroecological knowledge construction, by observing the interface between Agroecology Groups and ecological farmers. In this research, Agroecology is understood in its practical, theoretical and political dimensions - and, moreover, as a field studied and lived by a myriad of heterogeneous actors. The Agroecology Groups are groups that organize themselves to study, practice and propagate Agroecology (often groups of university extension). This study focuses on Agroecology Groups whose activities happen in Public Universities of Rio de Janeiro/RJ; and thus ecological farmers that interact with them. The research is grounded in the Actor Oriented Perspective as its theoretical and methodological basis. That perspective brings elements that give support for an analysis of the construction of knowledge that emanates from confrontation, sharing and negotiation between the various social actors and their life worlds. This analysis allowed us to observe the centrality given to the assumptions of modern science in the production/construction of knowledge. Thus, we seek to problematize the hierarchy (here considered artificial) established between specialized or scientific knowledge and practical or popular knowledge – exploring proposals such as the ecology of knowledges. In this context, the role of University is brought into question, especially in relation to the rural development's patterns that it helps creating – therefore examining the space giving to agroecological perspectives. We conclude that, although in still germinal and sometimes informal ways, the agency of social actors (notably GAs and farmers) helps to overcome the gap created between social demands and the University by fostering the debate around agroecology and the recovery of farmers' knowledge. The analysis of the interface situations between the different actors (this includes the complexity of actors involving University) allows us to understand that the agroecological knowledge construction happens in a context of disputation and differentiated views on rural development. Moreover, the interactions between students and farmers showed up fruitful to the development of differentiated learning processes, strengthening agroecological principles and proposing alternative ways of knowledge constructing inside and outside the gates of the University.

Keywords: Agroecology. Knowledge construction. Interfaces. University.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapas dos grupos de Agroecologia	47
Figura 2 - Mapa do Estado do Rio de Janeiro: Regiões de Governo e Municípios	59
Figura 3 - Perímetro urbano e estabelecimentos agropecuários no estado do Rio de Janeiro.	61
Figura 4 - Os espaços ou “ocupações” dos GAs	71
Figura 5 - As “Semanas de Agroecologia”	74
Figura 6 - As feiras de Agroecologia	85
Figura 7 - Chamadas para os Mutirões Ciranda.....	91
Figura 8 - Intervenções	102
Figura 9 - Os saberes e a Agroecologia	119

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Múltiplos significados de Agroecologia	31
Quadro 2 - As dimensões da Agroecologia	32
Quadro 3 - Os Estágios Interdisciplinares de Vivência	86
Quadro 4 - Processos de aprendizagem através das vivências	88
Quadro 5 - O Encontro Nacional de Grupos de Agroecologia e a Rede	94
Quadro 6 - Dimensões e ações da Agroecologia	123

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AARJ	Articulação de Agroecologia
ABA	Associação Brasileira de Agroecologia
ABIO	Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro
AFOJO	Associação dos Produtores Rurais Artesãos e Amigos da Micro Bacia do Fojo
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
APAC	Associação de produtores autônomos da cidade e do campo
AS-PTA	Assessoria e serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CBA	Congresso Brasileiro de Agroecologia
CCA	Construção do Conhecimento Agroecológico
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COOPAGÉ	Cooperativa de Pequenos Produtores Rurais e Agricultores Familiares de Magé
EIV	Estágio Interdisciplinar de Vivência
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENGA	Encontro Nacional de Grupos de Agroecologia
ERA	Encontro Regional de Agroecologia
ERAA	Encontro Regional de Agricultura Alternativa
ESALQ	Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
FORPROEX	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras
GA	Grupo de Agroecologia
GAE	Grupo de Agricultura Ecológica
GEAE	Grupo de Estudos em Agricultura Ecológica
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAE	Mutirão de Agricultura Ecológica
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Sem-Terra
MUDA	Mutirão de Agroecologia
PAIS	Produção Agroecológica, Integrada e Sustentável
PLANAPO	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
POA	Perspectiva Orientada ao Ator
REGA	Rede de Grupos de Agroecologia
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RMRJ	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
SAF	Sistema Agroflorestal
SOCLA	Sociedade científica latino-americana de Agroecologia
SPG	Sistema Participativo de Garantia
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	QUE OLHAR SOBRE OS PROCESSOS SOCIAIS? AS ESCOLHAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS	16
2.1	AS CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA ORIENTADA AO ATOR.....	17
2.2.1	“Reestruturando” a estrutura.....	18
2.2.2	A construção social dos atores: a noção de agência.....	22
2.2.3	As situações de interfaces e a construção do conhecimento.....	24
2.2	A ABORDAGEM DA AGROECOLOGIA	29
2.2.1	A Construção do Conhecimento Agroecológico.....	34
2.3	SITUANDO A PESQUISA: ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	37
2.3.1	Natureza da pesquisa	39
2.3.1	Coleta e análise de informações	40
3	OS ATORES, AS ARENAS	45
3.1	OS GRUPOS DE AGROECOLOGIA (GAs).....	45
3.1.1	Um olhar mais aproximado.....	49
3.1.2	As raízes de um movimento.....	54
3.2	OS AGRICULTORES.....	58
3.2.1	A interface rural-urbano e a resistência da agricultura familiar.....	59
3.2.2	A escolha pela agricultura de base ecológica.....	64
3.2.3	A aproximação com os GAs e com o ambiente universitário.....	67
3.3	AS “ARENAS AGROECOLÓGICAS”: ESPAÇOS DE DIÁLOGO, CONVIVÊNCIAS E DISPUTAS	69
3.3.1	“Ocupar”: “intervenções agroecológicas” no espaço universitário.....	69
3.3.2	As feiras agroecológicas no espaço universitário: “entre sabores e saberes”	77
3.3.3	“Vivências”: ferramentas-chave no processo de aprendizagem	85
3.3.4	Mutirão, rede, ciranda: a troca e o coletivo como base da construção do conhecimento agroecológico	89
4	ENTRE A MONOCULTURA E A DIVERSIDADE DE SABERES: UNIVERSIDADE, AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO	95
4.1	A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA UNIVERSIDADE.....	97

4.2	A HERANÇA DA REVOLUÇÃO VERDE E O MODELO DE DESENVOLVIMENTO RURAL PREDOMINANTEMENTE DIFUNDIDO NA UNIVERSIDADE	103
4.2.1	A Perspectiva Orientada ao Ator e a discussão sobre o desenvolvimento rural	107
4.3	EXTENSÃO: UM CAMINHO PARA A EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA?	110
4.4	AGROECOLOGIA, INTERDISCIPLINARIDADE E POLISSEMIA	116
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
	REFERÊNCIAS	131
	APÊNDICE A – Roteiro de entrevista com os participantes dos GAs	142
	APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com os agricultores	144
	ANEXO A – Folheto: Onde está a agricultura familiar da RMRJ?	145

1 INTRODUÇÃO

O racionalismo que ignora os seres, a subjetividade, a afetividade e a vida é irracional. A verdadeira racionalidade conhece os limites da lógica, do determinismo e do mecanicismo; sabe que a mente humana não poderia ser onisciente, que a realidade comporta mistério. Negocia com a irracionalidade, o obscuro, o irracionalizável. É não só crítica, mas autocrítica.

Edgar Morin

É inegável o papel central que a ciência e seus métodos possuem na sociedade contemporânea. “É como se fosse o novo Deus”¹. Deste modo, as premissas e vontades dos homens que a operacionalizam têm imenso impacto nos ecossistemas, nos cotidianos, nas relações entre as pessoas. Entende-se, assim, a importância da dimensão autocrítica a que faz referência Edgar Morin na epígrafe deste texto.

Nos espaços rurais, a ciência, enroupada de avanço tecnológico, invadiu e transformaram florestas, cursos d’água e modos de vida. Foi, ao mesmo tempo, por eles transformada. No caso brasileiro, o modelo agrário e agrícola, adotado, sobretudo a partir das décadas de 60 e 70, baseou-se na mecanização, nas monoculturas de exportação e, portanto, nos latifúndios – ora, a política agrícola de modernização vem necessariamente acompanhada da dinâmica de concentração de propriedades de terra (DELGADO, 2001). Ressalta-se, ainda, que esse modelo de agricultura altamente capitalizada exige, além de uma ampla disponibilidade de terras, uma imposição de um determinado modo de produção de conhecimento (PORTO-GONÇALVES, 2004).

O papel relevante da agricultura na reprodução da vida no rural, conjugado à atual crise do modelo produtivista de modernização agrícola, desencadeia muitos “projetos de desenvolvimento”, políticas e propostas tanto oriundas da esfera governamental quanto da sociedade civil. Se, por um lado, há ainda o forte discurso do modelo agroexportador, por outro, surgem e fortalecem-se práticas e pesquisas alternativas a este padrão, que levam em consideração os grandes impactos socioambientais por ele gerado. Assim, vêm se desenvolvendo as noções de Agroecologia e transição agroecológica enquanto potencial solução para tal crise.

Neste contexto, emergem os chamados Grupos de Agroecologia (GAs), coletivos que movimentam-se no sentido de praticar, estudar e difundir a Agroecologia. Grande parte desses coletivos são projetos de extensão universitária. Por já ter participado de atividades propostas por um destes grupos, à época da graduação, pude experimentar a influência que estes espaços

¹ Para ilustrar essa afirmação, adiantei, aqui, uma fala proferida por uma estudante de Engenharia Ambiental, em uma das entrevistas que “compõem” este estudo.

trazem tanto no que diz respeito à formação acadêmico-profissional dos estudantes universitários, quanto no que tange à valorização dos saberes dos agricultores em meio acadêmico (por meio de oficinas, palestras, feiras). A organização da Via Campesina prevê, em um de seus documentos – Programas estruturantes de curto prazo – a importância de um programa de investimentos em Agroecologia nas escolas técnicas e Universidades; propondo a institucionalização dos GAs, em parceria com os movimentos sociais (PLATAFORMA DA VIA CAMPESINA, 2008).

Neste mesmo documento, levanta-se a relevância de uma reforma curricular dos cursos de ciências agrárias que contemple, na grade, disciplinas como Agroecologia, Sociologia e Extensão Rural. Ressalta-se, aqui, a proposta interdisciplinar da Agroecologia, que vai ao encontro dessa demanda. Por outro lado, reafirma-se a natureza ainda predominantemente disciplinar e fragmentada dos formatos de ensino, pesquisa e extensão nas Universidades. Neste sentido, compreendemos que há de se investigar se os GAs podem consistir em i) forças de mudança nas estruturas das universidades, colaborando com este processo de transformação e ii) futuros profissionais qualificados para contribuir com processos sustentáveis de desenvolvimento e com a promoção da Agroecologia, em especial.

A experiência na graduação permitiu-me lançar um olhar a estes grupos e seus fazeres. Permitiu-me, também, enxergar a importância do desenvolver da Construção do Conhecimento Agroecológico (CCA) como forma de embasar e promover políticas públicas, sobretudo no que tange à agricultura familiar. Conforme propõe González de Molina (2009, p. 67, tradução nossa), a situação dos pequenos agricultores é “[...] especialmente frágil já que em termos comparativos com a população urbana são mais pobres e, paradoxalmente, a segurança alimentar a que têm acesso é também menor”.

No entanto, “a coreografia do campesinato”, como belissimamente explicita Ploeg (2008, p. 296), “[...] se desenvolve de forma dinâmica e heterogênea. Seu roteiro está, de certa forma, constantemente sendo reescrito de acordo com as dificuldades e desafios que surgem ao longo do caminho”. Foi neste sentido que se buscou trilhar esta pesquisa. Todavia, ampliou-se o salão, e muitos outros atores entraram nesta dança, se reinventando e, portanto, reinventando o espaço à sua volta. Estudantes, agricultores, profissionais da Universidade, de organizações não governamentais, militantes da Agroecologia.

Esta pesquisa parte do pressuposto que, neste contexto, é importante compreender e fomentar uma construção do conhecimento que caminhe no sentido de compreender *se* e *como* a Agroecologia – seus movimentos, suas práticas, suas teorias – podem contribuir para este debate. Além disso, parte da perspectiva de que a construção do conhecimento é um

processo social (ARCE; LONG, 2000); que ocorre nas situações de interface: “pontos críticos de intersecção entre diferentes sistemas, campos ou domínios sociais, nos quais tendem a encontrar descontinuidades segundo diferenças de valores, interesses e mundos de vida” (GUIVANT, 1997). Além disso, a compreensão de que o conhecimento constrói-se em um encontro de diferentes horizontes e mundos de vida (LONG; LONG, 1992) implica em superar a fronteira estereotipada e, por vezes, reducionista entre “especialistas” e “leigos”.

Assim, compreende-se que é importante remarcar o papel central da Universidade e, portanto, a relevância da análise de seus objetos e objetivos de pesquisa, de seus métodos e principais enfoques. Neste campo, a própria questão da ética científica pode ser posta em xeque. As “elementares” perguntas de Rousseau, citadas por Santos (1987), podem ser parafraseadas como subsídio aos questionamentos que motivaram esta proposta de pesquisa:

Há alguma relação entre a ciência e a virtude? Há alguma razão de peso para substituímos o conhecimento vulgar que temos da natureza e da vida e que partilhamos com os homens e mulheres de nossa sociedade pelo conhecimento científico produzido por poucos e inacessível à maioria? Contribuirá a ciência para diminuir o fosso crescente na nossa sociedade entre o que se é e o que se aparenta ser, o saber dizer e o saber fazer, entre a teoria e a prática? (SANTOS, 1987, p.7)

Neste sentido, alguns autores trabalham com a ideia de que estaríamos passando por uma crise paradigmática, e propõem uma crítica à hegemonia do paradigma científico ocidental². Do ponto de vista específico da Agroecologia, advoga-se que ela pode constituir-se em um novo paradigma, que seria capaz de contribuir para o enfrentamento da atual crise socioambiental (CAPORAL *et al.*, 2005, 2006). Entende-se, portanto, que pensar (se há) as mudanças paradigmáticas é elemento-chave na busca de uma construção ética da ciência. Assim, é importante entender se a Agroecologia pode ser parte constituinte desse “novo” quadro e como os diversos atores sociais envolvidos na sua promoção percebem esse momento e, a partir daí, traçam os mais diferentes caminhos.

Deste modo, o objetivo deste estudo foi lançar um olhar aos atores envolvidos na arena (LONG, 1999, 2001, 2007) da Agroecologia no Rio de Janeiro, partindo da atuação dos GAs. Para tal, buscou-se, em um primeiro lugar, identificar os atores que constituíam a rede³ da Agroecologia no Rio de Janeiro, para, então, delimitar as experiências com as quais desenvolveríamos esta pesquisa. Em seguida, procurou-se ilustrar as arenas onde

² Dialogamos com alguns destes autores no decorrer da pesquisa: Boaventura de Sousa Santos, Enrique Leff, Edgar Morin, dentre outros.

³ A categoria de rede tem sido cada vez mais evocada enquanto uma ferramenta analítica nos estudos com abordagens relacionais nas ciências sociais. Isso será muito brevemente discutido no capítulo 3. No entanto, neste momento, a utilizamos de forma ampla

configuravam-se as interfaces entre esses diversos atores, para que fosse possível desvelar os processos através dos quais GAs, pequenos agricultores e Universidade defendiam e confrontavam seus projetos e seus sistemas de conhecimento.

Em outras palavras, o objetivo geral deste trabalho consistiu em: analisar o processo de construção do conhecimento agroecológico (CCA), nas diversas arenas que se configuram através da interface entre Grupos de Agroecologia (GAs), agricultores de base ecológica e Universidade. Como objetivos específicos, elencamos:

- a) identificar os atores (com enfoque nos Grupos de Agroecologia) que constituem a rede sociotécnica da Agroecologia no Rio de Janeiro;
- b) caracterizar a(s) arena(s) onde configuram-se as interfaces entre estes atores;
- c) compreender como estes grupos se organizam e se comportam frente aos obstáculos epistemológicos existentes entre agricultores, pesquisadores e técnicos;
- d) verificar como se dá o processo de investigação-ação dos GAs e como estes contribuem para a construção do conhecimento agroecológico e a consolidação da Agroecologia no Rio de Janeiro;
- e) refletir acerca da interface entre o conhecimento técnico-científico e o conhecimento popular e o papel da Universidade na CCA.

Se, por um lado, este estudo apoiou-se na ideia de que os conhecimentos e as formas de conhecer relacionadas à Agroecologia tendem a evidenciar uma postura contra-hegemônica (SANTOS, 2005) dos atores aí envolvidos (ou seja, uma forma de contra-tendência, conforme propõem Arce e Long [2000], às lógicas dominantes), por outro, ele evidenciou que “tem crescido a importância da Agroecologia nas instituições de ensino e pesquisa”, tal qual propôs a vice presidente da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), Irene Cardoso⁴. A pesquisa de campo parecia não ter fim, de tantos “eventos agroecológicos” que ocorriam, e que contavam com a presença – como não poderia deixar de ser – dos atores envolvidos na pesquisa⁵. Isto, sem dúvida, renovava o fôlego no decorrer da pesquisa.

Para desenvolver as reflexões aqui expostas, este trabalho se organiza da seguinte maneira: após esta introdução, que constitui o **capítulo 1**, passamos ao **capítulo 2**, onde

⁴ Em entrevista ao portal da ABA. Disponível em: <<http://aba-agroecologia.org.br/wordpress/?p=1786>>.

⁵ Além das regulares feiras, mutirões, reuniões dos grupos e vivências, fizeram parte da pesquisa de campo: a “Caravana Agroecológica e Cultural do Rio de Janeiro”, a “Semana de Agroecologia e Permacultura: Autonomia & MobilizAÇÃO na cidade” (organizada por um Grupo de Agroecologia), o “Encontro Nacional de Grupos de Agroecologia” (V ENGA), o “Congresso Brasileiro de Agroecologia” (VIII CBA), dentre outros. Nos anos de 2013 e 2014 ainda ocorreram: o III Encontro Nacional de Agroecologia (III ENA), o III Encontro Internacional De Agroecologia (III EIA), o I Seminário Nacional de Educação em Agroecologia, IX Congresso Brasileiro de Sistemas Agroflorestais (CBSAF), apenas para ilustrar.

busca-se explicar as escolhas teórico-metodológicas que guiam o desenvolvimento dessa dissertação. Uma vez que o olhar sobre os processos sociais, neste estudo, parte de uma visão não estruturalista das relações sociais, apoiamo-nos na Perspectiva Orientada ao Ator (POA), que já fundamentou algumas das propostas desenvolvidas nesta seção do texto. Uma vez que esta perspectiva propõem embasamentos teóricos e metodológicos para a análise das relações sociais, optou-se por englobar, neste único capítulo, os pilares teóricos nos quais se apoia a pesquisa, bem como seus aspectos metodológicos. Deste modo, este capítulo inicia-se pela explanação da POA. Em seguida, traz o desenvolvimento da abordagem da Agroecologia, bem como a concepção de Construção do Conhecimento Agroecológico (CCA). Neste mesmo momento, busca-se demonstrar as possíveis relações e as formas em que as duas abordagens podem dialogar. Por fim, apresentam-se os aspectos metodológicos da pesquisa.

O **capítulo 3**, intitulado “Os atores, as arenas” compreende a apresentação dos atores da pesquisa, já dialogando com reflexões acerca destes e de suas relações. Apresenta-se, assim, os GAs e os agricultores, trazendo um pouco de suas histórias, por um lado, e revelando e problematizando questões que foram identificadas, por outro. A última seção deste capítulo, “As arenas agroecológicas: espaços de diálogo, convivência e disputas” desenvolve as reflexões acerca das arenas onde, como descreve o título, se dão as interfaces e, portanto, os “diálogos, as convivências e as disputas”. São, por isso, espaços fundamentais na CCA, momentos decisivos nos processos de aprendizagem.

Por fim, no **capítulo 4**, concentram-se as reflexões acerca da Universidade e de seu papel que, ao mesmo tempo em que é “pano de fundo” para esta pesquisa, ocupa um lugar central nesta discussão. O capítulo aborda, assim, o ator complexo que é a Universidade, em sua interação e interdependência com os processos (e projetos) de desenvolvimento e, enfim, com a Agroecologia e o conhecimento agroecológico.

Cabe aqui salientar, também, o caminho percorrido pela pesquisa que, além dos pressupostos teóricos expostos no capítulo 2, buscou e encontrou outros pilares teóricos que, de certa forma, colaboraram para a análise aqui proposta. Desta forma, proposições como a *ecologia de saberes* (SANTOS, 2005; 2007) discutidas nos capítulos 3 e 4 são, também, resultados desta pesquisa, no sentido em que foram descobertas do próprio decorrer do estudo; e que propuseram novos olhares, discussões e conclusões. Por fim, **capítulo 5** encerra esta pesquisa, trazendo as últimas considerações e buscando sintetizar os resultados.

2 QUE OLHAR SOBRE OS PROCESSOS SOCIAIS? AS ESCOLHAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

A própria modernidade, em seu afã unificador, universalizante e homogeneizador, vai gerando em suas rupturas sua abertura à diferença; vai forjando o germe da heterogeneidade, das diversas ordens e dos distintos tempos.

Enrique Leff

As análises sobre os processos sociais, em especial aquelas de cunho qualitativo, são sempre desafios. O objetivo deste capítulo é buscar fazer uma revisão das bases teóricas e metodológicas desta pesquisa, para, assim, começar a delinear “de onde se fala”. De fato, nas ciências sociais, bem compreender “de onde se fala” (ou seja, sob que pilares epistemológicos) é tarefa mister para a interpretação da realidade, pelo pesquisador, e para a compreensão da pesquisa, pelo interlocutor. Notamos que o objetivo de analisar as interfaces entre os atores é um desafio à parte, pois exige que nos debruçemos sobre as abordagens relacionais e as dificuldades e singularidades aí inscritas.

Este capítulo se organiza da seguinte forma: em um primeiro momento, discute-se a Perspectiva Orientada ao Ator (POA), suas implicações na sociologia do desenvolvimento e as ferramentas e contribuições analíticas para se pensar os arranjos relacionais entre os atores coletivos e individuais. Em seguida, nos debruçamos sobre a abordagem da Agroecologia, com o objetivo de delinear o debate acerca do tema, central nesta pesquisa. Nesta mesma seção, tratamos da noção de Construção do Conhecimento Agroecológico (CCA). Por fim, delineamos a natureza da pesquisa e os caminhos metodológicos por ela enveredados.

A opção por englobar, em um único capítulo, importantes pressupostos teóricos para a pesquisa e as metodologias nela utilizadas deu-se, sobretudo, pelo próprio caráter das abordagens escolhidas. Tanto o enfoque da Agroecologia como a POA trazem novidades e desafios tanto epistemológicos quanto metodológicos.

Do ponto de vista da abordagem agroecológica, podemos dizer que, por não se tratar de uma ciência dura e ser, de certa forma, recente (enquanto disciplina científica), a pesquisa em agroecologia traz consigo estímulos e obstáculos ao mesmo tempo. De fato, Stephane Bellon⁶ destacou, em sua fala no VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA, 2013), a identificação de questões e temas de pesquisa e a maneira ou perspectiva através das quais se abordaria esses temas como desafios para a pesquisa em Agroecologia. Outrossim, o caráter interdisciplinar da Agroecologia exige uma postura tanto epistemológica quanto metodológica que busque dar conta dessa característica.

⁶ Pesquisadora do Institut National De Recherche Agronomique, INRA/França.

Já a perspectiva orientada aos atores traz, além de conceitos e categorias de análise, propostas de novos olhares acerca dos processos sociais, o que implica, sem dúvidas, em mudanças nas posturas metodológicas. O ajuste da lente para a agência e as interfaces entre os atores e a necessidade de examinar, de forma diferenciada, a relação entre estrutura e ator são evidências dessa afirmação.

Além disso, optou-se por tratar primeiro da POA e em seguida da abordagem da agroecologia por se entender que, assim, dar-se-ia de forma mais fluida a correlação entre as duas perspectivas. Deste modo, já no interior da explanação sobre a agroecologia, propõem-se formas de interlocução entre as duas abordagens; demonstrando como o diálogo entre elas é não só possível como frutífero para o desenvolvimento da pesquisa.

2.1 AS CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA ORIENTADA AO ATOR

Os estudos sobre o desenvolvimento, onde se situa a sociologia do desenvolvimento, encontram-se em um cenário composto por uma miríade de paradigmas, de caminhos e propostas para pensar estas dinâmicas. Mais especificamente no campo da teoria sociológica, faz-se presente ora visões dicotomizadas (posturas analíticas que reafirmam antinomias como indivíduo/sociedade, micro/macro, objetivo/subjetivo), ora, perspectivas que buscam romper ou dissolver estes supostos dilemas, propondo novas abordagens e formas de compreender o social. Desde o século XIX, notam-se esforços para romper com modos substancialistas de conhecimento do social (SCHMITT, 2011).

As abordagens que serão aqui expostas e discutidas fazem parte deste esforço para “[...] reconciliar análises estruturais dos processos de desenvolvimento com análises orientada aos atores” (PLOEG; LONG, 2011, p. 21). No entanto, este esforço é ainda mais profundo uma vez que, como apontam os autores, não é possível fazer essa “reconciliação” (a saber: entre estrutura e ator) sem que haja uma ressignificação e reconstituição das próprias ideias de ator e estrutura. Exige, portanto, uma nova conceituação que, além de reconstruir estas noções, permita compreender melhor o relacionamento entre as duas.

A temática do desenvolvimento, do desenvolvimento rural e do campesinato, em específico, foi muito analisada dando ênfase às forças estruturais macroeconômicas (por exemplo, a acumulação do capital, a organização da sociedade em classes e a revolução verde, a modernização – do ponto de vista mais específico dos processos ligados à agricultura). Esta forma de analisar os processos sociais restringe e oculta dinâmicas individuais ou coletivas que demonstram a reprodução de “respostas diferenciadas a

circunstâncias estruturais similares, mesmo que as condições pareçam relativamente homogêneas” (LONG, 2007). Dito isto, o presente capítulo buscará discutir o caminho trilhado pela Perspectiva Orientada ao Ator, concebida, sobretudo, por Long, Ploeg e Arce. Dando ênfase à sua proposta analítica de interface e de construção do conhecimento, buscar-se-á discutir as contribuições que esta teoria e suas ferramentas teórico-metodológicas aportam aos estudos sobre desenvolvimento; afirmando, também, o contexto relacional em que se insere.

2.2.1 “Reestruturando” a estrutura

Para propor um novo relacionar entre ator e estrutura, indivíduo e sociedade, teóricos como Long e Ploeg muito se referenciaram em Giddens, um sociólogo britânico. Este propôs, em sua obra de 1989, “A constituição da sociedade”, uma reformulação da teoria social, sistematizando uma teoria da estruturação; aqueles, por mais de uma vez, afirmaram a necessidade de reconstituir o conceito de estrutura (ver, por exemplo: Long, 2007; Long e Ploeg, 2011). Giddens aponta, em seu texto, que “a "sociologia estrutural" e o individualismo metodológico não são alternativas, de modo que rejeitar uma seja aceitar a outra” (p. 258).

Na obra citada, Giddens já inicia sua argumentação afirmando que uma das principais ambições de sua teoria é “por fim a cada um desses esforços de estabelecimento de impérios” (1984, p. 2), entendendo as sociologias interpretativas como “imperialismo do sujeito” e o funcionalismo e estruturalismo como “imperialismo do objeto social”. Estas duas formas de lidar com a ciência social são, para além de divergências epistemológicas, diferenças ontológicas; de modo que Giddens (1984, p.2) pontua: “A questão é como os conceitos de ação, significado e subjetividade devem ser especificados e como poderiam ser relacionados com as noções de estrutura e coerção.”

O que se expõe aqui é exatamente a necessidade de reconstituição destes conceitos, para, de posse dessas especificações reformuladas, recombina-las, em uma dupla sociologia das estruturas sociais e da ação. E este é um ponto nodal da teoria de Giddens: a dualidade do estrutural. Isto significa pensar as estruturas sociais como constituídas pela agência humana (termo em que nos aprofundaremos mais à frente) e, ao mesmo tempo, meio desta constituição. O estrutural é elemento limitador e habilitador (p.226), ora faz papel de coerção, ora “dá” competência aos atores.

Na teoria da estruturação, portanto, as atividades humanas são recursivas, ou seja, “[...] não são criadas pelos atores sociais, mas continuamente recriadas por eles através dos

próprios meios pelos quais eles se expressam *como* atores” (GIDDENS, 1984, p.3, grifos do autor). Pensar a estrutura, nesse contexto analítico, significa afirmar que ela só se manifesta no espaço e no tempo através das práticas sociais dos atores que orienta e que são recursivamente por eles organizadas.

A estruturação conforme proposta na teoria de Giddens (1984, p. 444) é o “processo de relações sociais que se estruturam no tempo e no espaço via dualidade do estrutural” de modo que o âmbito de investigação das ciências sociais seria formado não pelas experiências individuais nem tampouco por uma totalidade social, mas por “práticas sociais ordenadas no espaço e no tempo” (GIDDENS, 1984, p. 2). Os chamados “aspectos estruturantes” correspondem àqueles que engendram a estabilização das relações sociais no tempo e no espaço, distinguindo-se da ação humana “aqui e agora” mas impossibilitados de existirem se “fora da ação presente” (CORCUFF, 2001). A dualidade da estrutura subentende-se, pois, nos sentidos ramificados que os termos “condições” e “consequências” da ação têm (GIDDENS, 1989).

Mas compor o real de uma dualidade, ou seja, entender que as propriedades estruturais do sistema social são condição e resultado das atividades realizadas pelos atores, não periga recair em uma visão mais uma vez fragmentada do social? Embora se possa afirmar que se trata de uma “visão circular da construção do mundo social” (CORCUFF, 2001, p. 78), que meios o autor nos dá para encarar esta visão do ponto de vista analítico-metodológico? Long e Ploeg (2011) pregam, por exemplo, que a proposição de Giddens de que ator e estrutura são parte de uma entidade composta, falhando em especificar precisamente os relacionamentos entre os dois, ainda é problemática do ponto de vista teórico. De fato, embora afirme a necessidade de estabelecer modos de relacionar as duas entidades, Giddens, na obra produzida em 1989, despande muito esforço em localizar epistemologicamente os conceitos, mas deixa uma lacuna nos meios de operacionalização e aplicação/observação empírica deste “relacionamento”, ainda que traga ensaios sobre as possibilidades empíricas de sua teoria:

De acordo com a teoria da estruturação, são possíveis dois tipos de enquadramento metodológico em pesquisa sociológica. Na análise institucional, as propriedades estruturais são tratadas como características cronicamente reproduzidas de sistemas sociais. Na análise da conduta estratégica, o foco incide sobre os modos como os atores sociais se apoiam nas propriedades estruturais para a constituição de relações sociais. Na medida em que se trata de uma diferença de ênfase, não existe uma linha divisória nítida que possa ser travada entre esses dois tipos, e cada um deles, crucialmente, tem de ser, em princípio, completado por uma concentração na dualidade da estrutura. (GIDDENS, 1989, p. 339)

Ainda que muito se inspire em Giddens, a perspectiva orientada ao ator faz sua própria leitura da teoria da estruturação deste. Ela argumenta, muito concretamente, a favor da combinação entre o enfoque no ator e os histórico-estruturais (Long, 2007, p.45). Abordar essa combinação, ou, mais precisamente, essa relação, é ponto nodal da perspectiva que se propõe. Talvez se aproxime mais deste ponto de vista

Toda interação social se expressa, em algum ponto, nas (e através das) contextualidades da presença corporal. Ao passar da análise da conduta estratégica para um reconhecimento da dualidade da estrutura, temos de começar "avançando cautelosamente de dentro para fora" no tempo e no espaço. Isto é, precisamos tentar ver como as práticas seguidas numa dada gama de contextos estão implantadas em mais amplas esferas de tempo e de espaço - em suma, temos de tentar descobrir suas relações com práticas institucionalizadas. (GIDDENS, 1989, p.351)

Giddens (1984, p. 20) define bem o que entende por “propriedades estruturais” (o que muitos autores entendem simplesmente por estruturas: ‘os sistemas sociais não tem estruturas, mas propriedades estruturais’ ‘princípios estruturais’ (‘propriedades estruturais mais profundamente embutidas, implicadas na reprodução de totalidades sociais’) e ‘instituições’” (práticas com maior extensão espaço-temporal dentro das totalidades sociais). Assim, afirmar a necessidade de enxergar as práticas sociais inseridas e reproduzidas em mais amplas esferas de tempo e de espaço é buscar uma abordagem relacional que dê conta das interfaces (aqui, em seu sentido mais amplo) entre ator e estrutura – não mais em seu sentido fixo, ou seu uso sociológico ortodoxo. Do mesmo modo, e já se encaminhando para traçar sua visão de coerção social, Giddens coloca que as estruturas de dominação firmadas em instituições não devem ser concebidas como entes que produzem “corpos dóceis”⁷. Neste contexto, ele emana o que chama da *dialética do controle*⁸ em sistemas sociais: “todas as formas de dependência oferecem alguns recursos por meio dos quais aqueles que são subordinados podem influenciar as atividades de seus superiores” (p.19). Assim, foge do dualismo expresso entre sujeito e objeto social, que afirma a existência de uma estrutura totalmente externa à ação humana. Em uma crítica à visão da coerção estrutural, descrita em sua forma “empregador-empregado” em Marx, Giddens expõe:

⁷ Aqui há uma clara alusão à categoria de Foucault. Giddens enquadra os escritos de Foucault em um modelo analítico que privilegia os aspectos estruturais de análise em detrimento da capacidade de ação dos sujeitos. “Os ‘corpos dóceis’ que, como Foucault afirmou, a disciplina produzia, mostraram, com frequência, não serem tão dóceis assim” (GIDDENS, 1998, p. 321): “[...] sua visão de corpo deixa muito a desejar. Ele não consegue analisar a relação entre o corpo e a agência [...]” (GIDDENS, 2002, p. 58). Em: GOMES, Ivan Marcelo ; ALMEIDA, Felipe Quintao de. “Sobre corpo, reflexividade e poder: um diálogo entre Anthony Giddens e Michel Foucault”. Política & Sociedade, v. 8, p. 299-320, 2009.

⁸ “O caráter bilateral do aspecto distributivo do poder (poder como controle); como os menos poderosos administram recursos de modo a lograrem exercer o controle sobre os mais poderosos em relações estabelecidas de poder”. (GIDDENS, 1989, p. 441)

Um trabalhador pode ter à sua escolha mais de uma oferta de emprego no mercado de trabalho. O ponto de vista de Marx, porém, é de que essas opções são efetivamente de um só tipo. No que concerne às recompensas que oferecem ao trabalhador e de outras características da relação trabalhador-empregador, todo trabalho assalariado é efetivamente o mesmo (GIDDENS, 1989, p. 209).

De fato, Giddens (1989, p. 59) propõe que Marx defende uma visão empobrecida de agente; ao passo que, ao mesmo tempo, lembra que as práticas sociais, ao serem analisados “radicalmente” a partir das perspectivas do campo da microssociologia – em especial, pelo etnometodologia – por vezes recaem em uma “microtradução de fenômenos estruturais” (GIDDENS, 1989, p.165). Long e Ploeg (2011), por sua vez, concordam com a ideia de Giddens sobre a participação ativa (mesmo que não necessariamente no nível da consciência discursiva) dos atores na construção de seus mundos sociais. Ressaltam, porém, a contribuição, que consideram certa, de Marx: as condições às quais os atores se deparam não são sempre as mesmas e nem fruto de sua própria escolha.

Giddens e os pensadores da perspectiva orientada ao ator também tendem a convergir quando pensam o conceito “tradicional” de estrutura do ponto de vista da história. Enquanto Giddens (1989, p. 258) argumenta que “história não significa ‘práticas humanas sem mestre’, é a temporalidade de práticas humanas, modelando e sendo modelada por propriedades estruturais, dentro das quais diversas formas de poder são incorporadas”; Long e Ploeg compreendem que abordagens que buscam interpretar estruturalmente a história, tendendo ao determinismo, devem ser rejeitadas. Para estes, há de se entender a estrutura como um produto da inter-relação de projetos dos diferentes atores. Além disso, há de se notar que o passado, em seu caminho para o presente (e este, para o futuro), não possui uma trilha unilinear ou uniforme: o presente é somente a realização de um dos possíveis caminhos da história. Por tais fundamentos, os autores que desenvolvem o paradigma orientado aos atores creem (como Giddens, porém a seu modo) ser necessário libertar-se da noção substancialista de estrutura, e reconstituí-la. Ressaltam que este “adeus” ao conceito estruturalista é urgente, principalmente “nos casos em que a ‘estrutura’ é vista como um conjunto de forças ou condições externas que definem e/ou regulam modos específicos de ação considerados obrigatórios ou necessários enquanto outros modos são considerados como impossíveis” (LONG, PLOEG, 2011, p. 41).

2.2.2 A construção social dos atores: a noção de agência

A síntese feita acima sobre as propostas do entendimento de “estrutura” pela corrente sociológica citada já permite prever uma abordagem também diferenciada do ator social. De fato, a própria reconstituição da noção de estrutura não poderia, aqui, ser feita de forma isolada. Com efeito, Giddens destaca que a “consciência prática” (a qual o sociólogo distingue da “consciência discursiva”, embora ressalte a fluidez e permeabilidade dos limites entre estas) é uma característica do humano que o estruturalismo negligenciou em suas investigações (GIDDENS, 1989, p. 7). E esta, juntamente com outros aspectos da cognoscitividade dos atores, compõe o “agente”; o ator social que possui agência. As generalizações⁹ que propõem os sociólogos estruturalistas, a seu ver, deixam escapar que:

As circunstâncias em que as generalizações sobre o que "acontece" aos agentes prevalecem mutáveis no tocante ao que eles podem aprender a "fazer acontecer" de modo inteligente (GIDDENS, 1989, p. XXI).

Esta afirmação, aliada ao fato de que “todas as formas de intervenção externa invadem necessariamente os mundos da vida dos indivíduos afetados, por isso elas são medidas e transformadas por estes mesmos atores e estruturas locais” (LONG; PLOEG, 2011) evidenciam a centralidade da relação entre estrutura e ator nas presentes abordagens, notadamente naquela orientada aos atores.

De fato, esta perspectiva muito se apoia na noção de *agency* de Giddens, que atribui ao ator a capacidade de processar a experiência social e criar formas de organizar, rearranjar e lidar com a vida, ainda que sob forte coerção. Compreende-se que esta coerção não elimina, nunca, a habilidade do ator social de conhecer e captar o meio, sua ação (o monitoramento reflexivo, em Giddens) e, ainda, a ação dos outros (GIDDENS, 1989; LONG, 2007). Os atores, ou agentes, são, portanto, entendidos como “sujeitos ativos” na construção dos processos sociais e de seus mundos de vida (MENEZES; MALAGODI, 2011).

A agência, assim, é reconhecida quando ações particulares produzem efeitos diferenciados a um estado preexistente; está encarnada nas ações sociais e só através delas

⁹ “As generalizações tendem para dois polos, com uma escala e variedade de possíveis tonalidades entre eles. Algumas sustentam-se porque os próprios atores as concebem - sob alguma forma - e as aplicam em seu desempenho. O observador cientista social não tem, de fato, de "descobrir" essas generalizações, embora possa dar-lhes uma nova forma discursiva. Outras generalizações referem-se a circunstâncias, ou aspectos de circunstâncias, as quais são ignoradas pelos agentes e que "atuam" efetivamente sobre estes, independentemente do que os agentes possam acreditar que tem pela frente. Aqueles que chamarei “sociólogos estruturais” tendem a interessar-se apenas por generalizações do segundo sentido”. (GIDDENS, 1989, p. XXI).

pode ser efetivada. Ora, as formas de intervenção (aqui, no sentido das intervenções do modelo de desenvolvimento planejado) só afetam as oportunidades sociais e a conduta dos indivíduos à medida que se introduzem em seus modos de vida, tomando forma, direta ou indiretamente, nas experiências do cotidiano (LONG, 2007).

Deste modo, a noção de agência humana é uma cúmplice da perspectiva orientada ao ator na busca de reduzir o peso das estruturas em prol de um foco nas ações dos atores e como estes exercem sua capacidade, seu poder, seu conhecimento. Tal noção (de agência humana) atribui a um ator a capacidade de processar a experiência social e desvendar, criar maneiras de enfrentar e desdobrar-se mesmo sob condições limitantes. Para Long, isso implica além das intenções das pessoas em fazerem algo, mas toca em suas capacidades efetivas de realização. Conforme já dito, a agência perpassa o indivíduo e só se torna efetiva através das relações sociais que engendra, das redes que forma, das práticas que constrói.

Os elementos que compõem a noção de agente – poder, conhecimento e capacidade – devem ser traduzidos considerando-se as particularidades históricas e culturais e as racionalidades dos atores envolvidos em uma rede de atores. Long e Ploeg apontam para “estruturas emergentes” que surgem como resultado das ações (MENEZES; MALAGODI, 2011).

Destaca-se, ainda, que a noção de agente é também elemento que constitui coletividades, grupos, organizações sociais. Disso, decorre a necessidade de atentar à restrição do uso do termo ‘ator social’ somente àquelas entidades sociais às quais podem ser claramente atribuídas as qualidades da agência. A categoria de ator não pode ser utilizada para designar qualquer coletividade – se não há formas discerníveis que expressem as tomadas de decisões e a forma como estas são levadas a cabo (LONG, 2007; LONG; PLOEG, 2011).

A agência que Giddens atrela aos indivíduos, segundo Long, “lhes dá o poder de reflexão mas não o de motivação”. Este argumenta que as pistas que a teoria da estruturação fornece para a formulação da noção de agência, embora essenciais, tendem, em um certo momento, a uma visão funcionalista, aproximando-se das ideias de Durkheim. Citando Cohen, Long (2007, p. 37) concorda que:

Giddens trata a sociedade (em vez do ego) como uma ontologia, que de algum modo chega a ser independente de seus próprios membros, e assume que o ego é necessário continuamente para ajustar-se a ela. Não vê a sociedade adequadamente como formada por, criado por egos, e, por consequência, falha em outorgar criatividade aos egos. A agência que ele permite aos indivíduos lhes dá poder de reflexividade, mas não de motivação: eles parecem estar condenados a serem os perpetradores ao invés de arquitetos da ação: “a agência se refere não as intenções

que as pessoas têm, mas à sua capacidade de fazer essas coisas em primeiro lugar”.¹⁰

De fato, Long e Ploeg propõem uma análise das estratégias dos atores, de suas ações intencionais – também. Conferem como uma tarefa central do enfoque orientado ao ator a identificação e caracterização das diversas e por vezes opostas estratégias e lógicas dos atores – o que demanda, por sua vez, um despontar de uma noção de estruturas “que surgem como resultados combinados das consequências intencionais e não-intencionais da ação social” (PLOEG; LONG, 2011, p. 28). Deste modo, estes autores ampliam, ao passo que pontuam, esta noção de agência; remarcando, também, que esta noção não é presumida da mesma forma em diferentes segmentos de uma mesma sociedade ou em disposições culturais distintas.

2.2.3 As situações de interfaces e a construção do conhecimento

Se a agência é refletida através das diferentes respostas cognitivas e organizacionais que os atores dão frente a circunstâncias iguais ou similares, compreende-se que eles lidam de formas diversas frente às situações; o que sugere que, mesmo estando frente a frente, enfrentando o mesmo problema, no mesmo local, sob as mesmas condições, atores diferentes têm reações e pressuposições diferentes sobre este mesmo tema. É um pouco deste ponto que parte a noção de interface.

Long introduziu a noção de interface social para analisar as lacunas entre os discursos dos *policy makers* e dos agentes do desenvolvimento com aquilo que, de fato, acontece à escala local (e com o discurso dos atores locais). Para isso, foi necessário observar mais de perto as interações e negociações que se davam entre atores exógenos e endógenos. Mas adiante, Long passou a abarcar, na noção de interface, discontinuidades ou discrepâncias mais amplas, no que tange aos interesses, valores, conhecimento e poder destes diversos atores (LONG; LUI, 2009).

A análise a partir das interfaces visa dar enfoque sobre os mundos de vida dos atores e seus projetos entrelaçados, de modo a desenvolver métodos que possam ser aplicados em campo na investigação social, objetivando desvelar significados, relações de poder, ambições. Pretende, também, compreender mais profundamente as “batalhas do conhecimento” (de

¹⁰ “Giddens ‘trata la sociedad (en lugar del ego) como una ontología, que de algún modo llega a ser independiente de sus propios miembros, y asume que el ego es requerido continuamente para ajustarse a ella. Falla en ver a la sociedad adecuadamente como informada por, creada por egos, y por implicación, falla por lo tanto en otorgar creatividad a los egos. La ‘agencia’ que él permite a los individuos les da el poder de reflexividad, pero no de motivación: ellos parecen condenados a ser los perpetradores en lugar de arquitectos de acción: “la agencia se refiere no a las intenciones que la gente tiene sino a su capacidad de hacer esas cosas en primer lugar”. Tradução minha.

acordo com a obra de Long e Long, 1992) travadas entre os diversos atores (sobretudo dentre aqueles que, na literatura, são comumente chamados de mediadores e beneficiários das políticas de desenvolvimento; mas também outros – como os próprios pesquisadores). Estas “batalhas” são inerentes aos processos de mediação e negociação entre atores, e costumam dar-se naquilo que os autores chamam de arena: “espaços onde se apresentam práticas diferentes e valores de domínios diversos ou espaços dentro de um só domínio onde se fazem esforços para resolver discrepâncias nas interpretações de valor e nas incompatibilidades entre os interesses dos atores” (LONG, 2001).

Conforme Deponti e Almeida (2008), afirmamos que nestes espaços interagem atores dotados de poderes relacionais distribuídos de forma desigual: a arena onde se dá a interface entre diferentes atores sociais demonstra-se assimétrica (estão em jogo diversas acepções de poder). As arenas são constituídas de grupos (de atores individuais ou coletivos) que, de alguma forma, se afrontam, movidos por interesses (materiais e simbólicos) mais ou menos compatíveis. A situação de interface, deste modo, remete a

Um espaço de conflito de paradigmas culturais. Este aspecto é fundamental, pois nos permite observar as transformações e a produção de diferentes “visões de mundo” (worldviews) e os paradigmas culturais por onde circulam os atores. Long afirma, que a “interface” frequentemente permite que os atores explicitem suas posições políticas ou ideológicas, pois propicia que eles se coloquem frente a frente. Desta forma, os diversos agentes envolvidos no processo tendem a expressar suas posições, uma vez que o conjunto cultural e ideológico de suas formações aparecem fortemente, não apenas como idiosincrasias, mas como reflexo das diferentes formações culturais e sociais. Assim, o desafio é verificar o que ocorre no processo de tomada de decisão por parte dos atores (ALVES, 2008, p. 46).

A análise sob a ótica das interfaces, portanto, foca em pontos de confrontação, de diferenças sociais ou contato entre mundos ou campo sociais diversos, devendo situá-los em um referencial mais amplo de domínios institucionais e de conhecimento/poder (LONG, 1999). A perspectiva da interface, assim, busca uma compreensão específica, que se desenvolva através de uma metodologia capaz de identificar e contrapor vozes, experiências e práticas de todos os atores sociais envolvidos numa dada situação de pesquisa. O autor (2007) ainda atenta para o fato de que essas interfaces precisam ser identificadas etnograficamente/empiricamente, ou seja, não devem ser forjadas com base em categorias pré-determinadas. Os vínculos e representatividades dos atores e destes com as instituições, grupos sociais ou organizações às quais pertencem, devem, também, ser estabelecidos em campo, e não tomados como evidentes (LONG, 1999).

Em um *paper* de Brunori, Rossi e Malandrini (2010), os autores discutiram os resultados de um estudo acerca dos processos de inovação em unidades produtivas que aderiram ao “grupo de consumidores de base solidária” (GAS)¹¹, na região da Toscana, na Itália. Dentre as considerações do estudo de caso – que analisava o processo de transição pelo qual passavam os produtores, para aderir ao grupo – percebeu-se que a adoção de novas formas de produção exigia mudanças radicais nos aspectos cognitivos e técnicos, nos padrões organizacionais e nas práticas de comunicação: mudanças nos ativos materiais e imateriais. Os autores entenderam que estas mudanças eram: “um resultado dos processos de negociação com grupos de consumidores e, de uma forma mais geral, das interações que ocorriam nas redes híbridas às quais produtores e consumidores pertencem”¹². Deste modo, estes Grupos representariam contextos relacionais, onde novidades seriam co-criadas pelos produtores e consumidores. Embora o quadro teórico das análises tecidas pelos autores não seja o mesmo proposto pela perspectiva orientada ao ator (apoiam-se mais no que intitulam teorias das transições e na Teoria do Ator-Rede (ANT), desenvolvida principalmente nos trabalhos de Bruno Latour, Michel Callon e John Law), podemos notar que a abordagem proposta é relacional; e que há, no exemplo citado, uma situação de interface. A escolha da “lente” a partir da qual far-se-á a análise é escolha do pesquisador (motivado, é claro, pelo tecer de uma investigação que o leve a um aprofundamento de suas questões), e são, de fato, muitas as possibilidades. Do ponto de vista da análise sociológica, este caso, entretanto, permite uma análise da interface entre esses “mundos de vida”, apoiada no aporte teórico-metodológico do enfoque orientado aos atores, que traria outros olhares e desvelaria outras dinâmicas.

Não é a toa que estas abordagens relacionais “bebam” umas das outras. Ao expor sua noção de agência, Long, por vezes, apoia-se, além de Giddens, em Latour para construir sua concepção (MENEZES; MALAGODI, 2011). No que tange à construção do conhecimento, por exemplo, Giddens contribui com a ideia de que não há uma rígida separação entre o que chama de conhecimento comum e conhecimento erudito do mundo social (a saber: leigos e especialistas)¹³. Em uma argumentação mais radical, apoiado em Thompson, chega a propor

¹¹ “GAS is the acronym of Gruppi di Acquisto Solidale (Solidary-based Purchase Groups)” (BRUNORI, ROSSI, MALANDRINI, 2010, p. 50).

¹² “[...] these are a result of the negotiation process with consumers groups and, more in general, the interactions within hybrid networks to which both producers and consumers belong.” (BRUNORI; ROSSI; MALANDRINI, 2010, p. 33, tradução nossa).

¹³ “[...] uma interação interpretativa mútua entre ciência social e aquelas cujas atividades constituem seu objeto de estudo - uma "dupla hermenêutica". As teorias e descobertas das ciências sociais não podem ser mantidas totalmente separadas do universo de significado e ação de que elas tratam. Mas, por sua parte, os atores leigos são teóricos sociais, cujas teorias ajudam a constituir as atividades e instituições que são o objeto de estudo de observadores sociais especializados ou cientistas sociais (...). A interseção de duas redes de significado como parte logicamente necessária da ciência social, o mundo social significativo constituído por atores leigos e as

que há uma depreciação do “ator leigo” em certas correntes sociológicas associadas ao estruturalismo e ao funcionalismo; estes partiriam “da mesma ‘antropologia latente’, do mesmo pressuposto ulterior acerca do Homem – de que todos os homens e mulheres (exceto eles próprios) são rematados idiotas” (GIDDENS, 1989, p. 225).

Giddens postula que as teorias das ciências sociais “se entrelaçam em maior ou menor grau com as teorias-em-uso dos atores” (1989, p.44). De fato, todos os atores são detentores de conhecimento (em Giddens, a cognoscitividade, expressa também na consciência prática, caracteriza todos os seres humanos¹⁴). Ora, o conhecimento “sempre é essencialmente provisório, parcial e contextual em natureza, e as pessoas trabalham com uma multiplicidade de compreensões, convicções e compromissos” (LONG; LONG, 1992). As situações de interface são, portanto, momentos em que este conhecimento se constrói, se transforma, se põe em xeque, se impõe, se submete. É por isso que Long e Ploeg (2011) apontam para a necessidade de desenvolver uma sociologia do conhecimento orientada aos atores, no que tange aos processos de desenvolvimento, com o intuito de explorar os diferentes corpos de conhecimento que operam na vida dos atores e as batalhas que aí se instalam (ARCE; LONG, 1993).

Há de se ressaltar, neste tema, que qualquer tentativa de conceitualizar as dinâmicas de conhecimento em termos de transferência de informação, sem atentar à criação e transferência de significado na interface entre os mundos de vida de diferentes atores, falha com a própria noção de conhecimento¹⁵.

Voltemo-nos às questões referentes às interações entre técnicos extensionistas e agricultores, por exemplo. Os agentes de desenvolvimento (aqui, notadamente, os agentes de assistência técnica e os órgãos governamentais) têm sua posição legitimada por sua competência técnica – incluída no campo do saber técnico-científico. Os agricultores, na visão daqueles, possuem nenhum conhecimento ou são leigos (dotados de conhecimento popular, não especialista). Os dois sistemas de conhecimentos (conhecimento popular e conhecimento técnico-científico) se relacionam nessa tentativa de transferência de conhecimento: aos agentes do desenvolvimento têm sido dado o papel de transferir certas habilidades e saberes (e

metalinguagens inventadas por cientistas sociais; numa "oscilação" constante de uma rede para outra envolvida na prática das ciências sociais.” (GIDDENS, 1989, p. 441).

¹⁴ “Todos os seres humanos são altamente instruídos no que diz respeito ao conhecimento que possuem e aplicam na produção e reprodução de encontros sociais cotidianos; o grande volume desse conhecimento é de caráter mais prático do que teórico. (GIDDENS, 1989, p. 25). A este conhecimento, dado em situações de interface, Giddens denominou “conhecimento mútuo”.

¹⁵ Neste sentido, já se pode adiantar a relação destes aspectos com a noção de Construção do conhecimento agroecológico e com a importância dos saberes locais em Agroecologia, conforme será discutido na próxima seção.

significados) às populações – que têm outros tipos de sistemas de conhecimento. Ora, “as citações do discurso técnico-científico passadas pelos mediadores serão inelutavelmente reinterpretadas pelo agricultor no interior do seu próprio sistema de conhecimentos e de sentidos” (MEDEIROS; MARQUES, 2012).

Em sua obra de 1993, Arce e Long expõem e discutem uma análise de interface (entre os mundos de vida dos técnicos-burocratas – agentes de desenvolvimento – e dos agricultores locais) feita a partir de uma etnografia em *ejidos* mexicanos. Dentre os muitos processos descortinados, notou-se que, de fato, a “incorporação” dos novos elementos trazidos pelos técnicos às práticas sociais dos agricultores acontecia de forma dinâmica, com dispositivos sendo transformados e ganhando novos sentidos e usos, diferentes daqueles planejados pelo técnico. Isto implica na multiplicidade de corpos de conhecimento e de percepções que abarcam situações como esta: no caso estudado, os autores ressaltaram que estavam em jogo concepções discrepantes de conservação do solo e de gestão da produção, por exemplo. Isto desembocava em conflitos, advindos também da falta de reconhecimento, por parte dos agentes de desenvolvimento, da natureza diversificada das economias rurais locais. Implica, também, na imposição do poder a partir da narrativa daquele que possuía o conhecimento técnico (o “agente de desenvolvimento”), independente da validade científica de seus discursos – ressalta-se aí, também, além dos diferentes conhecimentos e experiências, a crucial diferença no controle dos recursos (sejam eles naturais, financeiros, burocráticos, simbólicos). Giddens em uma análise que pode contribuir com esta discussão, entende que: “os atores leigos estão em geral preocupados, sobretudo, é com a utilidade prática do “conhecimento” que eles aplicam em suas atividades cotidianas, e pode haver características básicas da organização institucional da sociedade que restrinjam ou distorçam o que consideram ser conhecimento” (GIDDENS, 1989, p. 395). Ainda neste sentido, trazemos a explanação de Guivant que, apoiada em Long (1989), constata:

Atores atuando em diferentes arenas podem traduzir as mesmas questões em diferentes formas, assim como atores atuando numa mesma arena podem incluir traduções comuns em seu “actor-world”. [...] Por sua vez, as interações levam a reconfigurar os atores, estabelecendo um novo patamar para novas interfaces. (GUIVANT, 1997, p. 437)

Conclui-se, pois, que os projetos dos atores são realizados em arenas específicas, tais como aquelas formadas por relações com o mercado, entre Estado e agricultores, agronegócio e agricultura familiar... Isto é, cada projeto é articulado com os projetos, interesses e perspectivas de outros atores. Tal articulação é estratégica no sentido em que os atores

envolvidos irão tentar antecipar as reações e estratégias possíveis dos outros atores e agências. A criação de coligações e/ou o distanciamento de determinados atores vis-à-vis outros é uma parte intrínseca desta ação estratégica (LONG; PLOEG, 2011). No entanto, Long (1999) lembra que a análise da interface foca nos vínculos e redes que se desenvolvem entre indivíduos e coletivos mais do que nas estratégias individuais ou de grupo. Através deste enfoque, nota-se que muitas vezes são as situações de interface que provém os meios pelos quais indivíduos ou grupos (tendencialmente de modo não-estratégico) definem suas próprias posições ideológicas ou culturais.

2.2 A ABORDAGEM DA AGROECOLOGIA

Nos trabalhos, artigos, teses e dissertações sobre Agroecologia é muito comum haver um espaço destinado a definir *o que é Agroecologia*; ou, de *que Agroecologia se fala*. O mesmo não ocorre com as ciências ditas duras, ou com aquelas cujo campo de conhecimento, metodologias e estrutura já encontram-se, de certa forma, consolidados ou moldados. De fato, em um artigo no campo da Agronomia, por exemplo – à exceção de casos específicos – não há motivos para contextualizar ou justificar o uso da ciência agrônômica. O mesmo ocorre, de maneira geral, com a Geografia, a Sociologia, a Biologia... No entanto, é ainda comum a justificação e a fundamentação da escolha quando trata-se da combinação entre os termos Agroecologia e ciência. Afinal, podemos falar em ciência agroecológica?

Conforme demonstraram Wezel *et al.* (2009) em um estudo comparativo, a evolução das apropriações e dos usos dados ao termo Agroecologia sequer ocorreu de forma homogênea no mundo¹⁶. Há aqueles que advogam que é uma ciência, uma prática, um movimento, ou a interseção destes. Esse terreno, de disputa e em construção, traz a necessidade de se debater e elucidar: do que se fala quando se fala em Agroecologia? Por outro lado, seria infrutífero, aqui, neste trabalho, lançar-se a uma busca e um aprofundamento teórico com o intuito de definir e delimitar o que é, para nós, Agroecologia. Ao trabalharmos em consonância com as abordagens teórico-metodológicas da Perspectiva Orientada ao Ator, este esforço seria não só infrutífero, mas também contraditório. Afinal, se o objetivo da pesquisa é dar voz aos atores, ao analisar a realidade a partir do entendimento e da demanda destes, que sentido teria trazer uma noção pré-moldada de agroecologia? Nos capítulos de discussão e resultados isso será posto em debate: as próprias noções de Agroecologia

¹⁶ O estudo comparou os diferentes usos e noções de Agroecologia (e sua evolução) no Brasil, Estados Unidos, França e Alemanha.

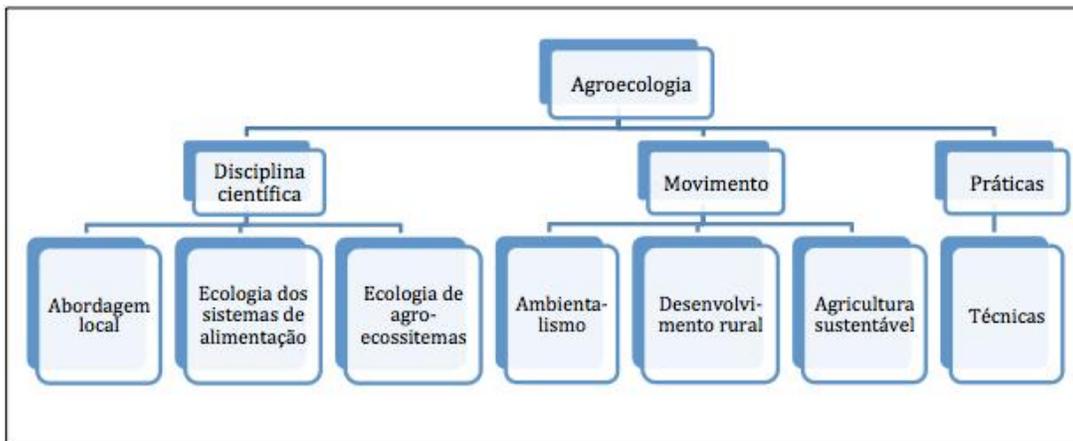
reproduzidas, entendidas (e, por vezes, defendidas) pelos atores; bem como seu caráter polissêmico e interdisciplinar.

No entanto, é preciso situar-se no debate. E fazer, sim, esse exercício de compreender as possibilidades, as dificuldades e os lugares da abordagem agroecológica, para, em seguida, analisar com mais consistência as formas com as quais o termo é empregado durante a pesquisa. O esforço desta revisão é, portanto, um caminho para situar este trabalho no debate agroecológico (e contribuir na construção deste); e permitir um olhar mais profundo no capítulo das análises e discussões, quando se traz à tona elementos que, de fato, demonstram que a agroecologia é composta de *agroecologias*.

A origem do termo está atrelada à ideia de uma implementação dos métodos da ecologia à agricultura (WEZEL *et al.* 2009; DALGAARD *et al.*, 2003; CARMO; MOREIRA, 2007; GUZMÁN, 2005), de modo a opor-se à agricultura convencional. Propõe, portanto, uma aproximação entre sustentabilidade e agricultura; de acordo com Altieri (1999), a Agroecologia tida como “as bases científicas para uma agricultura ecológica”; segundo Leff (2002, p.41) uma ciência “fundada nos princípios da produtividade ecotecnológica”. O uso contemporâneo da noção de Agroecologia data dos anos 70 (WEZEL *et al.* 2009; HETCH 1999), ainda que as práticas e saberes sejam “tão antigos quanto as origens da agricultura” (HETCH, 1999, p.15) – afirmação que explicita a relação que se dá entre Agroecologia e saberes tradicionais.

Wezel *et al.* (2009), por sua vez, discutem os diferentes significados e apropriações dados ao termo, que, segundo estes, pode ser empregado enquanto ciência, enquanto prática e enquanto movimento. Os autores atribuem aos anos 70 a época onde iniciou-se a “expansão da Agroecologia”, em contraposição à época que compreende os anos 30 aos 60; os “primórdios” da Agroecologia. Se, até então, a Agroecologia era um embrião de uma disciplina científica, a partir dos anos 80, principalmente, ela se desenvolve não só como ciência, mas como um conjunto de práticas e como um movimento socioambiental – ou bandeira de um movimento. O quadro abaixo é uma tentativa de sistematização dos diversos tipos e significados que abarcam o termo “Agroecologia”.

Quadro 1- Múltiplos significados de Agroecologia



Fonte: Adaptado de Wezel *et al.*, 2009.

Na perspectiva do autor, na primeira definição da Agroecologia – enquanto disciplina científica (WEZEL, 2009, p. 1; 3) –, esta seria utilizada para pensar a dimensão ecológica dos agroecossistemas (do início dos anos 30 até os dias atuais). Em seu desenvolvimento, a partir dos anos 70 e 80, notadamente, “emerge” seu sentido enquanto conjunto de práticas, técnicas, *modos de fazer* agricultura. Também neste momento, em um contexto de fervor de críticas ambientalistas, ela surge como um movimento em prol de uma agricultura mais sustentável, de um ambiente mais saudável e/ou de um desenvolvimento rural mais justo.

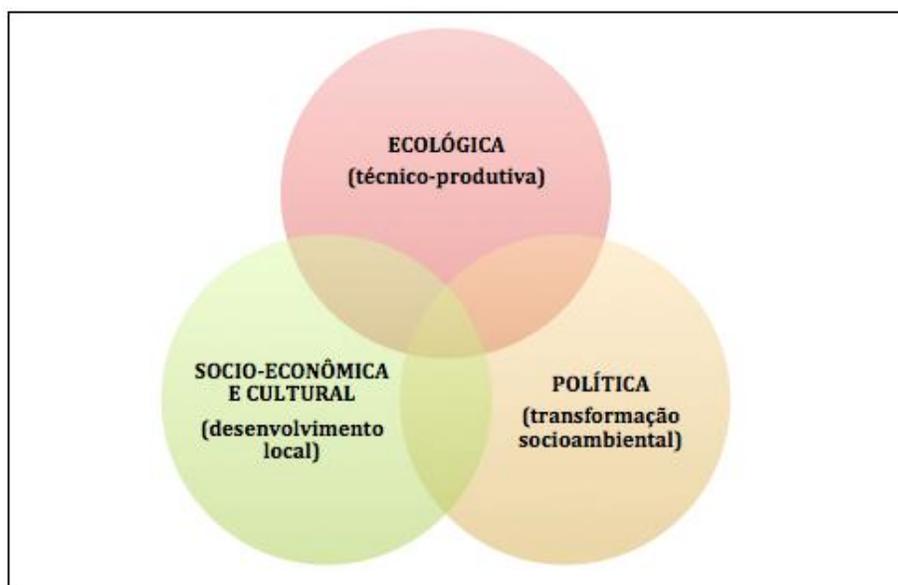
O autor faz uma ressalva quanto às diversas escalas nas quais foi pensada a Agroecologia: da abordagem local (os métodos e experiências na unidade de produção) à ecologia dos sistemas de alimentação (pensando questões como a soberania alimentar e o consumo consciente); das técnicas desenvolvidas *in loco* à noção de agricultura sustentável enquanto novo paradigma a ser pensado. Trazem à tona, ainda, a trajetória da concepção do termo e as escolas que se formaram e desenvolveram as diversas noções de Agroecologia. A norte-americana, a sul-americana e a espanhola estão dentre as ressaltadas.

A escola espanhola tem Sevilla-Guzmán como autor central e defende os princípios da sustentabilidade como estratégias de desenvolvimento rural sustentável a partir de mecanismos endógenos, através do fortalecimento dos mecanismos de resistência ao discurso da modernidade agrária. Para o autor, a Agroecologia é uma construção popular, surgida da aliança entre setores camponeses, indígenas e técnicos (ecólogos, agrônomos, sociólogos, antropólogos, etc.) com diferentes experiências e visões de mundo. De maneira semelhante,

Chambers (1983¹⁷ *apud* Altieri, 2009) sugere que o objetivo da Agroecologia é “que os camponeses se tornem arquitetos e atores do seu próprio desenvolvimento”.

Em um diálogo com a escola latino-americana – notadamente com as experiências argentinas (OTTMANN *et al.*, 2003) – Sevilla-Guzmán propõe que a Agroecologia se desenvolve em três dimensões, que se comunicam, conforme o quadro abaixo:

Quadro 2 - As dimensões da Agroecologia.



Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Ottmann *et al.*, 2003.

Estas dimensões propõem uma outra perspectiva, próxima à esquematização sugerida por Wezel (2009) no quadro 1. Tal qual Dalgaard *et al.*, Sevilla-Guzmán problematiza as escalas – aqui, “níveis de territorialidade” – nas quais a Agroecologia se desenvolve. Em cada um desses níveis (ele enumera cinco) uma ou algumas dessas dimensões se fazem mais presentes – ainda que todas se entrelacem sempre e que haja uma transversalidade das questões envolvidas nessas dimensões. No primeiro nível (“predial”), do trabalho na propriedade, prevalece a dimensão ecológica – dos arranjos e inovações técnico-produtivos. No nível da comunidade local, prevalece a dimensão socioeconômica (expressa na relação agricultor-consumidor e na criação de mercados alternativos, por exemplo). A dimensão política, na visão do autor, começa a surgir no nível da sociedade local, onde ainda demonstra-se mais a dimensão socioeconômica, na forma da preocupação com o desenvolvimento endógeno. É no nível da territorialidade estatal que a dimensão política

¹⁷ CHAMBERS, R. **Rural development**: putting the last first. London: Longman, 1983.

demonstrar-se-ia mais intensamente, através, por exemplo, da necessidade de políticas públicas que facilitem os processos de transição agroecológica. Por fim, a Agroecologia se desenvolve também no nível global, quando se preocupa com questões como a obtenção da soberania alimentar, ou a articulação entre as diferentes experiências agroecológicas nos diversos níveis para criar modos de confrontação contra-hegemônica.

A escola norte-americana, por sua vez, teve a sua concepção de Agroecologia muito pautada pelos problemas ambientais, intimamente ligados, portanto, à dimensão ecológica. Diferentemente do que aconteceu no Brasil, a Agroecologia nos Estados Unidos surge da preocupação de cientistas com os impactos da agricultura convencional, desenvolvendo, nesse contexto, a Agroecologia como disciplina científica – que seria, assim, a base para a formação de movimentos agroecológicos no país (WEZEL, 2009). Esta escola tem Gliessman e Altieri como seus principais representantes. Gliessman (2009) foca mais especificamente nos aspectos técnicos (ecológicos e agrônômicos), ainda que reconheça que um agroecossistema depende também de aspectos sociais, culturais e econômicos. Para Altieri (2009), a Agroecologia deve ser entendida como uma abordagem onde os princípios agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos estão integrados. Assim, é central o incentivo do desenvolvimento de sistemas que valorizem o conhecimento e as técnicas dos agricultores. Além disso, dá-se importância crucial à diminuição da dependência de fatores externos nas unidades produtivas, sobretudo no que tange aos agrotóxicos.

Em sua fala no VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia (2013), Altieri tratou especificamente do caso brasileiro. De fato, a existência de um Marco Referencial em Agroecologia e de um Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica¹⁸ demonstram um avanço no debate agroecológico no Brasil.

Neste sentido, o marco referencial em Agroecologia (EMBRAPA, 2006, p.24) afirma que a “Agroecologia tem sua demarcação inicial na afirmação da necessidade de integrar a ecologia aos sistemas de produção agropecuários, diferenciando-se, a princípio, das práticas da agricultura convencional”. Nota, no entanto, que ela é “um referencial teórico, que ganha

¹⁸ O PLANAPO, segundo divulgação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, é “uma política pública do Governo Federal criada para ampliar e efetivar ações para orientar o desenvolvimento rural sustentável. Fruto de um intensivo debate e construção participativa, envolvendo diferentes órgãos de governo e dos movimentos sociais do campo e da floresta, o Planapo é o principal instrumento de execução da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo)” e tem como objetivo “articular e implementar programas e ações indutoras da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica, como contribuição para o desenvolvimento sustentável, possibilitando à população a melhoria de qualidade de vida por meio da oferta e consumo de alimentos saudáveis e do uso sustentável dos recursos naturais” (BRASIL, 2013). Para uma breve discussão sobre a construção da política, ver Simoni, 2013.

caráter concreto quando aplicado às realidades locais” (p.25). Ou seja: segundo o relatório referencial produzido pela EMBRAPA há uma forte importância dada às experiências e práticas locais em Agroecologia, onde, de fato, esta se manifestaria. Ainda que a entenda como ciência (referencial teórico), dá ênfase à concepção da Agroecologia como prática; ou seja, uma ciência que dialoga com (e se constrói através de) práticas e o saber-fazer agroecológico.

Por fim, alguns autores ressaltam, ainda, o entendimento de que a Agroecologia teria um papel importante na discussão da crise paradigmática pela qual estaríamos passando (CAPORAL *et al.*, 2005, 2006). Segundo estes, “[...] pode-se afirmar que a Agroecologia se constitui num [novo] paradigma capaz de contribuir para o enfrentamento da crise socioambiental da nossa época” (CAPORAL *et al.*, 2006, p. 2). Esta concepção – que pretende trazer alternativas contra-hegemônicas, inclusive no que tange ao método científico cartesiano – vai ao encontro do que será discutido mais amplamente à frente. Dialoga, pois, com autores que buscam, em campos diferentes (mas que, ao nosso ver, se comunicam) propor novos paradigmas para os modos de aplicar e pensar a ciência e a construção do conhecimento. Dentre estas propostas, destacamos a noção de Ecologia dos Saberes (SOUZA SANTOS, 2004, 2005, 2007), Pensamento Complexo (MORIN, 2005) e Racionalidade Ambiental (LEFF, 2000, 2002).

2.2.1 A Construção do Conhecimento Agroecológico

A Construção do Conhecimento Agroecológico (CCA) é também uma noção que deve ser bem compreendida. Isto porque, na abordagem da Agroecologia, cada manifestação local constrói seu modo de aplicar e (re)construir técnicas e saberes. Sendo assim, a Agroecologia portar-se-ia como uma ciência dinâmica, cujos marcos teóricos são sempre retrabalhados a partir da realidade local. Essa abordagem proporciona a construção de um saber que não parte de fórmulas ou modelos fixos (EMBRAPA, 2006). A construção do conhecimento agroecológico, dá-se, portanto, através de um diálogo de saberes, onde os atores, através das reflexões sobre suas práticas (e na interação com outros atores), desenvolvem noções e lições metodológicas e estratégicas (COTRIM; DAL SOGLIO, 2010).

O conceito proposto pela Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) de Construção do Conhecimento Agroecológico é:

O termo construção do conhecimento agroecológico (CCA) vem sendo empregado exatamente para referir-se a processos de produção e disseminação coletiva de novos conhecimentos sobre a gestão dos agroecossistemas que buscam, tanto quanto possível, mobilizar a efetiva participação de profissionais de distintos ramos do saber científico acadêmico e de agricultores/as além de promover uma maior integração entre as ações de ensino, pesquisa e Ater (ABA, 2009).

É por intermédio do enfoque sistêmico, portanto, que se torna possível o estabelecimento de pontes entre o método racional/analítico de construção de conhecimentos adotado por pesquisadores e os métodos intuitivos/integradores dos agricultores. A possibilidade de estabelecimento desses diálogos seria, assim, condição insubstituível para que pesquisadores participem das pesquisas dos agricultores (EMBRAPA, 2006).

Santos e Curado (2012) ressaltam que os processos e métodos participativos são meios exigidos para que se estabeleçam canais de diálogo entre os diversos mundos de conhecimento (dos agricultores, dos pesquisadores, dos estudantes, dos técnicos). Os autores citam a conformação de grupos de agricultores experimentadores, experiência que se desenvolve e se multiplica em “Organizações Não Governamentais (ONGs) e, de forma crescente, em instituições oficiais de pesquisa em diversos países, demonstrando a importância do diálogo de conhecimentos e do empoderamento dos agricultores na identificação de tecnologias em diferentes fases do processo” (SANTOS; CURADO, 2012).

Acerca da participação de diversos atores e sua relação com a Agroecologia, importante forma a partir da qual se dá a CCA, Dal Soglio (2012) comenta:

[...] são necessários métodos que possam facilitar a participação e a interação dos diferentes atores. Os métodos participativos, que a Agroecologia entende serem capazes de facilitar e cumprir essa função, são importantes quando queremos propor o redesenho e a produção de novidades para o manejo de agroecossistemas. Esses métodos, aplicados tanto no desenvolvimento de pesquisas, como nas atividades de extensão, podem conduzir a uma transição participativa a modelos camponeses e ecológicos de agricultura” (DAL SOGLIO, 2012, *apud* COTRIM, 2013, p. 51).

A participação possui lugar central na CCA. Os métodos participativos seriam, portanto, tentativas de operacionalizar e sistematizar os diversos interesses, estratégias, saberes e experiências¹⁹ dos atores em prol de um conhecimento coproduzido. Esta

¹⁹ A sistematização de experiências é uma metodologia já muito utilizada na CCA: “Nos últimos anos, a prática da sistematização de experiências tem se estabelecido como uma atividade fundamental para o aprendizado coletivo de instituições, redes e movimentos sociais promotores da agroecologia. A sistematização é um instrumento que permite olhar analítica e criticamente para o vivido e experimentado. Ao examinar de perto os resultados e os impactos alcançados pela experiência, torna-se um exercício constante de monitoramento e avaliação das atividades, necessário para o contínuo aprimoramento da ação. Os resultados, quando compartilhados, são fontes inspiradoras para outros grupos ou instituições atuantes, com projetos similares mas em contextos diferentes. Ademais, as sistematizações são extremamente úteis na qualificação de intercâmbios

coprodução do conhecimento exige que haja uma relação dialética entre os diversos sistemas de conhecimento (aqui, notadamente, o conhecimento popular e o técnico-científico). Isto significa dizer que nenhum conhecimento será estanque, mas, sim, sempre (re)interpretado no interior dos sistemas de conhecimento e sentidos dos atores. Nas palavras de Leff (2002, p. 37) “[...] os saberes agroecológicos se forjam na interface entre as cosmovisões, teorias e práticas”.

Cotrim (2013) propõe uma síntese de temas essenciais à CCA, dos quais citamos:

- a) o conhecimento agroecológico é concebido dentro de uma visão holística e sistêmica da ciência (rompendo com a visão disciplinar e cartesiana da ciência);
- b) a CCA se dá através do diálogo dos saberes popular e científico;
- c) os princípios ecológicos da agricultura e a noção de transição agroecológica são bases para a CCA;
- d) a participação é peça-chave na CCA;
- e) os processos de construção dos projetos sociais dos atores dialogam intensamente com a CCA.

A noção de “projetos sociais” propõe um diálogo com a POA. Esta perspectiva advoga que os atores sociais, inseridos em diversas arenas de negociação (espaços de interfaces), articulam seus projetos (individuais e coletivos) com projetos de outros atores. Os projetos sociais seriam, portanto, um conjunto socialmente negociado, em uma arena heterogênea. Esses espaços de disputas, buscas por consensos e por confluências (ou sobreposição) de interesses são (ou podem ser) espaços onde o conhecimento se reformula, se constrói e se desconstrói.

Nota-se, assim, como a discussão acerca da CCA conversa diretamente com a abordagem da POA, e como esta última pode ser frutífera no que tange ao desenrolar da discussão acerca da construção do conhecimento e da forma como a abordagem agroecológica a propõe. A noção de interface e a ideia das “batalhas do conhecimento” (LONG; LONG, 1992), por exemplo, trazem aportes importantes para problematizar e edificar o conceito e as metodologias referentes à CCA. Não é à toa que Cotrim, (2013, p. 224) propõe a seguinte conceituação:

e nas interações em redes locais e regionais que visam o aprendizado mútuo por meio dos ensinamentos extraídos das experiências de todos os envolvidos” (Em: CHAVEZ-TAFUR, J. Aprender com a prática: uma metodologia para sistematização de experiências / Brasil: AS-PTA, 2007). Acerca deste assunto ver, por exemplo, Cotrim e Dal Soglio (2010).

A Construção do Conhecimento Agroecológico é um processo relacional entre os atores dentro das arenas, tendo esses a capacidade de agência para construir projetos diferenciais para suas vidas. A interface participativa entre os atores, através do método participativo, é elemento essencial, ocorrendo no sentido do diálogo do saber tradicional e científico, ou seja, o conhecimento empírico e científico das características ambientais do ecossistema, e as propriedades sociais do grupo são os objetos do debate entre os atores. A totalidade do processo é voltada para o caminho de uma transição agroecológica construída coletivamente pelos atores e orientada a caminhos sustentáveis de desenvolvimento rural.

Se, na arena agroecológica, o debate acerca das lutas e (re)interpretações dos diversos *worldviews* se dá sobretudo na figura do técnico extensionista *versus* a figura do agricultor, isso não necessariamente reflete a realidade. Não apenas por existirem outros importantes atores envolvidos nesse processo (pesquisadores, agentes do Estado, estudantes, consumidores...), mas, também, pela falsa (ou reducionista) dicotomização entre saber leigo e saber especializado (GUIVANT, 1997). Em outras palavras, a abordagem do conhecimento na Agroecologia ainda pode pecar por ter

a visão dicotômica do conhecimento, onde de um lado estaria o saber científico e de outro o saber local, ambos tratados como blocos monolíticos em que o segundo seria mais sustentável que o primeiro. Esta concepção não avaliaria as diferenciações e as relações de poder internas, bem como os diálogos e vínculos existentes entre os dois tipos de conhecimento; e (b) o pressuposto de que o agricultor está só a espera de novas informações e treinamento para adotar um método holístico de agricultura sustentável. (BULHÕES; DAL SOGLIO, 2009, p. 614)

Neste sentido, a POA traz reflexões e propostas teórico-analíticas que colaboram na superação destes embates. Isto é, sem dúvida, um desafio na prática investigativa: ainda que se tenha clareza desses possíveis reducionismos, muitas vezes é difícil fugir de modelos analíticos. Esta preocupação, ao pensar a CCA nessa pesquisa, certamente fez-se presente; contudo, são muitos os momentos em que este padrão acaba por se repetir.

2.3 SITUANDO A PESQUISA: ASPECTOS METODOLÓGICOS

Esta seção busca fazer uma primeira delimitação da pesquisa no tempo e no espaço, para, em seguida, indicar os métodos e técnicas utilizados na sua construção.

A necessidade de “situar a pesquisa” se dá, de início, pois considera-se que “a sociologia só faz sentido no seu frescor”. Isto tem implicações nas escolhas metodológicas e nas contribuições que a pesquisa poderá aportar. Deste modo, é necessário explicitar que, aqui, não há o objetivo de se formular teorias ou mesmo análises generalistas acerca do tema investigado. Assim sendo, todos os objetivos da pesquisa estão circunscritos ao contexto

desta, ou seja, tratam, tão somente, das relações, discursos e observações acerca dos atores e dinâmicas com as quais se interagiu.

O problema da pesquisa parte da seguinte ponderação: embora exista uma quantidade significativa de materiais científicos analisando a relação entre técnicos extensionistas e agricultores, pouca reflexão foi produzida acerca da relação entre os estudantes universitários e os agricultores. Nota-se, contudo, que no Brasil existem dezenas (podendo chegar a centenas)²⁰ de grupos de extensão universitária que trabalham com a temática agroecológica, muitos destes concentrando-se no Rio de Janeiro. Consideramos que estes são, também, mediadores de projetos de desenvolvimento e atores que constituem a rede sociotécnica da Agroecologia – em nosso estudo, da Agroecologia no Rio de Janeiro. Indagamo-nos: através de que práticas sociais, de que inter-relações, os GAs transformam-se em “nós” desta rede? Como contribuem estes, enquanto participantes de um conjunto complexo de atores, para a Construção do Conhecimento Agroecológico (CCA)? Que dinâmicas se dão na interface entre estes estudantes e agricultores? Como isso influencia na CCA?

Estas perguntas, para uma pesquisa de mestrado com limitações de tempo e de recursos, são deveras amplas. Assim, optou-se por tentar responder estas perguntas a partir de uma realidade localizada e, de certa forma, inscrita em certos parâmetros. Acredita-se que, deste modo, contribui-se através da descrição, análise e discussão de uma experiência que, posta ao lado de tantas outras, pode colaborar com o encontro de respostas e com o surgimento de tantas outras questões.

Conforme já comentado, foi marcante como as práticas, as pesquisas, os eventos e as movimentações em torno da Agroecologia se fazem cada vez mais presentes. Esta foi, sem dúvida, uma impressão que ficou do processo desse trabalho. Assim, um primeiro desafio foi canalizar a escolha dos lugares e dos atores da pesquisa, tamanha era a “agitação” do cenário. Quantos grupos pensam a Agroecologia! Quantos agricultores se envolvem nesse processo! Este desafio foi superado através de uma reflexão acerca das perguntas que se queria responder e dos passos que se podia dar.

Assim, de uma miríade complexa e fluida de atores, foi-se “lapidando” até chegar nos atores descritos no capítulo 3. Na pesquisa exploratória, percebeu-se como são ilimitadas e turvas as fronteiras dessa rede de atores que atua na promoção da CCA no Rio de Janeiro. A própria limitação espacial demonstra-se, de fato, artificial. Os limites municipais ou estaduais

²⁰ A Rede de Grupos de Agroecologia (REGA) vem, desde o primeiro Encontro Nacional de Grupos de Agroecologia (ENGA), trabalhando no cadastro nacional destes grupos. Até o fechamento deste trabalho, eram cerca de 60 grupos que compunham o mapa da REGA (ver figura 1, no capítulo 3).

não correspondem, de forma alguma, aos “limites” das inter-relações entre os atores e instituições que, das mais diversas maneiras, interagem e formam as muitas arenas onde se dão as situações de interface e a dialética da construção do conhecimento.

Na busca de focar o “objeto” de pesquisa, fazendo com que se fosse possível, de fato, uma análise qualitativa e essa desafiante compreensão das situações de interface, propôs-se uma limitação do empírico a partir das principais questões norteadoras da pesquisa. Nota-se que esta delimitação, ainda que artificial, tem o propósito de possibilitar o processo analítico; por outro lado, esta mesma limitação foi sendo remoldada ao passo em que a entrada no campo propunha novas propostas e avaliações. Assim, os limites empíricos da pesquisa foram: grupos de Agroecologia que atuassem nas Universidades (públicas) da região metropolitana do Rio de Janeiro; e que fossem grupos “institucionalizados” (ou seja, grupos de extensão universitária). É claro que, como estes atores se inter-relacionam de forma dinâmica, foram muitos os mundos de atores pesquisados, mas focalizou-se nestes grupos (notadamente no que tange à realização das entrevistas). O objetivo aí inscrito era aprofundar a discussão das questões (que já vinham do projeto desta pesquisa) acerca do papel da Universidade – que se estende no capítulo 4.

Dos muitos agricultores que se envolvem neste processo de “interação” com a universidade, optou-se por entrevistar aqueles que, atualmente, estivessem diretamente envolvidos em atividades que se relacionassem com estes grupos. Assim, os agricultores entrevistados eram feirantes, palestrantes ou facilitadores de vivências que estavam atuando durante o processo do trabalho de campo e da produção da pesquisa: do final de 2012 ao início de 2014.

Os métodos e as técnicas para a “escolha” dos atores, coleta e análise dos dados estão descritos nas seções a seguir, bem como esclarecimentos acerca da natureza desta pesquisa. Um maior aprofundamento e apresentação dos atores da pesquisa se dá no capítulo 3.

2.3.1 Natureza da pesquisa

Trata-se de um estudo de caso²¹ exploratório-descritivo, que segue uma posição epistemológica de natureza qualitativa e de matriz construtivista, pois busca a compreensão profunda de um dado contexto social para, a partir daí, percebê-lo em toda a sua

²¹ Yin (2005, p.13) define estudo de caso como “uma investigação empírica que estuda um fenômeno contemporâneo dentro do contexto real de vida, especialmente quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são absolutamente evidentes”.

complexidade (Yin, 2005). A investigação toma forma a partir da perspectiva dos seus atores e da interpretação do pesquisador, num processo dialético. Assim, o estudo de caso construtivista assenta numa lógica de compreensão dos processos de intervenção e de mudança, bem como leva em consideração a capacidade de agência dos atores/sujeitos da pesquisa.

2.3.1 Coleta e análise de informações

A primeira etapa da pesquisa consistiu na delimitação dos “sujeitos da pesquisa”. No que tange aos GAs, optou-se por uma tipificação dos diversos grupos existentes no Rio de Janeiro para, então, identificar aqueles que se demonstrarem mais frutíferos ao desenvolvimento da pesquisa, a partir de critérios pré-determinados; quais sejam:

- a) trabalhar e desenvolver como temática principal a Agroecologia; b) ser grupos de extensão universitária, de universidades públicas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) e c) buscar, como parte de sua prática, contato e trocas com agricultores.

Para isso, dois passos tornaram-se fundamentais:

- a) fazer um levantamento a partir das sistematizações já existentes em bancos de dados da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) e Sociedade científica latino-americana de Agroecologia (SOCLA), dentre outros, dos GAs atuantes hoje em dia;
- b) buscar, sobretudo nos anais dos encontros e congressos de Agroecologia (notadamente o Congresso Brasileiro de Agroecologia – CBA), os relatos de experiências e histórico destes grupos.

A partir daí, aproximamo-nos mais de quatro grupos: o Grupo de Agricultura Ecológica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (GAE/UFRRJ); o Mutirão de Agricultura Ecológica da Universidade Federal Fluminense (MÃE/UFF); o Projeto Capim-Limão e o Mutirão de Agroecologia (MUDA), ambos da UFRJ.

No que tange aos agricultores, conforme mencionado, sua participação na pesquisa deu-se de forma expressivamente dinâmica. Uma vez em contato com o mundo, as ações, os eventos dos GAs em questão, aproximou-se dos agricultores que estavam envolvidos nessa conjuntura. Assim, foram entrevistados seis agricultores, entre feirantes, palestrantes e facilitadores de vivências.

A abordagem desta pesquisa não privilegia os quantitativos de sujeitos (como pré-limitações). Os sujeitos foram “delimitados” de acordo com o princípio de saturação e amostragem teórica, esta última sendo compreendida como o processo de coleta de dados para gerar análises. Há a coleta, codificação e análise dos dados, a fim de apontar os eventos que sejam indicativos de categorias. A coleta é efetuada até acontecer a saturação teórica, ou seja, até ocorrer a repetição ou a ausência de dados.

Tanto no caso dos participantes dos GAs como com os agricultores, utilizou-se a estratégia “bola de neve” (BECKER, 1994; BALDIN; MUNHOZ, 2011): ou seja, partiu-se de contatos pessoais da pesquisadora e de informantes-chave, para, a partir daí, ampliar o grupo de entrevistados, que seriam indicados por aqueles. Segundo as autoras, esta “é uma técnica de amostragem que utiliza cadeias de referência, uma espécie de rede”, assim, trata-se de uma técnica não probabilística – não se pode determinar a probabilidade de seleção de cada participante na amostra. No entanto, Baldin e Munhoz (2011, p.333) lembram que este método, quando utilizado para a pesquisa em redes sociais complexas possui vantagens, pois “é mais fácil um membro da população conhecer outro membro do que os pesquisadores identificarem os mesmos, o que se constitui em fator de relevância para as pesquisas que pretendem se aproximar de situações sociais específicas”. Buscou-se, também, orientar essas indicações, objetivando abarcar uma gama mais heterogênea de atores (por exemplo, perguntando por participantes novatos e antigos nos GAs).

Realizado este primeiro momento e definido o conjunto de atores que estariam diretamente envolvidos na pesquisa, utilizou-se, principalmente, os seguintes métodos de coleta de dados e informações:

- a) entrevistas semiestruturadas;
- b) acompanhamento das atividades dos grupos, através da observação participante;
- c) registro das atividades em um diário de campo e em fotografias;
- d) pesquisa documental e teórica.

O uso da entrevista semiestruturada, permite uma organização flexível e ampliação dos questionamentos à medida que as informações vão sendo fornecidas pelo entrevistado, ainda que esta seja guiada por um roteiro de questões (BELEI *et al.*, 2008). Estas questões foram formuladas após a pesquisa exploratória, quando havia uma maior proximidade dos sujeitos da pesquisa e de sua temática.

É interessante notar que com as entrevistas não se busca perguntar as questões de pesquisa e sim produzir material para posterior análise que, em conjunto com outras

ferramentas, possibilitarão responder às perguntas da pesquisa propriamente ditas. Há de se dar atenção à construção desta ferramenta metodológica, não recaindo no erro citado abaixo:

A não-discriminação de uma dupla ordem de objetivos (os objetivos da pesquisa e os da entrevista) implica que o entrevistado seja abordado a partir dos objetivos da pesquisa e não dos objetivos da própria entrevista. Produz-se, desse modo, um certo deslocamento da palavra do entrevistado, que passa a ocupar o espaço daquele que fornece respostas às perguntas da pesquisa (lugar que, obviamente, deveria ser ocupado pelo pesquisador) (ROCHA *et al.*, 2004, p.7).

Assim, o uso da entrevista se faz no sentido de entendê-la enquanto dispositivo enunciativo, rejeitando-se o ponto de vista que nela reconhece tão-somente o papel de mera ferramenta que possibilita ao entrevistador o acesso à “verdade” do entrevistado (ROCHA *et al.*, 2004).

A observação participante, por sua vez, permite observar fatos e relações que por vezes não são faladas durante as entrevistas ou explicitadas por outros meios. O pesquisador, para Becker (1994), coleta dados participando do grupo ou organização, observando pessoas e seus comportamentos em situações de sua vida cotidiana. Ainda segundo o autor, “a observação participante tem algumas vantagens na pesquisa qualitativa, uma delas é a possibilidade de contato pessoal do pesquisador com a realidade investigada, permitindo acompanhar as experiências diárias dos sujeitos e apreender os significados que atribuem à realidade e às suas ações”.

Estes procedimentos metodológicos vão ao encontro das propostas teórico-metodológicas da POA, uma das propostas norteadoras da pesquisa. A POA não tem como intenção promover-se como modelo teórico ferramental, dotado de métodos e técnicas, mas sim tomar conceitualmente as flexibilidades, ambiguidades e a natureza socialmente construída e autotransformadora da vida social, encontrando instrumentos conceituais para tal (KRUEL, 2010).

O uso de ferramentas como fotografias, por sua vez, permite a (re)observação e posterior análise de eventos, momentos e expressões que no momento da entrevista ou observação podem passar despercebidos pelo pesquisador. A imagem oferece à prática de observação e descrição, um suporte a mais, um novo olhar. (BELEI *et al.*, 2008; MAUAD, 2004).

Há de se ressaltar, no entanto, que o uso de tecnologias como a fotografia exige preparo. Além da escolha do ambiente e estrutura que vão de acordo com a utilização destes

métodos, faz-se mister a atenção à criação de um clima adequado para a coleta de dados, permitindo que os atores da pesquisa não se sintam intimidado e se expressem.

A escolha por não identificar os entrevistados também passa por esta questão. Ainda que alguns tenham relatado tranquilidade quanto à sua “exposição”, outros ficavam claramente mais à vontade ao ser proposto o anonimato. Deste modo, como forma de padronizar e facilitar a leitura e compreensão deste trabalho, as falas foram, quando possível, expostas em sua forma direta. Quando estão em sua forma literal, substitui-se o nome dos atores por nomes fictícios, que estão organizadas da seguinte maneira: os agricultores receberam o “prefixo” AGR (exemplo: AGR Julia); os estudantes/participantes de GAs, o prefixo GA (exemplo: GA André). No caso desses últimos, participantes do mesmo grupo terão nome iniciado pela mesma letra.

As informações coletadas através dos mecanismos supracitados constituíram um material bruto que necessita de tratamento, visando sua redução, categorização, seleção e organização. Deste modo, pode-se obter elementos que permitam estabelecer relações e fazer interpretações e análises.

Considerando a abordagem teórico-metodológica da POA, faz-se mister ressaltar a importância da inserção do discurso e de sua análise para a compreensão dos fenômenos. Nesta abordagem construtivista, os fenômenos sociais são feitos de uma multiplicidade de realidades emergentes e construídas. Deste modo, compreende-se que a linguagem e a prática discursiva na vida cotidiana, são meios pelos quais o homem constrói e dá sentido ao mundo (LONG, 2007).

Aos dados obtidos – notadamente às entrevistas – buscou-se, portanto, fazer uma análise crítica das práticas discursivas. Entende-se prática discursiva como uma forma particular da prática social, deste modo, ela é um meio de reprodução e transformação da realidade social. Isto se dá, sobretudo, se entendermos que o discurso tem orientações institucionais, políticas, ideológicas, econômicas e culturais (FAIRCLOUGH, 2001).

A análise crítica do discurso apresenta-se, pois, como um instrumental teórico para a análise das práticas discursivas. Fairclough (2001) considera como base de sua teoria a natureza dialética social do discurso, a saber: o discurso é constituinte da realidade social ao mesmo tempo em que é por ela constituída. Através desta análise pretendeu-se extrair nuances das inter-relações que serão analisadas.

Entende-se, no entanto, que o processo de produção de conhecimentos dá-se à medida que se faz a coleta e análise dos dados. Isso indica que o próprio processo precisa os focos da pesquisa, à medida que esta se desenvolve.

As notas de campo, os registros escritos e as evidências fotográficas constituíram um material cuja função ultrapassou aquela de complementar. Estes materiais demonstraram-se cruciais na construção das análises e reflexões, uma vez que permitiram e propuseram ideias e conexões que surgiam durante o próprio processo da pesquisa. Por vezes, estas ideias escapavam às falas das entrevistas. Foram, portanto, métodos que colaboraram diretamente na constituição de uma árvore de categorias que desencadeou na presente organização deste trabalho (nos tópicos desenvolvidos). Ainda que esta sistematização tenha como principal referência as categorias “propostas e enunciadas” pelos entrevistados, muitas delas surgem em momentos de conversa informal, seja entre pesquisador-entrevistado, seja entre os diversos atores interagindo nas muitas arenas. Estas interações, os discursos e arranjos interpessoais, anotadas no diário de campo, demonstraram-se um rico material de pesquisa.

3 OS ATORES, AS ARENAS

Mire veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando. Afinam e desafinam. Verdade maior. É que a vida me ensinou.

Guimarães Rosa

Este capítulo tem o objetivo de apresentar e contextualizar os atores que fizeram parte da pesquisa. Esta explanação dar-se-á tanto de modo geral (ou seja, um panorama sobre os Grupos de Agroecologia, sobre os agricultores ecológicos e aqueles que se articulam com as Universidades), quanto de maneira mais específica, quer dizer, apresentando os atores pesquisados, suas histórias e caminhos, contextualizando-os no âmbito da discussão que este trabalho propõe.

Assim, este capítulo propõe, ao mesmo tempo, uma “apresentação dos atores” e um “diálogo com os atores”. Este diálogo materializa-se neste estudo a partir do interpretado nas arenas identificadas, e cuja análise constitui a segunda parte deste capítulo.

3.1 OS GRUPOS DE AGROECOLOGIA (GAs)

Ainda é pequena a literatura que trate dos Grupos de Agroecologia, de suas atividade e de suas contribuições para o desenvolvimento e promoção da Agroecologia²². Por outro lado, por entender que se trata de um fenômeno relativamente recente, enxergamos que este número deve ser crescente. Normalmente, a literatura se restringe aos relatos de experiência e artigos produzidos pelos próprios grupos (notadamente nos anais do CBA²³) ou a documentos e relatorias informais.

No campo do desenvolvimento rural, por sua vez, se produzem bastante pesquisas que versam sobre a relação entre os técnicos extensionistas e os agricultores (muitas vezes analisando-os em uma postura antagônica²⁴). Tanto a POA como a abordagem da

²² Falamos, aqui, mais especificamente de trabalhos que façam uma análise acerca do trabalho destes grupos. São poucos. Uma dissertação, defendida no CPDA/UFRRJ no ano de 2000 (FRADE, 2000), e que tratava do Grupo de Agricultura Ecológica/GAE/UFRRJ, fez a mesma afirmação. Ainda que encontremos alguns, como o supracitado, sente-se que ainda há uma carência de estudos e análises sobre o tema.

²³ O congresso possui um eixo para receber trabalhos de relatos de experiência. Todos podem ser acessados na Revista Cadernos de Agroecologia. Pelo grande e rico acervo já acumulado, esta iniciativa demonstrou-se deveras importante para a sistematização das experiências agroecológicas.

²⁴ De fato, Sardan (2005) afirma que os agentes de desenvolvimento (aqui, notadamente, os agentes de ATER e os órgãos governamentais) têm sua posição legitimada por sua competência técnica – incluída no campo do saber técnico-científico. No entanto, ainda segundo Sardan, os dois sistemas de conhecimentos (conhecimento popular e conhecimento técnico-científico) se relacionam nessa tentativa de transferência de conhecimento. Para ele, aos agentes do desenvolvimento têm sido dado papel de transferir certas habilidades e saberes (e significados) às populações – que têm outros tipos de sistemas de conhecimento.

Agroecologia, trazem uma gama de trabalhos neste sentido, que buscam, exatamente, romper com essa visão dicotômica entre técnico e agricultor (ver, por exemplo, ARCE; LONG, 1993; LONG; PLOEG, 2011 no que tange à POA e PETERSEN; DAL SOGLIO; CAPORAL, 2009, para a discussão no enfoque agroecológico).

Por outro lado, pouco ou quase nada se produziu acerca destes grupos universitários, ou, mais especificamente, acerca de suas inter-relações com os agricultores ecológicos e outros atores que constroem o cenário da Agroecologia. Pelo explicitado, as apresentações e discussões deste capítulo partirão:

- a) da experiência (prévia e atual) da própria pesquisadora com estes grupos, seus métodos e práticas;
- b) das visões e relatos dos atores entrevistados e dos grupos, eventos e atividades acompanhadas durante o trabalho de campo;
- c) da pesquisa documental, que permitirá, sobretudo, uma tentativa de um resgate histórico destes grupos e uma sistematização dos muitos pontos em comum na organização deles pelo Rio de Janeiro e pelo Brasil.

A figura a seguir permite ter uma dimensão do espriamento e da localização dos GAs pelo Brasil.

do mapa induza a esta conclusão, precisamos notar que este foi construído, substancialmente, ao longo dos ENGAs, ou seja: ele reflete a concentração de grupos participantes destes encontros. Foram estes: I ENGA, Curitiba/PR; II ENGA, Aldeia Velha/RJ; III ENGA, Viçosa/MG; IV ENGA, Fortaleza/CE; V ENGA, Porto Alegre/RS. À parte Fortaleza, todos os outros encontros aconteceram nas regiões Sul e Sudeste – o que provoca essa problematização.

Por outro lado, boa parte destes coletivos é representado por grupos de extensão universitária (ou são institucionalizados de alguma forma – ligados a organizações não governamentais, centros de pesquisa e etc.). Isto nos leva a crer que, de fato, pode haver uma consonância entre o cenário trazido por estes mapas e o panorama brasileiro. Ora, se, por um lado, temos uma concentração da promoção do ensino superior nas regiões Sul e Sudeste; por outro, temos um esvaziamento dessas instituições, sobretudo nas regiões Norte e Centro-Oeste. Há, pois, uma desigualdade demográfica e geográfica no que tange à possibilidade de acesso à universidade, e, portanto, à produção técnico-científica no Brasil (CGEE, 2010; SCHWARTZMAN, 1999; INEP, 2013)²⁵.

A própria centralização dos ENGAs nas regiões Sul e Sudeste pode ser, de certa forma, reflexo desta desigualdade, em seu sentido amplo – e os CBAs acompanham esta lógica: com oito edições, apenas uma ocorreu fora do eixo Sul-Sudeste²⁶ (a que foi concomitante ao IV ENGA, em Fortaleza, em 2011). A declaração de Petersen corrobora com a ideia de que há uma preocupação que caminha nesse sentido: “foi definido que o próximo CBA, no final de 2015, será realizado em Belém/PA. Precisamos dar visibilidade a outras realidades da diversidade do Brasil” (ANA, 2013). Este debate tangencia a discussão proposta no capítulo 4, quando a universidade e a democratização do conhecimento são postos em questão.

Feitos estes comentários, tentemos, pois, definir: o que são os Grupos de Agroecologia? O processo desta pesquisa permitiu, na verdade, perceber que não se pode fazer uma definição rígida destes grupos: são experiências diversas, plurais, e ainda recentes.

²⁵ São muitos os dados e os trabalhos que demonstram essa desigualdade do estímulo à educação superior e da produção técnico-científica no Brasil. Um estudo lançado pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) revela, por exemplo, que, em 2008, 78,7% dos programas de doutorado se concentravam nas regiões Sudeste e Sul – regiões que titularam 85,6% dos doutores neste mesmo ano (CGEE, 2010). Um estudo realizado pelo INEP/MEC, dez anos antes, mostrou que 74,2% dos alunos matriculados na graduação e 83% dos alunos matriculados no curso de mestrado estavam nas regiões supracitadas – que concentravam 57,8% da população brasileira (SCHWARTZMAN, 1999). Por fim, quase metade (48,9%) das Instituições de Ensino Superior (IES) está na região Sudeste, que concentra 42% da população (INEP, 2013).

²⁶ É claro que isto tem forte relação com a história de construção do congresso e da própria ABA. Para entender um pouco mais sobre essa trajetória, ver a entrevista com José Antônio Costabeber na Revista “Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável” (EMATER/RS, 2012).

A própria REGA traz uma concepção bem ampla: os GAs “[são] todos os coletivos que praticam e pesquisam temas envolvidos na Agroecologia dentro e fora do meio acadêmico, elevando o debate do movimento agroecológico, propagando ideias, práticas e iniciativas sustentáveis e trocando experiências metodológicas e aprendizagens coletivas” (REGA, 2013).

Foi partindo desta percepção, da amplitude do que pode vir a ser “pensar e estudar os GAs”, que viu-se que mesmo a delimitação espacial do empírico ainda englobava uma gama “sem fim” de atores. Por outro lado, há uma compreensão de que, apesar deste grande leque de atores envolvidos, há uma forte conexão entre os GAs e o movimento estudantil (ver, por exemplo, FAGUNDES; FARGNOLI, 2011); uma identificação entre os GAs e uma ação “da juventude” – a própria ANA (2013) refere-se à REGA como uma “organização da juventude agroecológica”.

Portanto, os grupos que serão a partir daqui apresentados são: grupos de extensão universitária (da administração pública), atuantes na região metropolitana do Rio de Janeiro, cujo foco principal de trabalho seja a Agroecologia. São os grupos a partir dos quais se coletou dados primários e cujos atores participantes serão os principais guias das considerações e análises feitas neste trabalho. O histórico destes grupos e suas formas de organização e articulação serão brevemente relatados no tópico que segue.

3.1.1 Um olhar mais aproximado

O Grupo de Agricultura Ecológica (GAE/UFRRJ) é um dos GAs mais antigos do Brasil (início dos anos 80), talvez o mais antigo que seja atuante até os dias atuais. Segundo Frade, este grupo surge de “um movimento estudantil de contestação [que] em 1983 se estrutura com o nome GAE, objetivando estudar, difundir e praticar a Agroecologia como forma de desenvolvimento sustentável” (2000, p. 60). Ainda segundo a autora, inicialmente o grupo encontrou dificuldades e sofreu descaso por parte de pesquisadores e professores, que questionavam a legitimidade científica dos temas e atividades desenvolvidos pelo grupo. Essa conjuntura passa a mudar quando há um avanço do debate científico e político acerca do tema (este assunto será desenvolvido na seção seguinte).

Dentre grupos de estudo e atividades de apoio a agricultores que moravam no entorno da UFRRJ, nos anos 90 o GAE teve importante participação no trabalho com o assentamento rural Casas Altas - Mutirão Eldorado, desenvolvendo “[...] vários projetos voltados às

tecnologias alternativas, bem como para a organização comunitária e para a comercialização dos produtos agrícolas” (FRADE, 2000, p. 66).

Atualmente, o grupo mantém reuniões semanais com alunos da biologia, engenharia florestal, agronomia, dentre outros. Na minha visita a uma de suas reuniões, estavam assistindo ao filme “Caminhos do Rio: Experiências em agroecologia no Rio de Janeiro”²⁷, como parte de sua formação. Possuem uma dinâmica para suas reuniões, que é feita por temas (primeiro os informes, depois os repasses, por fim, a construção da pauta do dia). Trataram da importância de um espaço de formação interna do grupo, buscando mecanismos como contatos e vivências com agricultores e com ex-GAEatos (como são chamados os participantes), para estar sempre em contato com o histórico do grupo. Estão articulados com os assentados do Terra Prometida (do MST), na Baixada Fluminense, colaborando com a construção de uma casa de sementes. Estão articulados, também com o “Grupo de Permacultura da Rural”, outro grupo de extensão (ou, como chamam na UFRRJ, “grupos organizados”), organizando trabalhos e atividades de construção de Sistemas Agroflorestais (SAFs) e técnicas permaculturais²⁸, por meio da COOPERAR (cooperativa que presta assistência técnica aos assentamentos do MST no estado).

O GAE tem como atividades permanentes: exibição de vídeos, elaboração de seminários, cursos de introdução à Agroecologia e organização de vivências agroecológicas; além de manterem uma horta e SAFs no interior do *campus* da UFRRJ. A participação é voluntária e aberta, o grupo é auto-gestionado.

Dentre as iniciativas já apoiadas pelo GAE, estão: o Laboratório Agroflorestal da Rocinha, a Escola da Mata Atlântica (EMA/Aldeia Velha – um grupo de Agroecologia, que teve participação crucial na construção do II ENGA), a Associação de produtores autônomos da cidade e do campo (APAC) e o Mutirão de Agricultura Ecológica (MAE).

De fato, a história deste segundo grupo (o MÃE – uma adaptação carinhosa da sigla MAE) criado em 2006, está relacionada ao apoio do GAE e à experiência de estudantes no

²⁷ O vídeo é uma realização da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ), empenhada em identificar e sistematizar as experiências agroecológicas no Rio de Janeiro. O filme mostra experiências em diferentes partes do Estado. Está disponível no sítio eletrônico da AS-PTA (<<http://aspta.org.br/>>).

²⁸ É comum grupos que trabalham com Agroecologia trabalharem, também, com técnicas de permacultura. A permacultura “é um sistema de agricultura que foi desenvolvido na Austrália por Bill Mollison, nas décadas de 1970 e 1980, a partir dos pressupostos da agricultura natural definidos por Fukuoka. Busca estabelecer um sistema evolutivo, perene ou autoperpetuante, integrado de espécies vegetais e animais úteis ao ser humano. [...] A partir de uma visão holística da agricultura, procura integrar a unidade de produção agrícola e o ecossistema, com um modelo de sucessão de cultivos, procurando aliar maximização da produção e conservação dos recursos naturais” (ASSIS, 2005).

projeto “Estágio de Vivência em Assentamentos Rurais – a Geografia vai ao campo”, que se desenvolveu no período de 1997 a 2004 na Universidade Federal Fluminense (UFF).

Segundo Azevedo (2009),

[...] em 2005, o Estágio de Vivência retoma suas atividades com o mote da Agroecologia e, em meados de 2006, os integrantes do Estágio de Vivência, com o apoio do Grupo de Agricultura Ecológica (G.A.E.) da UFRRJ, condensam essas influências sob a forma de um projeto de extensão, “Mutirão de Agricultura Ecológica - MAE”, que é aprovado para 2007.

O MAE não é o único grupo que relata ter sido um desdobramento da experiência dos estágios de vivência, também conhecidos como EIVs (Estágios Interdisciplinares de Vivência). Este fato, dentre outros, demonstrou a importância da *vivência* enquanto um ambiente de aprendizagem, um processo que desperta interesses, curiosidades. Além disso, muitos GAs (aí incluso o MAE), já participaram ativamente da construção de EIVs nas suas regiões – ou da proposição de vivências próprias, inspirados na metodologia do EIV (para um aprofundamento da discussão, ver o quadro 3).

Por este grupo já passaram estudantes de Geografia, Sociologia, Nutrição, Engenharia Agrícola, Engenharia Ambiental, Direito, Biologia, Psicologia, entre outros – apesar de ter sido criado majoritariamente por alunos do curso de Geografia e de realizar suas reuniões no *campus* do referido curso.

Este grupo de extensão universitária trabalha com base em três princípios: agroecologia/mutirão/autogestão, teoria/prática, extensão/comunicação (AZEVEDO et al., 2009). O último artigo/relato enviado ao VIII CBA sintetiza esta experiência:

O MÃE, enquanto projeto de extensão, busca refletir sobre o real compromisso da academia com a sociedade e estabelecer maior intercâmbio entre a prática e os conhecimentos passados em sala de aula, tendo como princípio a vivência e como forma organizativa a autogestão. Entre as práticas de construção coletiva dos saberes agroecológicos do grupo estão trabalhos de educação ambiental junto a alunos da educação básica pública, organização da Semana de Agroecologia na UFF, mutirões, vivências e atividades de formação e debate no campus e fora dele, com estudantes, agricultores e os diversos grupos sociais ligados à Agroecologia (CARNEIRO et al., 2013, p. 1).

Desde 2007 (quando foi realizado o I Minicurso de Introdução à Agroecologia, intitulado: “Contribuições para uma extensão agroecológica”), o grupo realiza, anualmente, “Semanas de Agroecologia”²⁹, abertas a toda comunidade – acadêmica ou não. No ano de

²⁹ Os temas das Semanas anteriores, até o ano de 2013, foram: “Semana de ocupAÇÃO Agroecológica” (V Semana de Agroecologia, 2011); “Por uma outra formação: Agroecologia e extensão” (IV Semana de Agroecologia, 2010); “Experimentando e articulando a Agroecologia” (III Semana, 2009); “Curso de

2013, a semana aconteceu do dia 3 ao dia 6 de dezembro, com o título: “Semana de Agroecologia e Permacultura: Autonomia & MobilizaÇÃO na cidade”³⁰. Estas semanas incluem, sempre, trabalhos e mutirões nas “áreas” de SAFs ou hortas agroecológicas manejadas pelo grupo no interior da Universidade.

O projeto Capim-Limão é um trabalho de extensão, iniciativa de estudantes do Instituto de Biologia da UFRJ. O grupo, que também teve uma vivência como importante propulsor das suas atividades³¹, se uniu através da motivação em:

Complementar suas formações acadêmicas através da discussão, experimentação e prática [...]. Tal iniciativa tinha como um dos objetivos centrais estimular a vivência, o envolvimento e a prática de seus participantes nessas novas temáticas, como as alternativas de produção, tecnologias de intervenção menos danosas ao ambiente, manejo de áreas degradadas, consumo consciente e etc. (SAGNORI, 2009, p. 3257).

O grupo nasce em 2006, e, em 2009, idealiza “I Semana de Agroecologia da UFRJ”, organizada em cooperação com outros grupos universitários. Realizaram, em 2012, a “II Semana de Agroecologia”, cujo tema foi: “Fortalecendo o diálogo entre os saberes acadêmico e popular”.

Assim como os outros GAs, possui uma área de experimentação em práticas de agricultura ecológica sustentável e regeneração de áreas degradadas, que batizaram de “Ocupação Verde”. Como parte de seu projeto de extensão, promovem visitas de alunos de escolas da rede pública de ensino à área – notadamente escolas do Complexo da Maré.

Colaboraram ativamente, também, na construção da Feira Agroecológica da UFRJ e na introdução da disciplina de “agroecologia” no currículo da UFRJ.

Um dos grupos que colaborou na construção das referidas Semanas de Agroecologia foi o Projeto Mutirão de Agroecologia (MUDA/UFRJ), que se torna projeto de extensão no mesmo ano em que constrói a primeira semana na UFRJ. Este surge enquanto movimentação de estudantes da Engenharia Ambiental da UFRJ, “[...] com o intuito de estudar as relações

Introdução à Agroecologia” (II Semana, 2008) e “Contribuições para uma extensão agroecológica” (I Semana, 2007).

³⁰ Segundo divulgação do próprio grupo, o tema foi inspirado na recente onde de movimentação que ocorreu pelas cidades do Brasil – notadamente as manifestações de junho. Compreendiam, pois, que “a mobilização é o caráter principal do movimento de resistência e, por ser um movimento, é indissociável da AÇÃO. Uma ação que busca mudar coisas, criar espaços saudáveis e harmoniosos, incentivar relações mais orgânicas e explanar diferentes concepções de mundo” (de acordo com material de divulgação do evento).

³¹ “No segundo semestre de 2005, em meio a diversos outros acontecimentos, aconteceu uma vivência no Sítio Abaetetuba, em Lumiar – RJ [...] A vivência consistiu em mutirões para implantação de uma agrofloresta e muito aprendizado sobre aquela forma de viver, se alimentar e produzir em equilíbrio com o ambiente. Este foi o primeiro contato coletivo que o grupo que fundou o Projeto Capim Limão teve com a agroecologia” (PINHEIRO *et al.*, 2010).

entre os processos agrícolas e as ações do cotidiano da população com o ambiente” (OLIVEIRA *et al.*, 2013, p.2).

Este grupo, diversamente dos outros, iniciou seus trabalhos com uma área de 1820m² no interior da Universidade, que foi cedida pela Decania do Centro de Tecnologia da UFRJ (CT) e pela Prefeitura Universitária: o Laboratório Vivo de Agroecologia e Permacultura (LaVAPer), uma área experimental. Lá, fazem o manejo de SAFs, práticas de bioconstrução, composteiras – através de mutirões e de planejamentos auto-gestionários.

Estão atualmente focados em quatro linhas de ação:

A primeira delas é voltada à consolidação do LaVAPer como espaço didático, com o desenvolvimento de uma Trilha Ecopedagógica. Essa tem o objetivo de aproximar o indivíduo da Terra a partir da maior compreensão dos ciclos naturais, além de apresentar experimentos de tecnologias sociais a serem replicadas. [...]. As Oficinas Temáticas constituem a segunda linha de ação do Projeto. Essas visam a capacitação de indivíduos, vinculados ou não à academia, em compostagem, plantio agroecológico, bioconstrução, forno solar, dentre outros temas. A terceira linha está relacionada à elaboração de cursos de capacitação para moradores do Complexo de Favelas da Maré, em parceria com o Projeto de Extensão Muda Maré/UFRJ. A quarta linha trabalha a questão dos resíduos, tanto na pesquisa sobre compostagem, como no auxílio à gestão de resíduos na Maré e na Vila Residencial da UFRJ, através do incentivo à compostagem dos resíduos orgânicos (OLIVEIRA *et al.*, 2013).

Podemos notar que há muitos pontos em comum entre esses grupos – o que é por eles reconhecido. De início, ressaltamos que todos eles estão preocupados e engajados em estudar, praticar e difundir a Agroecologia no espaço universitário e para além dele. Preocupam-se, também, com o papel da universidade e sua função dentro dela.

No que tange à sua organização, todos eles propõem atividades como:

- a) vivências agroecológicas (como participantes ou “anfitriões”);
- b) manejos em áreas experimentais no interior da universidade (laboratórios, SAFs, hortas, etc.);
- c) mutirões periódicos;
- d) reuniões auto-gestionadas e regulares;
- e) contato com a realidade extra-muros (escolas, assentamentos, etc.);
- f) fortalecimento da presença de agricultores ecológicos no espaço universitário (como palestrantes, oficineiros, feirantes, etc.).

Outro ponto interessante a ser destacado é a dinâmica circular e renovatória destes grupos. Isso ocorre sem que, ao mesmo tempo, o GA perca sua identidade. Em outras palavras, os ciclos de um participante ativo destes grupos costumam ser curtos (em média 3 a

4 anos), uma vez que cada pessoa tende a permanecer neste coletivo durante parte de sua graduação³². São muitos “os grupos” que passam por um único grupo. São muitas “as caras”, as prioridades, os momentos que fazem parte dessa história (de até 30 anos, como no caso do GAE). Ainda assim, há uma identidade entre um membro atual e um de “outra época”: de alguma forma, a identidade desses grupos se mantém, ainda que sejam, de um certo ponto de vista, efêmeros.

Atribuimos este fato principalmente a dois elementos, que consideramos importantes. Por um lado, há a importante contribuição dos registros históricos (fotografias, materiais de eventos, relatorias, sistematização das atividades), que possibilitam aos ingressantes a aproximação e apropriação da trajetória, dos sentidos e das motivações do grupo. Por outro, há a constante preocupação dos grupos com esta questão – que se mescla com o anseio de difundir as práticas e ideias agroecológicas. Isto se demonstra nas ações que promovem (Semanas de Agroecologia, oficinas, minicursos) e, notadamente, nas atividades que desenvolvem com os calouros ou bichos³³, onde “novos universitários” podem se interessar pelo tema e vir a participar dos GAs.

Por fim, há de se remarcar as formas de articulação nas quais se engajam estes GAs. Além da REGA, esta rede de articulação nacional entre os grupos, os GAs do Rio de Janeiro propõe a ideia de “Mutirão Ciranda”: encontros onde participantes de todos os grupos vão à área experimental de um GA para conhecer e colaborar na construção desse espaço. Esses mutirões visam fortalecer a articulação entre os GAs no Rio de Janeiro, potencializando e compartilhando as ações de cada um deles.

3.1.2 As raízes de um movimento

De acordo com a pouca literatura existente sobre estes grupos, sua emergência remonta ao fim da década de 70 e início da década de 80, quando começam a ganhar força, no Brasil, críticas ao modelo de agricultura que vinha sendo implementado. Segundo Luzzi (2007), as primeiras críticas brasileiras foram tecidas por intelectuais e teriam como foco os impactos da agricultura moderna, contribuindo “significativamente na luta contra os

³² “A universidade é um lugar muito de passagem, onde as pessoas vão cuidar da própria formação e tão querendo voltar logo pra casa [...] a gente já fez até umas intervenções lá que, sei lá, buscavam sensibilizar as pessoas, agora... sei lá, é tudo muito passageiro, a gente dentro da universidade é muito passageiro, o Grupo passa por altos e baixos, por maiores participações, menores e o fato da gente não ter um professor que seja agroecológico, que esteja envolvido com a agroecologia, eu acho que enfraquece a agroecologia na própria universidade”, questão levantada por uma estudante, ex-participante de um GA em entrevista à Azevedo (2013).

³³ Como são chamados, nas diferentes Universidades, os recém-ingressados nos cursos de graduação.

agrotóxicos e para o avanço do debate da agricultura alternativa no país” (LUZZI, 2007, p.14). Esta afirmação encontra-se em consonância com a investigação de Dias, que conclui que, no Brasil, “[...] a crítica à agricultura moderna originava-se de grupos progressistas das universidades públicas e das instituições de pesquisa e extensão rural” (DIAS, 2004, p. 105).

Este momento de efervescência, de surgimento de movimentos relacionados à discussão acerca do legado da revolução verde³⁴, está localizado na história; e contextualizá-lo nos traz esclarecimentos sobre o tema. Discutiremos, aqui, duas circunstâncias históricas que parecem ter tido influência neste cenário. Em um primeiro momento, há de se notar que “a década de 70 marca o despertar da consciência ecológica no mundo: Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente em Estocolmo (1972); relatório Meadows (1972) sobre os limites do crescimento e relatórios subsequentes (TINBERGEN, 1978; LASZLO, 1977; BARILOCHE) surgimento do paradigma teórico da ecologia política; proliferação de movimentos sociais ecologistas no mundo norocidental” (VIOLA, 1987). É nessa década que o meio ambiente “surge” como uma dimensão fundamental para o desenvolvimento, e que a degradação ambiental torna-se “problema mundial”.

No que tange mais especificamente ao caso brasileiro, a década de 70 foi marcada por um regime militar e autoritário, que abateu os movimentos sociais, como os estudantis e sindicais. O enfoque “desenvolvimentista” deste sistema fez com que “sob a égide do capital internacional, [...] o Brasil alcançasse o maior desenvolvimento industrial de sua História” (PORTO-GONÇAVES, 1989, p. 14). Tal “[...] ‘desenvolvimento’ deu-se em uma conjuntura onde ‘as elites dominantes não tinham por tradição respeito seja pela natureza, seja pelos que trabalham’ (PORTO-GONÇALVES, 1989, p. 15), o que colaborou com a crise socioambiental que hoje flagramos.

O início da década de 80, por sua vez, foi marcado por uma gradual redemocratização da sociedade brasileira. Isto significou, no cenário político, uma retomada da participação de grupos, movimentos e organizações que, durante a ditadura, mantiveram-se à margem da institucionalidade pública, sob um sistema de repressão. A participação popular, reprimida durante os anos da ditadura, volta, aos poucos, a encontrar espaço.

Este contexto – tanto o “global”, como o específico do Brasil – tem, sem dúvida,

³⁴ A revolução verde foi causa de uma das grandes transformações ocorridas na nossa agricultura, a partir da década de 50, notadamente nos anos 60 e 70. Tomou forma a partir da implementação de um pacote tecnológico calcado na busca da produtividade agrícola, acompanhada, assim, de políticas como a prioridade do subsídio de créditos agrícolas para estimular as grandes produções (agroindústrias, empresas de maquinários e de insumos industriais para uso agrícola – tratores, herbicidas e fertilizantes químicos), visando a produção para exportação. Este modelo de “modernização conservadora” (de avanços tecnológicos, mas mantendo a estrutura fundiária) trouxe consigo diversos impactos socioambientais.

relação com o histórico de construção de uma “agenda agroecológica” no interior de universidades, centros de pesquisa e movimentos sociais; que, não à toa, começa a desenvolver-se no fim dos anos 70, fortalecendo-se nos anos 80. De acordo com Dias (2004, p. 105), é nesse momento que começa a ganhar força:

Um amplo movimento de contestação da agricultura moderna e do modelo de desenvolvimento que lhe dava suporte, influenciando, gradativamente, significativas mudanças nos discursos oficiais sobre a promoção do desenvolvimento rural. Estas mudanças ou adaptações partiam da constatação dos problemas enfrentados pelos pequenos produtores que, ou eram postos à margem das iniciativas governamentais ou, quando incorporados aos projetos e programas, tinham dificuldades de aceitação e de adaptação aos seus objetivos e métodos.

Luzzi (2007) ressalta a importância da participação dos engenheiros agrônomos enquanto percussores deste movimento: é realizado, em 1981, o primeiro Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (EBAA), organizado principalmente pela Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB) e pela Federação dos estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB); e seguido por mais três edições ainda na mesma década (em 1981, em Curitiba-PR; 1984 em Petrópolis-RJ; 1987 em Cuiabá-MT e em 1989 em Porto Alegre-RS).

Nota-se que, neste momento, ainda não se fala em Agroecologia. Agricultura Alternativa era o termo utilizado para tipificar modos de fazer agricultura que se contrapunham ao “modelo moderno” imposto. À época, a agricultura biodinâmica e práticas agrícolas como a adubação orgânica compunham, principalmente, o cenário da agricultura alternativa. É somente no fim dos anos 80 que “[...] os problemas ambientais existentes na agricultura convencional passam a ser vistos como problemas decorrentes do desenvolvimento do capitalismo no campo” (LUZZI, 2007, p. 24).

É neste momento, pois, que surgem, dentro dos cursos universitários (principalmente de agronomia), os Grupos de Agricultura Ecológica, engajados em pensar e discutir o tema. Weid (1988, p.4) analisa que as motivações para a criação e reprodução destes grupos era deveras heterogênea: “havia de tudo um pouco: ecologistas, esotéricos, cientistas, capitalistas e – nossos pares mais próximos – os que pelejavam principalmente nas questões sociais, políticas e econômicas do campesinato”. De acordo com Luzzi (2007, p. 30), esses grupos traziam para o debate e participavam da formação de estudantes que “[...] posteriormente, [iriam] fazer parte dos quadros profissionais de organizações não governamentais e dos movimentos sociais rurais, levando estas discussões para outras instâncias de atuação”. Nesse

contexto, em 1983, surge o Grupo de Agricultura Ecológica (GAE), da UFRRJ, que, nos dias atuais, se identifica como Grupo de Agroecologia.

Entretanto, há de se ressaltar, conforme será discutido mais à frente, que o conhecimento produzido nas universidades – principalmente o conhecimento agrônomo, no que tange ao campo do desenvolvimento rural – obedecia, prioritariamente, às demandas da agricultura moderna. Isto significa dizer que, em um primeiro olhar, as universidades e centros de pesquisa eram antros de produção técnico-científica que respondiam, em grande parte, aos preceitos da racionalidade econômica e da razão tecnológica (JACOB, 2006). Assim, partir-se-ia do pressuposto de que o conhecimento agrônomo, institucionalizado nas universidades e nos centros de pesquisa agropecuária, pouco teria a oferecer em termos das alternativas procuradas, uma vez que este conhecimento estaria “[...] centrado no paradigma da busca da máxima artificialização do meio ambiente” (WEID, 1997, p.11).

Neste contexto – em que os profissionais egressos das universidades serviriam de base e de referência ao modelo de agricultura moderna –, os agrônomos (e, em seguida, estudantes de outras áreas) que buscavam uma formação “alternativa”, ou contra-hegemônica, precisavam fazê-lo “[...] por sua própria iniciativa, a partir dos grupos informais de estudantes” (DIAS, 2004, p.119). Ainda segundo o autor, estes grupos buscavam complementar essa iniciativa nas experiências de grupos de agricultores, empresas, associações ou organizações não governamentais. Ele sintetiza:

No início dos anos 80, o movimento pela agricultura alternativa vicejou a partir do interesse de pequenos grupos de estudiosos e acadêmicos, professores e estudantes – principalmente de cursos de agronomia – que se mostravam mais sensíveis aos problemas ambientais e sociais surgidos com a modernização do agro e à necessidade de oferecer soluções a estes problemas. Por um lado, o movimento foi se difundindo no cotidiano de alguns cursos de agronomia, em palestras e encontros promovidos por organizações estudantis e de representação profissional. Por outro lado, longe da academia, o movimento ia se construindo por meio da ação de pequenos projetos técnicos conduzidos por profissionais, geralmente ligados a ONGs ou a ações locais de igrejas, que assessoravam organizações de pequenos produtores. Este movimento tinha motivações bastante amplas, algumas próximas a diversas vertentes do debate ambientalista, outras mais preocupadas com os impactos sociais da modernização e com a necessidade de fortalecer as organizações políticas dos pequenos produtores. Os seus protagonistas buscavam informações em uma literatura bastante restrita, cujos argumentos iam sendo socializados nos encontros e nas incipientes redes de comunicação que eram criadas (DIAS, 2004, p.108).

Nos anos 90, no entanto, os EBAAS não têm continuidade; tendo isto consequências nas atuações dos Grupos de Agricultura Ecológicas já existentes. De acordo com Luzzi:

Em entrevista realizada em 2007, Jean Marc von der Weid³⁵ destaca, também, como fator relevante para o fim dos EBAAAs a mudança na conjuntura política com a eleição do Fernando Collor de Mello, na qual houve um certo recuo e perda de espaço dos movimentos sociais. [...] Este debate da agricultura alternativa acabou ficando mais estrito aos Grupos de Agricultura Ecológica existentes dentro das universidades (cursos de agronomia). Nos locais onde os grupos eram mais atuantes, o movimento continuou tendo uma atuação regional e foram realizados eventos locais e regionais, a exemplo dos Encontros Regionais de Agricultura Alternativa (ERAAs). Em outros locais onde o movimento não era tão forte, estes grupos foram extintos. (LUZZI, 2007, p.34)

A partir dos anos 2000, contudo, começam a (re)surgir e a se manifestar um número importante de – agora já assim identificados – Grupos de Agroecologia. É neste ano, também, que o ERAAs (Encontros Regionais de Agricultura Alternativa) passam a se chamar ERA: Encontro Regional de Agroecologia; o que, segundo Fagundes e Fagnoli, “é o coroamento de um processo de acúmulo da concepção da temática” (2011, p. 3).

Assim, marcam-se dois momentos importantes para o surgimento e fortalecimento desses grupos no interior das universidades: um primeiro processo, conforme discutimos, na década de 80. Desta época, alguns grupos resistiram e são até hoje ativos: é o exemplo do GAE, já citado, e do Grupo de Estudos em Agricultura Ecológica – GEAE (1981), da UFPR, em Curitiba. A partir dos anos 2000, uma nova efervescência faz brotar muitos grupos com interesses e atividades no tema da Agroecologia ou temas correlatos (permacultura, bioconstrução, educação do/no campo). No Rio de Janeiro podemos citar: Projeto Capim-Limão/UFRJ (2006); MAE/UFF (2006); MUDA/UFRJ (2009); Projeto Raízes e Frutos/UFRJ (2007); GABU/UNIRIO (2006); ECORRAUZE/UFF (2010) – os anos entre parênteses correspondem aos anos de criação destes grupos/projetos de extensão.

3.2 OS AGRICULTORES

Os agricultores-atores desta pesquisa são todos pequenos produtores da agricultura familiar que, através das mais diversas trajetórias de vida, optaram pela agricultura de base ecológica³⁶. Também foram diferentes os caminhos que os levaram, de certa forma, a se

³⁵ Diretor executivo da AS-PTA (Assessoria e serviços a Projetos em Agricultura Alternativa) e membro do CONSEA, entrevistado pela autora em 2007, para elaboração de sua tese de doutorado.

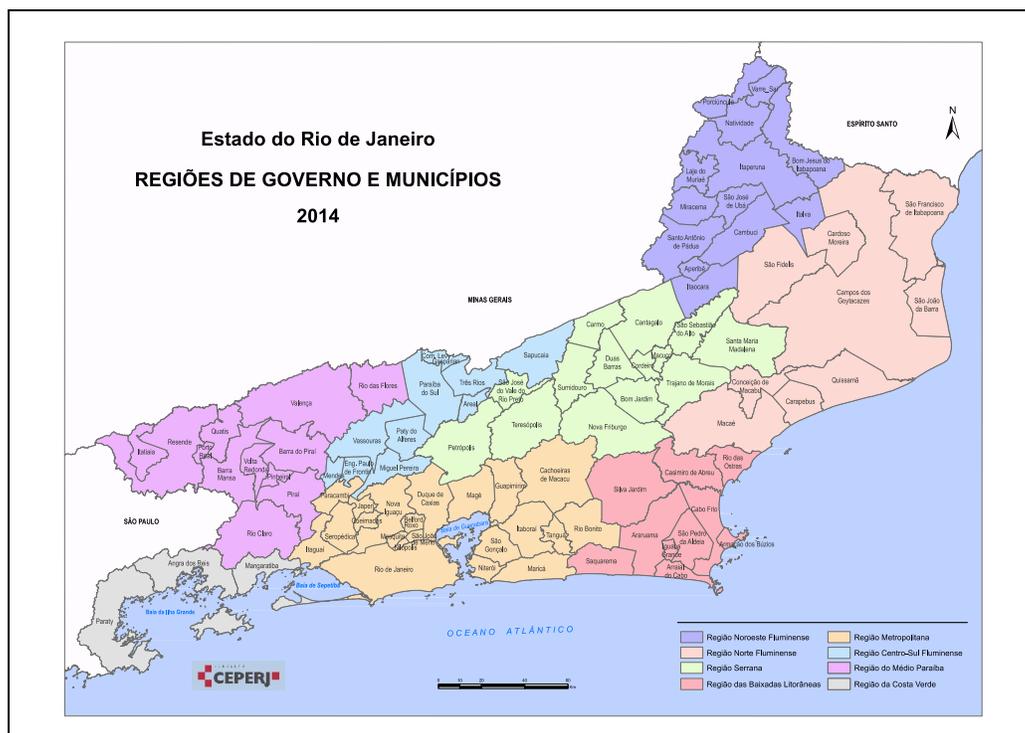
³⁶ Aqui, não usamos o termo “agricultura agroecológica” propositalmente. Isto se dá, principalmente porque, ao longo da pesquisa, percebemos que nem todos os agricultores assim “intitulavam” suas práticas. Essa discussão será aprofundada no capítulo 4. Deste modo, a escolha por “agricultura de base ecológica” (uma denominação mais ampla) visa englobar todos os pequenos agricultores, da agricultura familiar, que produzem alimentos orgânicos. Isto não significa que, do nosso ponto de vista, eles não possam ser vistos como agricultores agroecológicos.

inserir ou dialogar com o ambiente universitário. Estes pontos serão brevemente relatados e discutidos nas seções que se seguem.

3.2.1 A interface rural-urbano e a resistência da agricultura familiar

Os agricultores com os quais se teve contato mais direto eram dos municípios de Magé, Guapimirim e Teresópolis. Esses foram agricultores com os quais se realizaram entrevistas e as observações participantes. Além disso, durante as pesquisas de campo, houve contato com agricultores de Casimiro de Abreu, Rio Bonito e Nova Iguaçu. Todos esses são municípios do estado do Rio de Janeiro, como demonstra o mapa a seguir.

Figura 2 - Mapa do Estado do Rio de Janeiro: Regiões de Governo e Municípios



Fonte: Fundação CEPERJ, 2014.

Nota-se, pois, que a “escolha” pelos atores da pesquisa não se deu, em nenhum momento, partindo de seu município de moradia. Atentamos ao fato, portanto, de a maioria dos agricultores entrevistados morarem e produzirem em municípios da Região Metropolitana

do Rio de Janeiro (RMRJ)³⁷, a saber: Magé e Guapimirim; seguidos por Teresópolis, que, apesar de não fazer parte da RMRJ é um município contíguo a Guapimirim e, portanto, à região metropolitana.

Ora, considerando-se que as Universidades e os GAs pesquisados encontram-se todos na RMRJ, poder-se-ia admitir que não há nada que cause estranhamento nesse caso. No entanto, estamos falando de agricultura! De produção orgânica, agroecológica. Em plena região metropolitana? De um estado em que 96,7% da população reside em áreas urbanas, concentrada na região metropolitana, que, por sua vez, apresenta 99,5% de taxa de urbanização³⁸? E “isso equivale a 11.704.628 habitantes concentrados em 19 municípios, alguns com taxas oficiais de 100% de urbanização, como são os casos de Japeri, Queimados e o próprio Rio de Janeiro” (STRAUCH; MENDONÇA; ROSA, 2012). Este cenário permitiria a suposição de que a atividade agrícola nesta região estaria quase extinta.

No entanto, segundo os mesmos autores:

O Censo Agropecuário de 2006 indica a existência de 3.764 agricultores familiares, número contestado pela maioria das prefeituras municipais, que os consideram subestimados. Observamos, assim, uma realidade ocultada por trás dos dados oficiais, revelando que a agricultura de caráter familiar permanece presente e ativa em grande parte dos municípios metropolitanos (STRAUCH; MENDONÇA; ROSA, 2012, p. 30).

O contato com os agricultores no processo desta pesquisa permitiu, pois, endossar a necessidade de se pôr em suspeição argumentos que advogam o possível fim da agricultura familiar frente a uma irrefreável expansão urbana e de seu modo de vida. Esta lógica acompanha a teoria – já aqui comentada – de que a dinâmica do agronegócio suprimiria, necessariamente, o pequeno produtor.

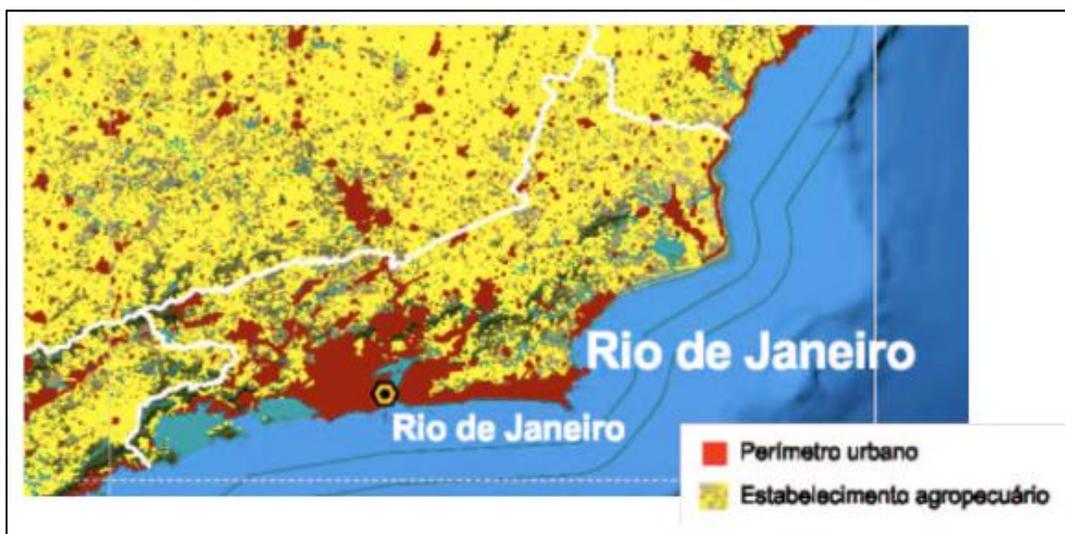
Valeremos-nos desta analogia, ou deste paralelo, para tecer algumas reflexões acerca dos processos de r-existência³⁹ das especificidades socioculturais de grupos não-dominantes, como os agricultores familiares em plena RMRJ. A figura a seguir é ilustrativa da relação entre a malha urbana e os estabelecimentos agropecuários no estado do Rio de Janeiro.

³⁷ “A estruturação urbana e o ordenamento territorial do estado do Rio de Janeiro são constituídos pela divisão em oito regiões administrativas (Baía da Ilha Grande, Médio Paraíba, Centro Sul Fluminense, Metropolitana, Serrana, Baixada Litorânea, Norte Fluminense e Noroeste Fluminense),[...] cuja finalidade expressa pelos agentes públicos é definir as orientações estratégicas de planejamento do crescimento e das políticas públicas, programas e projetos em áreas diferenciadas do território municipal, visando o equacionamento de sua problemática ambiental, urbanística e socioeconômica” (ARRUDA, 2011, p. 10).

³⁸ Segundo o Anuário Estatístico do RJ (Ceperj), baseado no Censo Demográfico 2010 do IBGE *apud* Strauch; Mendonça; Rosa, 2012.

³⁹ Uma noção híbrida de “existência” e “resistência”; ver PORTO-GONÇALVES, C. W. O Latifúndio Genético e a r-existência Indígena-Camponesa. In: Geographia. Niteroi-RJ UFF/PGG. Ano IV, n° 8, 2002.

Figura 3 – Perímetro urbano e estabelecimentos agropecuários no estado do Rio de Janeiro



Fonte: Censo Agropecuário, IBGE.

O nordeste da RMRJ, onde se encontram os municípios de Magé e Guapimirim, assim como a região de Teresópolis, é marcado por manchas de zonas urbanas e de estabelecimentos agropecuários. Estas regiões, onde a fronteira entre o rural e o urbano é ainda mais turva, têm sido alvo de investigações (e disputas) epistemológicas, o que culmina em diferentes denominações que visam abarcar a complexidade destes arranjos espaciais. Termos como “áreas periurbanas”, “periferias”, “região rururbana”, “agricultura urbana” são exemplificativos desta complexidade. Não pretendemos entrar neste debate, apenas pontuar como o espaço, as práticas, os modos de vida, enfim, como os limites entre rural e urbano não são lineares ou explícitos. Assim, concordamos com Machado (2013), quando propõe que:

O comportamento do espaço rural em processo de incorporação à lógica metropolitana corrobora com a tese de que as transformações espaciais na periferia da metrópole não são lineares, ou seja, não resultam somente de um processo de conversão de áreas tipicamente agrícolas em áreas urbanas. Ao mesmo tempo em que ocorre a conversão de áreas rurais em urbanas, há áreas que se mantêm com uso e ocupação tipicamente agrícolas e outras em que se mesclam atividades e funções rurais e urbanas, constituindo-se em espaços de interação rural-urbana.

O autor, que denomina a região como o “rural perimetropolitano”, lembra que “as relações e configurações com o espraiar espacial do urbano, fruto do crescimento metropolitano [...] dão origem a espaços interativos do urbano com o rural” (2013), isto permitiria a conclusão, pois, de que a agricultura praticada nestes espaços tem especificidades – mas não que estaria fadada à urbanização.

Cabe, pois, a pergunta: “Qual a capacidade de resistência que as áreas agrícolas da periferia metropolitana apresentam face à expansão urbana?”

Ploeg (2005), ao tratar da agricultura mundial, enumera três trajetórias, que se inter-relacionam: a industrialização, a desativação e a recampesinização. De forma objetiva, a primeira trajetória diz respeito a um controle imperial sobre a produção e o consumo de alimentos, e a desconexão entre estes dois processos. Aumenta-se a centralização, ao passo em que a interconexão entre produção agrícola e ecossistemas locais diminui, ou se afasta. A desativação (que não deve ser confundida com a descampesinização) designa o processo onde recursos e mão-de-obra, outrora empregados na agricultura, são reorientados a outros setores e atividades econômicas. Por fim, a recampesinização é uma expressão da luta por autonomia do grupo socioecológico em questão. Enquanto o processo de industrialização é a busca da hegemonia da agricultura capitalista, e, portanto, do *Império*⁴⁰; o processo de recampesinização consiste em um aumento tanto quantitativo quanto qualitativo de camponeses, que na busca por novos graus, formas e espaços de autonomia, (re)inventam modos de sobrevivência (de si e do seu modo-de-ser), em um contexto marcado pela marginalização e por novos padrões de dependência.

Ainda que os termos e os contextos estudados pelo autor sejam outros, conforme anunciado acima pode-se fazer um paralelo entre os processos de resistência camponesa evidenciados por Ploeg (frente, sobretudo, à lógica do agronegócio) e a resistência das formas de fazer agricultura frente à urbanização dos territórios.

Expondo o debate à luz da Geografia, citamos Haesbaert (2006) que, apoiado em Guattari (1986), propõe a visão de um território que envolva “a possibilidade de os grupos manifestarem articulações territoriais de existência, em contraposição ao “espaço liso”, homogeneizante, imposto pela ordem social e política dominante”. Afirma-se, então, a existência de contra-espaços, de “micropolíticas capazes de forjar resistências menores – mas não menos relevantes –, em que territórios alternativos tentam impor sua própria ordem”. Afirma-se, mais uma vez, a resistência de grupos marginalizados e de suas especificidades.

Neste sentido, tanto a análise proposta pela POA, como a reflexão sugerida por Ploeg, constituem perspectivas teóricas alternativas para analisar o espaço dos homens, que põem em foco essas “micropolíticas” e a heterogeneidade de atores e de práticas que coexistem nos territórios.

⁴⁰ Modelo operante – cada vez mais – em escala mundial, fortemente centralizado, cujo modo de ordenamento tende a tornar-se dominante. Os *impérios alimentares* são tipificados pelos grupos do agronegócio, pelos grandes varejistas, por mecanismos estatais, leis e tecnologias que agem de forma coercitiva sobre o campesinato e sobre a sociedade.

Não negamos, no entanto, a pressão sofrida por estes grupos, seja no que tange ao intenso processo de urbanização (e da lógica aí inscrita), seja no que se refere ao avanço da agricultura capitalista. Mas concordamos que “talvez seja possível dizer que a presença de camponeses nas periferias das cidades e suas práticas sejam evidências da resistência do mundo rural às novas formas de produção cuja lógica desconsidera a cultura local” (COUTINHO, 2010⁴¹ *apud* ARRUDA, 2011, p. 29).

Neste sentido, notamos que algumas especificidades no que tange às formas e às lógicas de reprodução das famílias pesquisadas eram fruto, exatamente, desta próxima relação urbano-rural. Conforme Machado (2013):

[...] as especificidades da agricultura em si também têm um papel relevante na direção das mudanças nos espaços de interação rural-urbana, ela resiste e também se adequa ao novo contexto, substituindo atividades, intensificando sistemas produtivos e se integrando com atividades não agrícolas.

A proximidade às áreas centrais da capital do estado permite estratégias de reprodução, que incluem, por exemplo, uma estrutura de comercialização mais direta da produção ao consumo. Deste modo, novos movimentos de resistência, organização e (re)adaptação se fazem ver.

Dentre os agricultores pesquisados, podemos citar dinâmicas que são possibilitadas ou incentivadas exatamente por essa proximidade entre sua propriedade e as regiões centrais da RMRJ. Por exemplo:

- a) as feiras agroecológicas nas universidades (que, por venderem majoritariamente produtos *in natura*, precisam de um transporte rápido entre a colheita e a venda);
- b) as vivências (às vezes com duração de um dia, ou um fim de semana) de moradores/consumidores da capital nas propriedades dos agricultores, facilitadas por esta rápida locomoção (nenhum dos municípios citados fica a mais de duas horas do centro da cidade do Rio de Janeiro);
- c) a possibilidade de participação intensiva, por parte dos agricultores, nos processos decisórios (como, por exemplo, nas reuniões na UFRJ para discussão sobre a implementação da feira);

⁴¹ COUTINHO, M. *Agricultura urbana: práticas populares e sua inserção em políticas públicas*. 2010. 205 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

d) em sentido parecido, a possibilidade de uma articulação mais presente com redes da sociedade civil como a Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ) ou a AS-PTA.

Conclui-se, então, que, ao mesmo tempo em que a proximidade dos grandes centros urbanos (ou o fato de estar dentro da RMRJ) constitui um fator que intensifica o quadro de vulnerabilidade dos pequenos produtores rurais, ela é, também, “causa” de novas dinâmicas e estratégias que resignificam as práticas daqueles. Conforme anunciado pelo mapa/ilustração produzido pela AS-PTA (ANEXO A) a agricultura familiar da RMRJ sobrevive, resiste e aparece!

3.2.2 A escolha pela agricultura de base ecológica

Produzir ecologicamente, produzir orgânicos, produzir alimentos agroecológicos; vender em feiras, juntar-se a uma cooperativa, vender cestas diretamente ao consumidor... Todas estas “escolhas”, alternativas, são mediadas e, de certa forma, racionalizadas pelos agricultores. Conforme nos lembra a POA, os atores sociais são sujeitos ativos, cujas ações frente às conjunturas estruturais seguem os mais diversos caminhos (LONG, 2007; LONG, PLOEG, 2011; MENEZES, MALAGODI, 2011).

Brandenburg (2002, p. 4) faz um levantamento acerca dos motivos que levam produtores a plantarem agricultura de base ecológica:

DAROLT (2000) ao estudar os sistemas de produção orgânica da Região de Curitiba indica: a saúde, as vantagens econômicas, a convicção ideológica e a conservação dos recursos naturais, respectivamente, como motivos mais relevantes que induzem a mudança. Pesquisas realizadas recentemente com cafeicultores da Associação de Cafeicultura Orgânica do Brasil-ACOB (ASSIS, 2001) e com agricultores familiares tradicionais na Região Centro Oeste do Paraná (BRANDENBURG, 1999) constata que o motivo econômico, o ambiental, o de prevenção à saúde e o ideológico constituem os fatores explicativos mais relevantes para os agricultores optarem por uma agricultura alternativa ou agroecológica. Na Alemanha, pesquisa realizada por PETERS (1997) indica que as motivações individuais para a agricultura ecológica advêm da opção por um modo de vida ou pelo interesse comercial, podendo se identificar motivações de caráter ético e social.

Ao buscar compreender esta dinâmica no que tange aos agricultores pesquisados, nos deparamos com uma heterogeneidade de respostas e trajetórias que os levaram a escolher a agricultura, e, em específico, a agricultura de base ecológica como forma de produção e reprodução de suas vidas. Buscamos, então, sistematizar estes diversos caminhos, para poder contextualizar e traçar um panorama acerca destes atores que interagem com os GAs.

Deste modo, destacamos as três tendências identificadas no que diz respeito à escolha pela agricultura de base ecológica. Dividimos, pois, em três grupos para, assim, desenvolver estas trajetórias. O primeiro grupo, relacionado à *saúde* (em consonância com as pesquisas citadas), encontra-se no âmbito do que chamamos de *transição agroecológica*. O segundo, que também dialoga com a questão da transição, trata de agricultores que já plantavam orgânicos ou produziam com poucos insumos químicos e externos, mas que se engajaram nesta trajetória por enxergar, dentre outras coisas, um *nicho* de mercado. Por fim, há uma trajetória que está ligada à *tradição* familiar.

Em todas as histórias, o campo do *ideológico* se faz presente, de forma transversal. Talvez, não como motivação/causa da escolha, mas como discurso, e como motivação para continuar nesse caminho.

O primeiro grupo, da *saúde*, trata de dois agricultores que se contaminaram com agrotóxicos trabalhando com a agricultura convencional e, portanto, encontraram na forma agroecológica de produzir um modo de continuar seu trabalho na agricultura. O segundo grupo, por sua vez, trata de uma família que “ficou entusiasmada” quando começou o processo de certificação participativa. Segundo os entrevistados deste grupo, ao ouvir falar da possibilidade de “fazer muita feira” (ou seja, deste *nicho* de mercado), eles, que já utilizavam poucos insumos químicos, passaram a plantar orgânicos, e agora já estão “há 10 anos limpos” (AGR Mônica).

É interessante notar que os agricultores destes dois grupos relatam a questão da saúde e da relação com o alimento como mudanças que perceberam no seu cotidiano, ao adotarem as práticas agroecológicas. Falas como “parei de comprar no mercado” (AGR Mônica) ou “o sabor é diferente” (AGR Pedro, sobre o alimento convencional e o orgânico) são demonstrativas desta afirmação.

Compreendemos, assim, que estes dois primeiros grupos podem dialogar, em maior ou menor grau, com processos de *transição agroecológica*.

A transição agroecológica trata de uma mudança não-linear, localizada e contínua para uma “ecologização da agricultura” (CAPORAL *et al.*, 2009), que exige transformações não só nos sistemas produtivos como nas dinâmicas sociais. Conforme denominação da Embrapa (2006), “a transição agroecológica consiste na transformação gradual das bases produtivas e sociais da agricultura pela incorporação de uma dimensão ecológica à produção agropecuária”.

Deste modo, a transição para uma produção agroecológica demanda mudanças internas e externas ao sistema produtivo – se é que podemos traçar estes limites tão

claramente. No que tange às mudanças internas, Gliessman (2009), propõe momentos que devem ser superados em prol de uma transição da agricultura convencional à agricultura agroecológica: a redução e racionalização do uso de insumos químicos; a substituição de insumos; o manejo da biodiversidade e o redesenho dos sistemas produtivos.

No entanto, concordamos com Caporal, Costabeber e Paulus (2009), quando ressaltam que a transição agroecológica exige:

Mudanças em um processo político, econômico e sociocultural, na medida em que a transição agroecológica implica não somente na busca de uma maior racionalização econômico-produtiva, com base nas especificidades biofísicas de cada agroecossistema, mas também de mudanças nas atitudes e valores dos atores sociais com respeito ao manejo e conservação dos recursos naturais e nas relações sociais entre os atores implicados.

Neste sentido, a tomada de decisão em relação ao início de um processo de transição, no caso dos agricultores entrevistados, esteve ligada não somente a um processo de mudança de seus sistemas produtivos, mas a uma transformação de lógicas e discursos, impulsionados pelas suas trajetórias (únicas) e por um processo histórico e sociocultural.

Além disso, um dos entrevistados relatou a influência dos técnicos de extensão rural em suas práticas, conforme observamos na fala a seguir:

O fogo... Nós nunca mais usamos fogo... Usamos a técnica de roçado... Os técnicos chegavam lá na experiência e eram meio duros: [...dizendo:] “não, não bota fogo não...faz roça”. (AGR Pedro)

Este mesmo agricultor, ao ser perguntado sobre os benefícios da agricultura de base ecológica e de sua percepção sobre seu modo de vida e trabalho, também se lembrou da relação com os técnicos:

Hoje eu estou há 14 anos nessa terra, e essa terra é uma maravilha...eu não uso nada, nada, nada... eu uso é calcário e a pedido dos técnicos.

Apesar de nenhum dos agricultores terem citado a presença ou influência da extensão rural em sua decisão pela agricultura de base ecológica, estas últimas falas demonstram que há, sem dúvida, uma relação de influência dos extensionistas no que diz respeito aos agricultores, ao menos no que tange às escolhas de algumas técnicas.

Por fim, há a trajetória ligada à *tradição*: trata-se de um agricultor que já era envolvido em um histórico familiar de produção orgânica – “meu pai já plantava assim [...] mas não

*tinha isso de orgânico, agroecológico*⁴²” (AGR Bruno) –, tendo grande participação na criação da Associação dos Produtores Rurais Artesãos e Amigos Da Micro Bacia Do Fojo – AFOJO, dentre outras políticas para o rural em Guapimirim (como o Sistema Participativo de Garantia – SPG-ABIO).

3.2.3 A aproximação com os GAs e com o ambiente universitário

O processo que levou os agricultores a aproximarem-se da Universidade e, portanto, dos GAs, passou sempre pela participação e comunicação com entidades ou movimentos sociais, notadamente o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER); além da organização em cooperativas, como a Cooperativa de Pequenos Produtores Rurais e Agricultores Familiares de Magé (COOPAGÉ) e a AFOJO. De acordo com um dos entrevistados, que era feirante na UFRJ, este processo:

Começou com o PAIS, com a EMATER...com a comunicação! Sempre com a EMATER...eles são informantes, a EMATER é uma companhia informante, pra informar, te dar orientação [...] aí o pessoal do PAIS chegou lá: ‘Vai nascer uma feira lá, vocês têm produto?’ (AGR Pedro).

“O PAIS”⁴³, ao qual se refere o agricultor, é o nome dado à experiência de Produção Agroecológica, Integrada e Sustentável, implantada em diversas partes do país. Trata-se de uma metodologia de cultivo orgânico, baseada na otimização do uso sustentável de recursos naturais e socioeconômicos, de acordo com hábitos e cultura alimentar locais (ROMÃO, 2010).

Um grupo de agricultores familiares de Guapimirim, desde 2008, recebe assessoria de técnicos deste projeto. Assim, desde então, utilizam técnicas como a horta em mandala e captação de água em locais estratégicos (OLIVEIRA *et al.*, 2011). É, pois, uma tecnologia social⁴⁴, inclusiva, e, no caso do PAIS, baseada nos conceitos de integração e sustentabilidade.

⁴² Referindo-se ao fato de que essas “nomenclaturas” vieram depois, apesar das práticas de sua família já terem essas características.

⁴³ Este projeto, no caso de municípios como Guapimirim e Magé, faz parte das políticas de “compensação” nas áreas de atuação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), e tem como patrocinadores o Banco do Brasil e a Petrobrás.

⁴⁴ O conceito de tecnologia social abarca “instrumentos, técnicas e processos, em sua maioria de baixo custo, que podem ser utilizados em qualquer ponto do país desde que haja a participação da comunidade” (SEBRAE, 2007 *apud* ROMÃO, 2010).

Conforme citado na fala acima, o PAIS é desenvolvido na região de Guapimirim notadamente através dos técnicos da EMATER; que, segundo o agricultor, são responsáveis pela “comunicação”. Esta análise demonstra a importância dos processos de participação e comunicação, uma vez que, conforme Freire (1983), “o mundo humano é [...] um mundo de comunicação”. O autor, em sua obra “Extensão ou Comunicação” (1983, p.45), acrescenta:

A coparticipação dos sujeitos no ato de pensar se dá na comunicação... Daí que, como conteúdo da comunicação, não possa ser *comunicado* de um sujeito a outro [...] a comunicação implica numa reciprocidade que não pode ser rompida.

Esta ideia se demonstra na fala, do mesmo agricultor, que propõe a importância das reuniões entre agricultores, técnicos e representantes da universidade para manter a Feira Agroecológica da UFRJ. No mesmo sentido, o agricultor Bruno, ao refletir sobre os processos de certificação, lembra que, a partir de 2005, os agricultores utilizam o Sistema Participativo de Garantia (SPG) e comenta: “*é isso que permite a interação e a integração entre os agricultores*”. Assim, mais uma vez a ideia da “*comunicação que implica numa reciprocidade*” se faz presente.

A colaboração da AS-PTA e da AARJ também foi citada, fazendo parte desta articulação entre agricultores e cooperativas e a Universidade. Uma vez que estas organizações absorvem muitos participantes (e ex-participantes) destes grupos em seu quadro profissional, elas servem como uma importante ponte no relacionamento agricultores-universidade.

Outra forma de aproximação observada foi a participação de agricultores em palestras, rodas de conversa ou oficinas propostas pelos GAs, em eventos nas universidades. Os próprios estudantes buscavam (ou já tinham em mente, por contatos prévios) agricultores que pudessem colaborar com estes eventos. Esta dinâmica acaba por criar um vínculo entre estes agricultores e estes alunos; em alguns casos, forma-se um certo “círculo de agricultores” que são evocados pelos GAs. Na Semana de Agroecologia da UFF que ocorreu no ano de 2013, por exemplo, o “agricultor palestrante” de uma roda de conversa para discutir o tema “Desafios da Agroecologia no Rio de Janeiro” era um militante do MPA. Mais uma vez, demonstra-se a importância da organização e da articulação entre esses diversos grupos para a promoção da Agroecologia, seja no ambiente acadêmico ou fora dele.

3.3 AS “ARENAS AGROECOLÓGICAS”: ESPAÇOS DE DIÁLOGO, CONVIVÊNCIAS E DISPUTAS

As narrativas e análises que aqui serão expostas concentram esforços em focar o olhar às arenas identificadas durante a pesquisa. As “arenas agroecológicas” são espaços onde a CCA se desenvolve – mas, também, onde ela encontra desafios, descontinuidades e enfrentamentos.

Tendo em vista as atividades dos GAs e as inter-relações com os agricultores e com outros tantos atores que aí se colocam, busca-se, aqui, aportar um olhar mais aproximado a essas situações de interface. Pretende-se, assim, investigar “a natureza socialmente construída e continuamente negociada do conhecimento e dos processos de intervenção” (ARCE; LONG, 2000, p.8) no contexto das arenas de CCA pesquisadas.

3.3.1 *“Ocupar”*: *“intervenções agroecológicas” no espaço universitário*

Os atores envolvidos nesta pesquisa tinham clareza, ainda que não sob esses termos, da institucionalização do espaço universitário: um espaço de normas, de hábitos e de procedimentos específicos – quase como um ambiente com uma cultura própria. Tinham clareza, por outro lado, de que esse não era um território estanque, incontestável – era, antes de tudo, um ambiente plural.

Ocorre que, como discutiremos no próximo capítulo, por mais múltiplo e plural que seja esse ambiente, ele é, tal qual o desenvolvimento, objeto de disputa. A Universidade, portanto, é também uma das instituições da modernidade, cujo desenvolvimento é determinado pela lógica do progresso-técnico científico: trata-se, assim, de um ambiente cujas principais forças atuam no sentido de manter uma dinâmica tecnocrata, da racionalidade econômica-instrumental e de produzir um conhecimento científico e, portanto, disciplinar e unidimensional (BRANDENBURG, 2002; SANTOS, 2005, 2007).

Esta é, por assim dizer, a concepção hegemônica de Universidade – proposta que atende, portanto, aos interesses de um projeto hegemônico de desenvolvimento. Ocorre que, conforme discutimos no primeiro capítulo, os atores sociais têm agência e não se apropriam da mesma forma dos projetos para ele pensados (LONG; LONG, 1992). Ao propor um paralelo entre sociedade, desenvolvimento e Universidade, visamos provocar a discussão acerca da heterogeneidade de atores que constituem esta última – e dos processos através dos quais os atores pesquisados revelam suas propostas diferenciadas dentro dela.

As arenas que aqui serão discutidas são espaços, em sua maioria concretos (ainda que repletos de simbologia), onde diversos atores sociais e suas muitas concepções sobre Agroecologia, Universidade e construção do conhecimento interagem. Um ex-participante de um GA propõe, em entrevista à AZEVEDO (2013) que a atuação do grupo está dentro de um processo de “reforma agrária na Universidade”.

Esta declaração, deveras emblemática, demonstra um incômodo: a Universidade compreendida e sentida como um terreno concentrado, monopolizado, homogeneizador. A busca seria, portanto, a de reorganizar a distribuição deste terreno, de modo que as pluralidades que ali se encontram (ou seja: as muitas formas de compreensão acerca do papel da Universidade e do conhecimento que ali se constrói) possam ter, também, espaços férteis para o seu desenvolvimento.

Como já dito, a busca por este espaço é não só simbólica, mas também concreta: os GAs, imbuídos de uma necessidade de praticar o que conhecem (e praticar para conhecer), passaram a “ocupar” espaços ociosos ou subutilizados dentro das Universidades, para pôr em prática (e aprender na prática) a Agroecologia. O termo “ocupar” foi utilizado em algumas entrevistas e nos pareceu válido mantê-lo: estes espaços, ainda que fossem ambientes de “experimentações científicas”, não são reconhecidos ou institucionalizados, apesar de todos os grupos o serem. Uma dessas áreas, o “Campo Experimental de Recuperação de Áreas Degradadas com Sistema Agroflorestal Sucessional”, ou seja, a área de manejo do GA Capim-Limão, é chamada, pelo grupo, de “Ocupação Verde”.

Os mais explícitos destes espaços de “ocupação” são exatamente as áreas de plantio e manejo agroecológico, que foram sumariamente descritos quando da apresentação dos grupos e de suas atividades. São hortas, laboratórios agroflorestais, espaços permaculturais (com bancos, composteiras, banheiros produzidos a partir de técnicas da permacultura). Todos os grupos constroem espaços deste gênero, que são, ao mesmo tempo, lugar de convivência, de experimentações e de práticas; locus de realização de eventos (notadamente as oficinas e rodas de conversa das Semanas de Agroecologia); e, por fim, espaços de contraposição ao padrão homogêneo, ao espaço “liso” da Universidade, ao passo que são a concretização da identidade desses GAs no ambiente acadêmico. O relato a seguir, assim como o mosaico de fotos, pretendem ilustrar estes contrastes:

E aí quando ocupa uma área e vai plantar [a reação das] pessoas: “nossa, mas o que que vocês tá fazendo aqui? Plantando aqui?” E isso chamou a atenção até de moradores vizinhos que estavam ali olhando a galera plantar e foram ali perguntar: “o que que vocês estão fazendo?” Então isso foi uma transformação, né. E tipo a gente passava pelos corredores com carrinho de mão, com pá, sabe, com enxada,

com [...] instrumentos de agricultura, então: “o que que vocês tão fazendo?” Assim isso já causava um impacto ali na visão das pessoas que estavam acostumadas a carregar os seus *laptops*, os seus livros, então isso que é produção de conhecimento [...] carregar enxada dentro da Universidade né, “que coisa estranha, isso é pra jardineiro que cuida do jardim, não pra...”

Figura 4- Os espaços ou “ocupações” dos GAs



Fonte: Autora (2013, 2014).

Nota: Em sentido horário: área de SAF do Projeto Capim Limão e sua placa (*campus* da Ilha do Fundão, UFRJ); espaço do Projeto MUDA (*campus* da Ilha do Fundão, UFRJ); horta do Projeto MAE (*campus* Praia Vermelha, UFF); SAF do Projeto MUDA (*campus* da Ilha do Fundão, UFRJ).

É notório que, dadas as muitas racionalidades e projetos que coexistem na arena da Universidade, estes espaços não poderiam deixar de ser espaços de disputa. Ilustraremos essa afirmação com dois casos que giram em torno da disputa pelos usos e significados dos espaços outrora “subutilizados” no interior dos *campi*.

A primeira história trata do primeiro espaço de experimentação e prática em Agroecologia do grupo MAE/UFF. Da vontade de expandir seus conhecimentos em Agroecologia (através da prática e da metodologia do mutirão) surgiu a implementação de três SAFs, em uma área ociosa do *campus* de Geociências/UFF, localizado atrás de um pequeno campo de futebol. Em virtude de uma Aroeira (*Schinus molle* L.) que lá já existia – aliás, a única árvore que havia na área –, o grupo batizou a área de “Laboratório Agroflorestal

Aroeira”. Durante cerca de cinco anos, o grupo trabalhou semanalmente na área, que foi também palco de oficinas de técnicas de *superadobe*, compostagem, plantio sucessional, adubação verde dentre outros. O resultado: um solo recuperado, flora diversa, a presença visível (e a não visível também) de fauna, três SAFs exitosos, duas composteiras que os alimentavam... Além da criação de um espaço de convivência e de atividades pedagógicas, em um lugar outrora vazio de significado.

Por vezes, as máquinas dos jardineiros destruíam algumas mudas na área, o que motivou o grupo a produzir placas explicativas e delimitações dos SAFs e composteiras. Além disso, em virtude da construção de novos prédios no *campus*, a empreiteira contratada passou a utilizar a terra do entorno da Aroeira (a área é uma região de aterro), o que, lentamente, culminou na queda da árvore, vulnerabilizada pela falta de sustento para suas raízes, em 2008. O impacto foi tamanho, que o grupo mobilizou-se para começar uma negociação acerca da “formalização” do laboratório pela Universidade.

Idas-e-vindas à subprefeitura do *campus*, ou à Pró-Reitoria de Extensão e a elaboração de uma carta de pedido de formalização, foram algumas das estratégias do grupo para garantir seu espaço de aprendizagem, com o qual já possuíam um vínculo. As arenas que se compuseram a partir dessas mobilizações foram demonstrativas das racionalidades diversas que operam no cotidiano universitário.

Dentre os casos mais interessantes, está a fala de algum agente técnico-burocrata da Universidade que, nas argumentações da negociação, sugeriu que seria mais fácil construir uma sala ou um prédio para as atividades do grupo do que uma área não-edificável. O *modus operandi* do corpo técnico e político da Universidade, na época, ia ao encontro das propostas e possibilidades trazidas pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que ergueria novos prédios nos *campi* da Universidade.

Como as relações de poder eram assimétricas nessa arena (entre um projeto de Extensão e um Projeto de Universidade já pré-determinado), o grupo mantém-se, até hoje, “marginalizado” (de acordo com entrevista – GA Fabiana) no que tange à “sua área”⁴⁵ – agora, localizada atrás de uma dos refeitórios do *campus*. O Laboratório Agroflorestal Aroeira foi desativado (ou destruído) para a “expansão da Universidade”, assim como o campo de futebol.

A “Ocupação verde” supracitada também foi destruída, porém por incêndios – que, segundo interpretação dos integrantes do GA, foram criminosos. Além do impacto do ponto

⁴⁵ Nas entrevistas, muitos estudantes referiam-se aos laboratórios ou hortas como “nossa área”, demonstrando não só um senso de pertencimento, como afetividade em relação a esse espaço criado.

de vista do vínculo dos frequentadores com a área, o incêndio gerou uma mobilização entre os estudantes para recuperar e proteger aquele espaço. O diálogo com o prefeito do *campus*, neste caso, levou à formalização da área; com a implementação de uma placa (figura 4) reconhecendo o espaço enquanto um campo de experimentação, e reafirmando os trabalhos de pesquisa e extensão feitos na área. Conforme os próprios participantes do GA, a área é um “espaço didático vivo”⁴⁶ e “*não há nenhuma diferença entre incendiar nossa área de estudo e incendiar uma sala de aula: este espaço servia como área de experimentação e aplicação de conhecimentos adquiridos*” (entrevista concedida por integrante do GA à época do incêndio – em ROSA, 2010).

Demonstra-se, pois, a marginalização destes espaços nas Universidades, ao mesmo tempo em que são valorizados e reconhecidos por parcela dos atores que lá transitam. Se retomarmos a ideia de que esta dinâmica estaria fortalecendo o “processo de reforma agrária nos espaços da Universidade”, notamos, mais uma vez, as influências dos movimentos sociais rurais nas ideologias e formas de organização dos GAs. Pode-se remeter a um dos lemas que orienta a luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): “Ocupar, produzir e resistir”. Há, pois, em algumas narrativas, esta ideia de “enfrentamento com a Universidade” e “da faculdade não reconhecer esse trabalho que tava ali materializado, né, nos nossos mutirões semanais” (ex-participante de GA, em entrevista à Azevedo, 2013). Por outro lado, há falas que demonstram outra postura no que tange à relação com a Universidade:

Mas eu não gosto dessa postura de que a gente tem que se revoltar contra a Universidade, eu acho que é por causa da Universidade que as pessoas estão unidas aqui, e a gente também tem muitas ferramentas aqui dentro, a gente tem que saber usá-las. Até o sistema burocrático, saber usá-lo a nosso favor. Mas eu acho que isso é um trabalho da parte dos alunos, da gente que já tem uma tendência a ficar meio revoltado, de também [fazer] esse aprendizado contrário, de conseguir dialogar (GA Fabiana).

Assim, a “luta” por esse reconhecimento, que é a luta pelo reconhecimento da Agroecologia na Universidade, dá-se, também, por outros meios e embates – inclusive por vias institucionais. As Semanas de Agroecologia foram caminhos encontrados para esta ocupação temporária dos saberes e práticas agroecológicas na Universidade.

⁴⁶ Além das atividades do GA, o espaço era utilizado como “sala de aula” por escolas da Maré e professores da UFRJ (ROSA, 2010).

A Semana de Agroecologia é o momento de externalizar, de disseminação maior da Agroecologia dentro do espaço da universidade. A Universidade é tradicionalmente um espaço de conhecimento, de teoria, a gente não vê muita prática. A extensão surge por essa necessidade de ter uma prática. (GA Fernanda)

A ideia de Extensão relacionada à ideia de prática será discutida no último capítulo. Contudo, as Semanas de Agroecologia são entendidas pelos atores como atividades de Extensão não só pelas suas atividades práticas, mas, também, pela presença de atores não acadêmicos, com destaque aos agricultores. Segundo ex-participante de um GA, elas são “*um momento de dar voz aos agricultores. [...] [E de divulgação] da Agroecologia pra pessoas que, talvez, nunca tiveram contato*”. De fato, esses momentos criam situações de interfaces, onde atores de diferentes mundos de vida (militantes da Agroecologia, estudantes que nunca com ela tiveram contato, professores, agricultores e agricultoras [...]) se comunicam e se confrontam; a Agroecologia, ou as visões de Agroecologia ficam “à mostra”, em destaque, gerando arenas específicas de interconhecimento.

Figura 5 - As “Semanas de Agroecologia”



Fonte: Elaborado pela autora. Fotos da Semana de Agroecologia do MAE, UFF, Niterói/RJ, dezembro de 2013.

A primeira foto da figura 5 demonstra, conforme será discutido no próximo capítulo, a busca pela valorização e legitimação de “outros conhecimento” que não o científico-ocidental.

Para além disso, propõe uma “hierarquia concreta” entre os saberes (SANTOS, 2005), admitindo as capacidades do conhecimento não-acadêmico ter respostas mais eficientes ou experientes em relação às muitas questões que a sociedade e os indivíduos se indagam.

A imagem em foco retrata uma mesa de palestras (ou uma roda de conversas...) da Semana de Agroecologia da UFF, em 2013, cujo objetivo era discutir os “desafios da Agroecologia no Rio de Janeiro”. Os três palestrantes, ou proseadores, eram: um estudante do curso de Geografia, atuante no Grupo de Trabalho em Assuntos Agrários⁴⁷, um agricultor e militante do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), e um professor vinculado ao curso de Ciência Ambiental da UFF. A proposta era, portanto, a miscelânea de saberes, de olhares e de experiências acerca do tema; superando o modelo onde docentes e especialistas palestram, e estudantes e agricultores (no contexto em que couber) aprendem, ou “recebem” o conhecimento. As “Semanas” costumam ser encerradas com uma festa, onde, sob outro cenário, estes atores se encontram novamente.

São nesses espaços (informais, festivos, espontâneos, coletivos: de práticas e de trocas) onde mais “se aprende Agroecologia”, de acordo com os entrevistados. A resignificação do espaço da Universidade é a própria reflexão acerca do conhecimento que ali se constrói e das relações e vínculos que ali se criam. No entanto, a conquista de espaços bastante formalizados são também anseios e êxito destes grupos: como, por exemplo, a “ocupação” da grade curricular.

O currículo dos diversos cursos é, como discutiremos no próximo capítulo, também reflexo de disputas, negociações e visões acerca do mundo, da Universidade e das ciências. Ele concretiza, de certa forma, essa disputa, sendo, portanto, reflexo desta luta que envolve interesses diversos, poderes diversos, anseios diversos. O currículo de nenhum dos cursos-origem dos GAs tem “Agroecologia” como disciplina obrigatória. No entanto, em dois deles (na Biologia e na Engenharia Ambiental da UFRJ), a organização e mobilização dos GAs fez com que se implementasse a disciplina (eletiva) nos respectivos currículos – com atuação direta dos grupos no desenvolvimento das mesmas. Na UFF, a disciplina “Agroecologia” era oferecida como disciplina eletiva pela docente que, à época, era a coordenadora do GA MAE/UFF. Com sua saída da Universidade, a disciplina deixou de existir.

O caso do grupo MUDA/UFRJ merece destaque: a disciplina acontece no espaço e durante as atividades do grupo. Os inscritos têm até três semestres para cumprir os cinco créditos relativos à disciplina, participando de reuniões, trabalhando na “trilha eco-

⁴⁷ GT de Agrária da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) – Seções Rio de Janeiro e Niterói.

pedagógica”, manejando os SAFs, indo às atividades de extensão... Por fim: devem vivenciar a experiência do grupo e, ao fim, produzir um artigo sobre o que viveram e aprenderam. O método de avaliação, à época das entrevistas, estava sendo revisto.

Estas atividades, sem dúvida, multiplicam as possibilidades de outros estudantes conhecerem e se interessarem pela abordagem agroecológica; o que poderá trazer impactos à sua trajetória acadêmica e profissional. Esta “abertura” no currículo, por sua vez, corrobora com a proposição de Jacob (2010, p.31): “o currículo pode ser tanto instrumento de manutenção do paradigma atual quanto espaço de debate e superação do mesmo”.

Em sua tese de doutorado, Jacob (2006; 2010) propôs-se a analisar os espaços para formação com enfoque na Agroecologia, na sustentabilidade e nos estudos acerca da agricultura familiar no contexto da ESALQ/USP. Alguns resultados dialogam com o aqui exposto:

Apesar de não existir na ESALQ uma linha específica de formação voltada para a agricultura familiar e sustentabilidade, muitos estudantes trilham caminhos e constroem sua formação dentro desta perspectiva. No entanto, estes caminhos não são explícitos nem bem estruturados; seu percurso depende do esforço individual de cada estudante; e, principalmente, não passam – em geral – pelo ensino disciplinar (JACOB, 2006, p.20).

Deste modo, a análise, sob a ótica da POA, destas manifestações no espaço Universitário demonstraram, em um contexto específico, a capacidade de agência dos GAs (e dos indivíduos que os constituem) e dos agricultores envolvidos nessas dinâmicas. Ainda que estejam sob limitantes de um ambiente institucional, estes “sujeitos ativos” mobilizam redes, criam formas de organização e projetam suas vidas, dando diferentes respostas cognitivas às normas tácitas da comunidade acadêmica. Transgredem, assim, os limites sociais (ou cognitivos), conseguindo gerar mudanças, baseadas na reorganização de valores e regras – o que, segundo Arce e Long (2000), implica em mudanças no uso e controle do espaço social e em processos de auto-organização.

Assim como no estudo proposto por Jacob (2010), acreditamos que os caminhos para uma formação na perspectiva agroecológica, no contexto das Universidades pesquisadas, é ainda majoritariamente trilhado pela construção desses “espaços didáticos informais”. Ou, ainda, por espaços formalizados pelo esforço de alguns poucos docentes e pela auto-organização dos GAs pesquisados (e de outros coletivos que trabalham neste mesmo sentido), em articulação com outros grupos, pessoas, instituições. São, de toda forma, movimentos de contra-tendência (ARCE; LONG, 2000) à maré das lógicas e significados atribuídos ao

modelo de “Universidade que produz conhecimento e tecnologia em prol de (um) desenvolvimento”.

3.3.2 *As feiras agroecológicas no espaço universitário: “entre sabores e saberes”*⁴⁸

As feiras de agricultores com produção de base ecológica instaladas no interior das universidades demonstraram-se um amplo espaço de interface de conhecimentos entre os agricultores e os muitos atores que com estes interagem; seja no processo de construção das feiras, seja durante as relações de consumo e conversas quando estas já estavam instaladas.

Sabe-se que são, atualmente, crescentes as pesquisas e projetos de extensão não só em Agroecologia, mas, também, sobre as possíveis formas de mercados alternativos para o escoamento da produção do agricultor familiar. Neste contexto, estudos e projetos ligados à economia solidária⁴⁹ vêm dando suporte ao desenvolvimento de uma economia mais justa. De acordo com Schmitt (2010), estes dois campos “distintos de contestação social e de construção de práticas alternativas” (p. 56) – a saber: a economia solidária e a Agroecologia – possuem uma trajetória recente de articulação nacional. Foi no ano de 2002 que ocorreu tanto o I Encontro Nacional de Agroecologia, no Rio de Janeiro, como a I Plenária Nacional de Economia Solidária, em São Paulo. O tema da economia solidária vem sendo cada vez mais pesquisado e posto em prática, através, por exemplo, de projetos de extensão, seja nas universidades ou em outros organismos que buscam fomentar essas experiências (ONGs, órgãos governamentais, organizações civis).

Deste modo, as feiras têm um aspecto especial para a pesquisa, uma vez que, das arenas identificadas, esta é a única onde, de fato, há uma interação que se cria pela relação de consumo. Assim, a realização destas feiras ocorre, muitas vezes, numa construção que se dá exatamente na interface entre Agroecologia e economia solidária; temas que podem ser

⁴⁸ A ideia aspeada faz referência ao “I Encontro de Sabores e Saberes”, evento promovido na UFRJ em 2009 em comemoração ao Dia Mundial da Alimentação. O evento foi pensado exatamente como forma de observar a receptividade, por parte da comunidade acadêmica, de um feira com da agricultura familiar da região.

⁴⁹ Acerca do tema da economia solidária, Schmitt (2010, p. 58) esclarece que é a partir da década de 90 que o termo é mais utilizado no Brasil, “delimitando os contornos de um campo de articulação de pessoas, experiências e organizações engajadas na construção de uma “nova economia”, cujo caráter diferenciado poderia ser sintetizado pelos seguintes princípios: i) valorização do trabalho, do saber e da criatividade dos seres humanos; ii) reconhecimento do trabalho associado e da propriedade associativa dos meios de produção como elementos fundamentais na construção de formas renovadas de organização econômica; iii) autogestão; e iv) construção de redes de colaboração solidária como estratégia de integração entre diferentes empreendimentos”.

pensados em conjunto – cada vez de forma mais recorrente, isso de fato tem ocorrido⁵⁰ (COELHO DE SOUZA, 2007; SCHMITT, 2010).

Três “casos” de feiras foram acompanhados durante a pesquisa. Duas delas em dois *campi* diferentes da UFRJ (Praia Vermelha e Ilha do Fundão), a outra, no *campus* da UFF, em Niterói. As três têm características distintas. Uma delas ocorreu pontualmente, em decorrência da realização da Semana de Agroecologia⁵¹ realizada pelo grupo M.A.E/UFF. É prática comum dos GAs, ao promoverem palestras, Semanas de Agroecologia, oficinas e *etc.*, conjugarem estes com a realização de feiras, com o intuito de dar visibilidade à “agricultura familiar agroecológica”. As outras duas, por sua vez, ocorrem regularmente.

A feira da “Barraca Camponesa de Alimentos Saudáveis” ocorre no *campus* da Praia Vermelha da UFRJ desde 10 de outubro de 2013, sem datas fixas. Comercializando produtos principalmente da agricultura familiar de Teresópolis, a feira é um dos frutos de um projeto de extensão da Escola de Serviço Social/UFRJ/PROEXT, intitulado: “Agroecologia em assentamentos rurais: uma estratégia de ampliação da renda familiar”, que é desenvolvido por estudantes da turma especial de Serviço Social para assentados da Reforma Agrária – criada por convênio com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) – e por alguns alunos do curso regular de Serviço Social (APAC, 2013). Além do projeto de extensão, a feira é organizada pelo MPA e pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), com o apoio da Associação dos Docentes da UFRJ (Adufrj), da EMATER e da Secretária de Agricultura de Teresópolis e da AARJ.

Já a “Feira Agroecológica da UFRJ” ocorre, atualmente, em três pontos do *campus* da Ilha do Fundão, às quintas-feiras. De certa forma, pode-se dizer que a experiência é um marco na história da Universidade, tanto do ponto de vista do cotidiano do ambiente universitário (e das práticas e diálogo de saberes que daí emanam) quanto da perspectiva da própria produção de conhecimento científico: a feira é assunto discutido em aulas da graduação, tem vínculo com três projetos de extensão⁵², é tema de artigos (ALEIXO *et al.*, 2011; PEIXOTO; OLIVEIRA, 2011) e de uma pesquisa de mestrado do Programa de Pós-Graduação em

⁵⁰ Coelho de Souza (2007, p. 26) busca exatamente afirmar a complementaridade entre estes dois conceitos e práticas, argumentando: “Entende-se portanto agroecologia enquanto um paradigma, uma prática social e um sistema de produção, e economia solidária também como paradigma, prática social e um sistema de distribuição de produção e de renda”.

⁵¹ A Semana de Agroecologia é um evento produzido pelo grupo como parte de suas atividades de extensão. No ano de 2013, quando da realização das pesquisas de campo, o grupo realizava a sua 6ª edição, com o tema: “autonomia e mobilizAÇÃO na cidade”.

⁵² A feira é, em si, um projeto de extensão, intitulado: “Feira Agroecológica da UFRJ: uma experiência de integração Universidade e Agricultores Familiares”. Além do “Projeto Capim-Limão”, há também o projeto “Planejamento e implantação do sistema de alimentação da UFRJ - Restaurante Universitário”, que dialogam com a feira (UFRJ, 2010).

Engenharia de Produção, COPPE/UFRJ (CARVALHO, 2011). Recebeu, também, uma Moção de honra da Câmara Municipal do Rio de Janeiro como reconhecimento do compromisso em gerar “alternativas ao modelo vigente de produção de alimentos e de escoamento dos alimentos produzidos por agricultores familiares” (CARVALHO, 2011, p. 86).

A construção desta feira ocorreu em uma arena de muitos atores que, embora com um objetivo em comum (a inserção da alimentação saudável na UFRJ), tinham muitas visões (e diferentes prioridades) acerca dos temas aí inscritos. De acordo com Aleixo *et al.* (2011), a criação da feira envolveu uma miríade de atores, internos e externos à Universidade. O Grupo Capim Limão foi um desses atores, contribuindo com seu acúmulo na temática da Agroecologia e fomentando contato com outros grupos importantes que atuam no Rio de Janeiro, como a AARJ, a ABIO e a AS-PTA. O gestor acadêmico dos Restaurantes Universitários (RU) da UFRJ, o Instituto de Nutrição Josué de Castro, foi um dos grupos que se posicionou à frente deste processo. Por fim, a Agência UFRJ de Inovação se uniu ao grupo, enxergando o caráter inovador do projeto (ALEIXO *et al.*, 2011; CARVALHO, 2011).

A ideia inicial deste grupo que se formou era, na verdade, a inserção do alimento orgânico, provindo da agricultura familiar fluminense, nos cardápios do *bandeijão* da UFRJ (como é conhecido o RU)⁵³. Nas reuniões acerca do tema, no entanto, uma série de desafios surgiu. O novo cenário proposto exigia adequação às questões legais (dificultada pelo fato da aquisição dos alimentos da UFRJ ser feita por empresa terceirizada), além de mudanças no *modus operandi* do setor de nutrição, pois, “ao invés de montar o cardápio e depois buscar fornecedores, agora era preciso fazer o contrário – o que tem disponível para que eu possa montar o cardápio?” (CARVALHO, 2011, p.72). Por fim, a complexa logística para atender à demanda de 2,5 mil refeições diárias levou os gestores a propor a feira, como um projeto inicial, um caminho possível para a inserção do alimento saudável no ambiente universitário, além de dar visibilidade à produção da agricultura familiar fluminense.

Durante a organização da pesquisa, surgiu a ideia de fazer entrevistas com alguns consumidores dessas feiras (que não fossem participantes dos GAs). Deste modo, poder-se-ia entender a percepção desses outros atores sobre este movimento, se sabiam do histórico daquelas feiras e sua relação com o alimento agroecológico. Assim, haveria uma melhor

⁵³ Este anseio encontra-se em um contexto: em 2009, entrava em vigor a lei 11.947, que exigia que a aquisição de no mínimo 30% (trinta por cento) dos gêneros alimentícios, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), fosse feita diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações (BRASIL, 2009). Ainda que as Universidades não estivessem incluídas neste programa, “a dispensa dos trâmites burocráticos dos processos licitatórios para essa aquisição empolgou os gestores do RU a transportar a inovação para o ambiente universitário” (ALEIXO *et al.*, 2011).

compreensão, também, da transformação no espaço e no cotidiano da Universidade que aquele fenômeno gerou, a partir da perspectiva dos muitos atores sociais que por ali transitam. Porém, no decorrer da pesquisa de campo, isto se demonstrou inviável, do ponto de vista metodológico e do tempo que tínhamos. Além disso, somente essas entrevistas mereceriam uma dissertação própria, ou quase, acerca das percepções desses atores sociais no que tange à escolha pelo consumo do orgânico, à relevância dada à relação da compra diretamente com o produtor, à questão do consumo consciente, entre outras.

No entanto, essa era uma questão que, por ser muito intrigante, não poderia passar em branco. Por um lado, fica a possibilidade de uma investigação futura. Por outro, buscou-se uma saída para que a relação com o consumidor fosse contemplada neste estudo. Assim, a cada visita às feiras, buscou-se permanecer ao lado das barracas por um tempo, conversando com os agricultores ou só observando. Com o tempo, passou-se a anotar nos diários de campo os diálogos mais recorrentes para, em seguida, sistematizar as temáticas que mais apareciam. Para além do “quanto custa” e “do que é feito” (questionamentos recorrentes em uma relação comercial), o “de onde vem” se fez presente quase na totalidade dos contatos. Dentre as muitas pessoas que se preocuparam em saber de onde vinham os alimentos, uma parcela importante se interessava pela trajetória dos agricultores. Em outras palavras, muitos consumidores se dirigiam aos agricultores perguntando “de onde eles eram”, o que indica que: a) naquele ambiente, havia um entendimento de que aqueles comerciantes eram produtores daqueles alimentos; b) a trajetória do alimento e do agricultor era relevante naquela relação de consumo.

Como as relações de consumo não foram os focos desta pesquisa, de fato não podemos tecer comentários mais profundos acerca do tema, embora consideremos que estas “hipóteses” e outras que dela derivam propõem interessantes temas para discussão e investigação. Além disso, este cenário brevemente narrado tem relação com falas de alguns agricultores nas entrevistas (ou de forma espontânea), quando relatavam sobre “o prazer de trabalhar nessas feiras”. Um dos agricultores, que comercializava na “Barraca Camponesa de Alimentos Saudáveis”, chegou a declarar: “se eu pudesse eu trabalhava só aqui”, completando, “é esse sorriso no rosto de vocês e esse incentivo que faz a gente continuar” (AGR Paulo). No mesmo sentido, uma agricultora da “Feira Agroecológica da UFRJ”, quando indagada sobre o que havia mudado com essa “parceria” com a Universidade, rapidamente replicou: “mudou muita coisa!” (AGR Mônica) e continuou:

“Eu fico alegre, até minha conversa mudou. Eu era assim, muito fechada...”
 [Pesquisadora]: *“Mas você acha que isso teve relação com esse trabalho com os estudantes?”*
“Com certeza! Eles me deixam mais entusiasmada, alegre...Tem um que vem aqui e me ajuda a vender, brinca, é espontâneo...”

Essas falas, ainda que possam parecer corriqueiras, têm relevância assinalada se notarmos que, em outras pesquisas relacionadas ao tema do trabalho nas feiras, os depoimentos são, por vezes, opostos a estes. Carneiro (2014), por exemplo, relata o caso dos agricultores familiares produtores de hortaliça, que são feirantes em Palmas/TO. Um dos resultados de sua pesquisa foi a conclusão de que, no que tange à relação entre feirantes e clientes, “há um conflito recorrente desencadeado pelo custo do produto, onde surgem trocas de ofensas, sensação de desvalorização, estresse, e algumas vezes preconceito” (CARNEIRO, 2014, p. 61). A autora completa:

Os feirantes são tratados apenas como vendedores e representam a “exploração” do mercado para os consumidores e, por outro lado, há uma relativa ausência do polo do político, pois não há nenhuma divulgação do trabalho dos produtores de hortaliças, nem nada que impeça a ofensa nas feiras. (CARNEIRO, 2014, p. 70).

Assim, a segregação entre o “trabalho de produzir” e do “trabalho de comercializar” trouxe, para estes agricultores de Tocantins, uma depreciação, ou, para usar as palavras da autora, uma “desvalorização do trabalho humano”. Entretanto, o trabalho de campo da presente pesquisa evidenciou exatamente o contrário: uma relação entre consumidor e produtor/feirante que valorizava o trabalho deste último. Peixoto e Oliveira (2011), ao propor uma análise através de entrevistas realizadas em meados de 2011 com famílias participantes da Feira Agroecológica da UFRJ, obtiveram os seguintes depoimentos no que tange aos aspectos positivos levantados pelos feirantes: *“(...) Melhorou muito a renda e é uma alegria conversar com as pessoas”*; *“(...) Dá muita alegria. Até agora foi a melhor feira que participei. A gente é bem tratado”*; *(...) As minhas filhas gostam que trabalho aqui. É divertido”*.

Neste mesmo sentido, a fala do agricultor Pedro (“nós começamos aqui há 4 anos [...] e aqui é muito bom, nós temos uma relação muito boa”) ressalta a relação entre ele, os consumidores e os organizadores da feira como um dos pontos positivos daquele ambiente. É claro que muitos pontos negativos e penosos também são retratados, como a dificuldade com o transporte dos alimentos, algumas reclamações acerca da montagem da barraca, ou contratemplos que diminuem substancialmente a quantidade de pessoas na Universidade

(greves ou pontos facultativos dos quais eles não tomaram conhecimento prévio, por exemplo).

No entanto, a dimensão que mais nos salta aos olhos, quando da análise das falas dos agricultores feirantes, é não a de desvalorização, mas, sim, de uma narrativa que aponta para a feira – e, mais especificamente, para as relações que aí se criaram – como um momento de “humanização” do trabalho (adaptado da análise de Vedana, 2013). Assim, as trocas sociais com consumidores, organizadores, estudantes são parte, exatamente, de um “aspecto que ‘humaniza o *métier*’”, e não “uma ferramenta para melhor vender” (VEDANA, 2013). A autora completa que a “dureza” do trabalho de feirante é “amenizada pela sociabilidade e interação”.

Isto evidencia que há, nesta arena de construção das feiras, uma preocupação que ultrapassa tanto a questão do acesso à alimentação saudável, como a busca pela geração de renda para a agricultura familiar. O olhar sobre essas experiências permite concluir, pois, que há um esforço que vai ao encontro do que apresenta Schmitt (2010) quando, ao tratar dos movimentos ligados tanto à Agroecologia quanto à economia solidária, propõe que:

De distintas maneiras, esses movimentos – que muito frequentemente se identificam como redes de redes, espaços de articulação e diálogo ou articulações de movimentos sociais e organizações – têm chamado atenção para uma problemática que se projeta muito além das discussões sobre a “geração de trabalho e renda” ou a “viabilização econômica da agricultura familiar”, ao colocarem em sua agenda uma série de temas que remetem sobre as possibilidades de construção de modos de vida sustentáveis (SCHMITT, 2010, p. 56).

É neste sentido que se desenvolvem todas as propostas destas feiras, que sugerem um novo olhar acerca da questão do consumo e da alimentação no cotidiano daqueles que interagem com elas – ou seja, buscam alternativas, “possibilidades de construção de modos de vida sustentáveis”. Isto fica evidenciado em enunciados que buscam: “provocar o debate sobre o modelo convencional de produção de alimentos no Brasil”; “[criar] laços entre os produtores e os consumidores, buscando vínculos mais próximos, incentivando uma vida mais saudável e diversificada”; “uma mudança nos padrões alimentares [que] pode impactar numa mudança muito maior nos costumes e hábitos de organização e reprodução social”; “uma troca de sabores e saberes”⁵⁴.

Assim, Carvalho (2011, p. 4) nota que “o objetivo da Feira era, e ainda é, fazer da UFRJ um polo de consumo e venda de orgânicos da agricultura familiar através do comércio direto”, bem como “ser uma inovação social, ao permitir um ‘encontro de sabores e saberes’,

⁵⁴ Todos estes trechos foram retirados de materiais de divulgação das diferentes feiras acompanhadas.

e não ser simplesmente um local de atividades mercantis. Constrói-se, assim, como um jogo de imagens, de peças e espelhos, de encontros e desencontros, de discursos e de diálogos” .

Dentre estes discursos e diálogos, surge a questão da confiança, sobretudo no que diz respeito à certificação dos produtos orgânicos. Se, por um lado, Aleixo *et al.* (2011) propõem que a realização da feira em um *campus* universitário diferencia-se da feira em outro espaço público (como praças e ruas), pois, “por ser um local de produção de conhecimentos a universidade carrega consigo a credibilidade científica de suas afirmações e ações”. Os autores embasam esta afirmação na fala de uma frequentadora da feira, que diz: “Por ser a feira realizada aqui na UFRJ temos a confiança que são alimentos garantidos”. No entanto, um dos agricultores entrevistados disse ser questionado quando não afixa o certificado em sua barraca.

Este certificado foi alcançado através do Sistema Participativo de Garantia (SPG)⁵⁵ – proposta defendido pelo GA Campi Limão, que via neste sistema de responsabilidade mútua maior coerência com os princípios da Agroecologia (ALEIXO *et al.*, 2011). E, segundo fala do agricultor Bruno, é esse sistema que permite uma maior integração entre os agricultores e entre estes e os estudantes (que, por vezes, participam das visitas às propriedades no processo de certificação).

Cria-se, pois, uma rede de colaboração entre agricultores, estudantes e outras entidades dedicadas à promoção da Agroecologia no Rio de Janeiro. Isto se demonstra no fato, por exemplo, dos feirantes comercializarem alimentos (*in natura* e beneficiados) de outros agricultores além de seus próprios ou de sua família. Para além disso, essa rede pode ampliar-se e ultrapassar as fronteiras da Agroecologia: muitos deles disponibilizam suas barracas (e se encarregam das transações) para a comercialização de produtos como pães e bolos produzidos por mulheres do conjunto de favelas da Maré, no projeto “Maré de Sabores”⁵⁶ (conforme figura 6).

⁵⁵ “O Sistema Participativo de Garantia (SPG) é formado pela reunião de produtores e outras pessoas interessadas em organizar a sua estrutura básica, que é composta pelos Membros do Sistema e pelo Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC). Os Membros do Sistema são pessoas físicas ou jurídicas que fazem parte de um grupo classificado em duas categorias, distribuidores, comercializadores, transportadores e armazenadores. Os colaboradores são os consumidores e suas organizações, os técnicos, as organizações públicas e privadas, as que representam as mais diferentes classes e os parceiros (colaboradores) que possam ajudá-los a dar garantia a seus produtos. Todos tomam conta de todos e se visitam, para garantir a qualidade orgânica” (BRASIL, 2007).

⁵⁶ Este é um dos projetos de uma instituição da sociedade civil denominada “Redes de Desenvolvimento da Maré”, que atua no conjunto de favelas da Maré desenvolvendo projetos de educação, arte e cultura, mobilização social, segurança pública, comunicação, combate à violência e desenvolvimento local. O projeto “Maré de Sabores” inclui-se nas ações relacionadas a esta última temática.

Ainda no que tange a esta rede e à relação com os GAs, um dos grupos possui um espaço na própria feira da UFRJ, onde divulga as ações do coletivo e trazem a discussão sobre “o que é Agroecologia” para os consumidores da feira. Este mesmo grupo está propondo a organização de uma “cesta agroecológica”, para que os consumidores frequentes possam receber uma cesta com produtos da estação, o que resultaria em um barateamento, do ponto de vista do consumidor, e uma maior facilidade na organização, do ponto de vista dos agricultores (segundo entrevista do GA Manuel). Aí se instala uma arena já diferenciada, uma vez que a discussão acerca da Agroecologia é proposta não somente pelos agricultores na interlocução com os consumidores ou universitários, mas, também, pelos estudantes e militantes da Agroecologia.

Como os projetos dos atores nas arenas são sempre diferentes e, por vezes, conflitantes, a construção da Feira Agroecológica da UFRJ não se deu sem negociações e embates conceituais. Segundo relatam Aleixo *et al.* (2011) a escolha da denominação “agroecológica” não foi ponto pacífico. Alguns atores participantes da organização da feira consideravam o termo “orgânico” mais abrangente e, portanto, mais eficiente. Os autores ressaltam, pois, que o Grupo de Agroecologia foi quem enfatizou a importância do termo, por fim, escolhido. Vê-se, nesta conjuntura, a contraposição de vozes, experiências e práticas na construção de um projeto – ainda que com um objetivo em comum. A experiência do GA na discussão acerca do binarismo orgânico/agroecológico foi a que prevaleceu neste embate; através da argumentação da proposta não só ecológica como também social da Agroecologia.

A observação, análise e participação nas arenas de construção e nos próprios momentos em que se realizavam as feiras, nos permite concordar com Schmitt (2010) quando, ao tratar da inter-relação entre a Agroecologia e a economia solidária, demonstra como muitos desses movimentos “apontam para estratégias criativas de mobilização de recursos, capacidades e vínculos, na produção de novas formas de organização do trabalho e de relação da atividade agrícola com os ecossistemas locais” (SCHMITT, 2010, p. 56).

Nota-se, portanto, a interface de conhecimentos que, não despropositadamente, criam-se nesses ambientes. A ocupação temporária do ambiente universitário por agricultores engendra uma confrontação de mundos, de modos de vida, de paisagens e de estéticas. Como citado na seção anterior, a feira é também um componente novo, “estrangeiro” à dinâmica mais costumeira da Universidade. Ela é, no entanto, um espaço de politização e de construção do conhecimento, que se dá nessa interface entre atores tão heterogêneos. O mosaico a seguir pretende ilustrar, visualmente, estas feiras e suas diversidades.

Figura 6 - As feiras de Agroecologia



Fonte: Elaborado pela autora (2013 e 2014). À esquerda, de cima para baixo: cena da Feira Agroecológica da UFRJ; rótulo de produto da feira; imagem de divulgação da Barraca Camponesa de Alimentos Saudáveis. À direita, de cima para baixo: produto da “Casa das mulheres da Maré” vendido na Feira Agroecológica da UFRJ; cena da feira da agricultura familiar na Semana de Agroecologia da UFF.

3.3.3 “Vivências”: ferramentas-chave no processo de aprendizagem

As Vivências têm uma particularidade: são momentos em que os estudantes ultrapassam os muros da Universidade para “vivenciar outros conhecimentos”. Aproximam-se, ao mesmo tempo em que se diferenciam dos trabalhos de campo; são momentos de empiria, de prática. No entanto, se os trabalhos de campo (enquanto ferramentas pedagógicas) tendem a ser momentos guiados de observação e interação com o real, por vezes pontuais; as vivências (no contexto da Agroecologia) pressupõem interações mais prolongadas, onde observa-se não só um fenômeno em seu contexto, mas onde compartilham-se cotidianos.

Assim, tal qual já foi exposto neste estudo, o foco está no reconhecimento de que todos os conhecimentos são igualmente válidos. A CCA, portanto, exige que se entenda o ponto de vista e o conhecimento daqueles que praticam a Agroecologia como modo de vida.

Parte, também, de que a construção do conhecimento não pode surgir apenas de modelos e sínteses do real; de que o social é complexo e só se aproxima dele, de fato, “vivenciando-o”.

Nas arenas identificadas, a própria construção de uma vivência partia da curiosidade e interesse dos GAs em experimentar outros cotidianos (aqui, notadamente àqueles relacionados à agricultura familiar “agroecológica”); ou seja, pôr diferentes corpos de conhecimento em interface. Além disso, a dinâmica também ocorria no sentido contrário: o experimentar da Agroecologia “*in loco*” despertou, por muitas vezes, a curiosidade e a vontade em expandir o conhecimento em Agroecologia, culminando na criação de grupos na Universidade:

No segundo semestre de 2005, em meio a diversos outros acontecimentos, aconteceu uma vivência no Sítio Abaetetuba, em Lumiar – RJ, organizada por um ex-aluno do curso de Biologia. No Sítio vivia um casal de biólogos que estavam começando a estruturar suas vidas como produtores rurais dentro da filosofia da Permacultura. A vivência consistiu em mutirões para implantação de uma agrofloresta e muito aprendizado sobre aquela forma de viver, se alimentar e produzir em equilíbrio com o ambiente. Este foi o primeiro contato coletivo que o grupo que fundou o Projeto Capim Limão teve com a agroecologia (PINHEIRO *et al.*, 2010).

O Mutirão de Agricultura Ecológica é desdobramento do projeto “Estágio de Vivência em Assentamentos Rurais – a Geografia vai ao campo”, que se desenvolveu no período de 1997 a 2004 na Universidade Federal Fluminense. No Estágio de Vivência os estudantes após um período de preparação, vivenciavam a realidade de agricultores assentados, morando em suas casas por um tempo determinado. Em 2005, as atividades são retomadas já com o mote da agroecologia e, em meados de 2006, os integrantes do Estágio de Vivência, com o apoio do Grupo de Agricultura Ecológica (G.A.E.) da UFRRJ, condensam essas influências sob a forma de um projeto de extensão, “Mutirão de Agricultura Ecológica - M.Ã.E”, que é aprovado pela Pró-Reitoria de Extensão – UFF para 2007 (AZEVEDO *et al.*, 2009)

Assim, são muitos os grupos que são desdobramentos de “vivências” e, alguns, em específico, dos EIVs, cujo histórico é brevemente relatado no quadro a seguir:

Quadro 3- Os Estágios Interdisciplinares de Vivência

O Estágio Interdisciplinar de Vivência (EIV) é resultado do esforço do movimento estudantil (ME) dos cursos de Agronomia, com forte crítica ao modelo de formação (tecnicista) implementado pelas Universidades brasileiras, e que buscavam caminhos para reformas sociais, fundiárias e econômicas no campo. Os EIVs orientam-se a partir de quatro princípios: a interdisciplinaridade, o protagonismo estudantil, a não-intervenção e a parceria e articulação entre o movimento estudantil com os movimentos sociais populares (RIBEIRO, 2012).

O primeiro Estágio de Vivência aconteceu em 1989 em Dourados-MS organizado pela FEAB juntamente com o MST, partindo da identificação de lacunas na formação dos estudantes de Agronomia, buscando contribuir para o entendimento crítico do modelo de desenvolvimento agropecuário que se estava implantando no país, aproximando o ensino da realidade, das demandas e das necessidades da maioria dos trabalhadores e produtores rurais, situados em condição marginal no contexto daquele modelo (CARDOSO *et al.*, 2012). Neste momento, ainda que já possuísse caráter não-intervencionista e articulado com os movimentos sociais, o EIV era ainda localizado (organizado por apenas uma escola, e um grupo, que possuía relação com o recém-criado MST) e disciplinar – ou seja, organizada por e para estudantes de Agronomia; sem o “i” de interdisciplinar (RIBEIRO, 2012).

Na década de 90 e início dos anos 2000, os “Estágios” se expandem, acompanhando um momento de fortalecimento dos movimentos sociais do campo (o MST consolida-se enquanto principal movimento de luta pela reforma agrária, o MAB surge enquanto movimento nacional, o MPA é criado). Assim, influenciados pelos aspectos políticos e organizativos do MST, os “Estágios” multiplicam-se por vários estados do país, sendo organizados não só pela FEAB, mas por várias outras Executivas e Federações de Curso, Diretórios Centrais dos Estudantes (DCE), Grupos Organizados, Centros e Diretórios Acadêmicos. É também neste momento que compreende-se a necessária interdisciplinaridade para tratar a questão agrária e os pontos a ela relacionados. O primeiro Estágio com caráter interdisciplinar foi realizado em 1991, organizado pelo DCE da UFPR (RIBEIRO, 2012).

Os EIVs adotam a metodologia do ME da FEAB, que consiste em: preparação, vivência e retomada/avaliação. O objetivo é que o processo de formação seja contínuo, e não apenas durante os dias de estadia nas comunidades ou assentamentos rurais.

A partir da experiência dos EIVs, sua forma de atuação e suas metodologias, muitos outros projetos e grupos de extensão se formaram (CARDOSO *et al.*, 2009).

Fonte: Elaborado pela autora (2014).

Neste sentido, os EIVs buscam superar alguns dos equívocos do modelo intervencionista de ATER, promovendo, também, a formação de profissionais mais capacitados a transpor estes equívocos. Dentre eles, está o que Freire (1983) propõe quando ressalta que os extensionistas, “ao sentir as primeiras dificuldades em sua tentativa de comunicação com os camponeses, não percebem que estas dificuldades, entre outras causas, tem esta ainda: o processo de comunicação humana não pode estar isento dos condicionamentos socioculturais”.

Assim, os EIVs, bem como as vivências propostas ou atendidas pelos GAs são práticas de extensão que reafirmam a noção proposta por Freire (1983, p. 44), quando entende que:

A função gnosiológica não [pode] ficar reduzida à simples relação do sujeito cognoscente com o objeto cognoscível. Sem a relação comunicativa entre sujeitos cognoscentes em torno do objeto cognoscível desapareceria o ato cognoscitivo [...]. Pela intersubjetividade, se estabelece a comunicação entre os sujeitos a propósito do objeto.

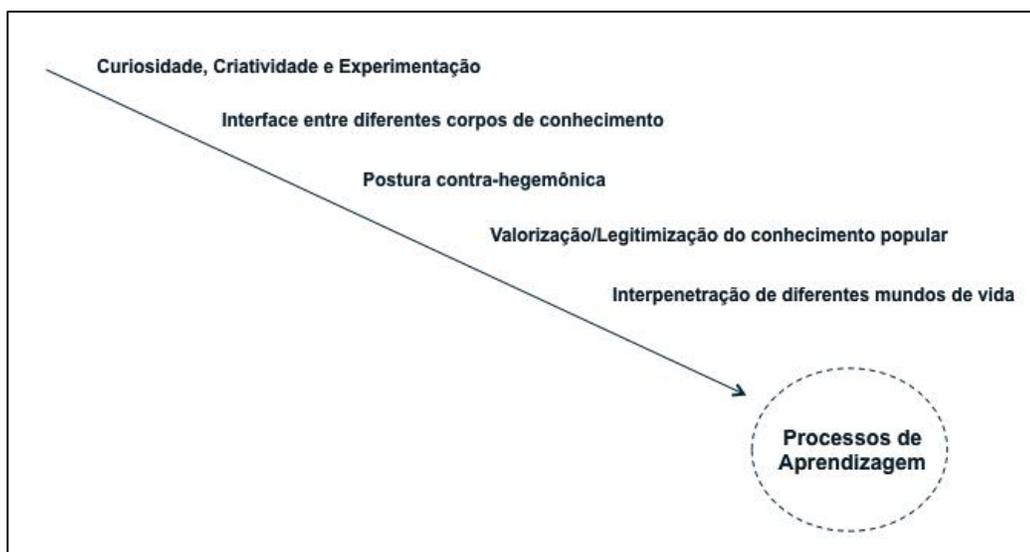
A situação de interface que se dá nas vivências permite não só a comunicação como forma e meio de aprendizagem, mas, para, além disso, configura a interpenetração de diferentes mundos de vida. Embora, normalmente, a vivência seja pensada sob o prisma do estudante – ou seja, o estudante vai ao campo –, a fala de um dos agricultores entrevistados demonstra uma visão ampliada, ao pensar os pontos de contato entre agricultores, Universidade e movimento estudantil:

Isso aqui muda, porque sempre tem pessoas diferentes, [...] é diferente, tem uma história [...] aí que tá: a vivência é essa! A vivência do campo, a vivência aqui na feira...” (AGR Pedro).

A construção e a prática das vivências subentende a participação ativa de todos os atores envolvidos. Deste modo, compreende-se mais uma vez a relação com a proposta de educação dialógica de Freire (1983, p.45): “[...] na comunicação, não há sujeitos passivos. Os sujeitos co-intencionados ao objeto de seu pensar *se comunicam* seu conteúdo”. Relaciona-se, pois, com a proposta de ecologia dos saberes (SANTOS, 2004, 2007), discutida mais à frente, que visa criar um novo modo de relacionamento entre o conhecimento científico e outros saberes. Concordando com os dois autores, entendemos que as vivências proporcionam uma possibilidade de interconhecimento, concedendo “igualdade de oportunidades” às diferentes formas de sabedoria. Conforme Santos (2004, p.19), “a questão não está em atribuir igual validade a todos os tipos de saber, mas antes em permitir uma discussão pragmática de critérios de validade alternativos, que não desqualifique à partida tudo o que não se ajusta ao cânone epistemológico da ciência moderna”.

As vivências, enquanto ferramentas no processo de aprendizagem, aproximam-se daquilo que Santos (2005) denomina de “conhecimento pluriversitário”. São, tal qual o conceito proposto pelo autor, construções de conhecimento contextuais, com aplicação extra-muros, e que “obriga a um diálogo ou confronto com outros tipos de conhecimento, o que o torna internamente mais heterogêneo e mais adequado a ser produzido em sistemas abertos menos perenes e de organização menos rígida e hierárquica”. A partir destas reflexões, propomos o quadro-síntese que segue.

Quadro 4 - Processos de aprendizagem através das vivências



Fonte: Elaborado pela autora (2014).

Por outro lado, as “vivências” tornaram-se estratégia dos próprios agricultores. Um deles relatou que articula vivências não só com os estudantes, mas também passou a promovê-las para a rede de consumidores da rede ecológica⁵⁷. Foi a partir dessas vivências que, segundo um agricultor entrevistado, muitos agricultores que moravam no entorno e que acabaram recebendo visitas dos consumidores, passaram a fazer cestas para comercialização. Isto demonstra como as vivências podem promover a criação e consolidação de redes de troca, formando vínculos cujos resultados ultrapassam os objetivos inicialmente propostos. Além disso, expõe a pluriatividade desses agricultores, como uma das respostas estratégicas aos entraves criados pelo modelo agroexportador e sua consequente dependência de insumos e de conhecimentos externos.

3.3.4 *Mutirão, rede, ciranda: a troca e o coletivo como base da construção do conhecimento agroecológico*

As palavras que deram título a esta seção do texto foram frequentemente evocadas pelos entrevistados, como forma de caracterizar seus modos de organização e, de forma mais ampla, sua visão acerca das inter-relações que se criam na CCA. O objetivo desta seção é, portanto, concluir este capítulo propondo uma análise acerca deste campo semântico evocado pelos GAs, em específico, e pelos muitos atores e coletivos que atuam na Agroecologia, em geral.

Começamos, pois, pela proposta, presente em todos os GAs, da organização em mutirão. Segundo Bordenave, o mutirão “é um ato de cooperação e comunicação frequente no campo, menos praticado na cidade” (1983, p.12)⁵⁸. Sabourin (2007, p. 5, tradução nossa) segue o mesmo caminho, quando propõe que:

Na maior parte das sociedades rurais, existe um termo específico para designar a “ajuda mútua” (...): *coubiage* em Poitou, *juntamão* no crioulo de Guiné-Bissau, *jmaâ* et *twiza* no Marrocos, *tiwi*, *waké* ou *tapaï* na língua “canaque” da Nova Caledônia, *musada* na língua dos Mahorés de Mayotte, *kihuate* no Kimbundu da Angola (...), *alayon* nas Filipinas, *bola* ou *parma* no Nepal, *ipaamuu* nos Jivaros do Peru, *mitka*, *minka* e *ayni* nas comunidades quéchua dos Andes, *mutirão* no Brasil...

⁵⁷ A rede ecológica é um movimento que organiza, no Rio de Janeiro, grupos de consumidores para a realização de compras coletivas diretamente de pequenos produtores agroecológicos/orgânicos, o que viabiliza a compra desses produtos a preços acessíveis e, ao mesmo tempo, apoia as iniciativas desses produtores.

⁵⁸ Há, mais recentemente, a discussão acerca do uso de mutirões autogeridos nas construções de moradias populares nas cidades.

⁵⁹ “Dans la plupart des sociétés rurales, il existe un terme spécifique pour désigner l’entraide: *coubiage* en patois du Poitou, *juntamão* en créole de Guinée-Bissau, *jmaâ* et *twiza* au Maroc, *tiwi*, *waké* ou *tapaï* en langue canaque xaraçu de Nouvelle-Calédonie, *musada* en mahorais de Mayotte, *kihuate* en kibundo

Os estudos sobre processos de ajuda-mútua analisam, sobretudo, estas dinâmicas em sua relação com a reprodução das sociedades (notadamente as sociedades rurais), como parte, por vezes estratégica, de seu modo de vida. Sabourin (2007), ao observar os processos de ajuda-mútua no Nordeste do Brasil, revelou que há dois tipos de mutirões: aqueles para a colaboração em uma casa ou família específica, em geral com trabalhos difíceis ou que exigem muita mão de obra (colheita, construção de casas, fabricação de farinha, etc.) e aqueles que objetivam a construção ou manutenção de bens comuns ou coletivos (cisternas, estradas, barragens, etc.).

Pode-se dizer que os mutirões propostos pelos GAs inspiram-se neste segundo tipo: são mutirões de interesse coletivo para o manejo de recursos comuns, nas áreas de experimentação de técnicas agroecológicas. A influência do modo de organização típico das sociedades rurais nos arranjos das atividades dos GAs demonstra como se estabelecem, nos encontros dos grupos, um resgate do rural; ou, em outras palavras, uma interface rural-urbana no processo de construção do conhecimento.

Uma vez que a participação dos grupos é livre de hierarquia, a organização em mutirões tenta dar sustento à continuidade do projeto. Muitos entrevistados evocaram a ideia (e o desafio) de que o trabalho nos mutirões tem como base a pró-atividade e a autonomia dos participantes. A ideia de autonomia proposta pelos GAs, enquanto parte da dimensão ética do processo de aprendizagem, aproxima-se da noção freiriana. A pedagogia da autonomia “tem de estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitadas da liberdade” (FREIRE, 2006, p.107). A horizontalidade proposta na organização dos grupos é um dos fatores que impulsiona o exercício da autonomia – o que, muitas vezes, é um desafio, relatado pelos atores entrevistados como a possível “falta de compromisso” ou o costume de alguns estudantes em receber orientações/ordens no espaço universitário.

Os mutirões são, de fato, “experiências estimuladoras”, espaços onde há troca de práticas, experiências, ideias, informações ou técnicas; além de serem momentos festivos, afetuosos. Conforme propõe Sabourin (2007), para além dos ganhos materiais (das áreas manejadas, dos plantios, das construções de fornos ou bancos), estes espaços de troca produzem valores sociais e simbólicos. São, assim, espaços onde, como nas vivências, ocorrem processos de aprendizagem coletiva. Constroem-se, então, “conhecimentos

d'Angola, (...), alayon aux Philippines, bola ou parma au Népal, ipaamuu en jivaro du Pérou, mitka, minka et ayni dans les communautés quechua des Andes, mutirão au Brésil...”

coletivizados”, mobilizados por meio de experiências coletivas, ou seja, por meio da ação (*learning by doing*) ou da organização (SABOURIN, 2001). Conforme propõe Röling (1992) *apud* Sabourin (2001, p. 37): “[...] a articulação de atores, redes e/ou organizações manejados em sinergia” podem promover “processos de conhecimento melhorando a relação entre conhecimento e ambiente”.

Uma das entrevistas trouxe a interpretação de que estes últimos anos, para os GAs, foram de buscas pelo “fortalecimento da rede” (GA Elis). Uma das etapas importantes para esse fortalecimento foi a implantação dos *mutirões ciranda*, onde vários grupos de uma mesma região iam até a área de manejo agroecológico de um deles, em um mutirão coletivo e unificado. A proposta surgiu do sentimento de que a troca, a ajuda-mútua entre-grupos e estes espaços de convivência seriam caminhos para que a rede de GAs se fortalecesse, para que vínculos se criassem, para que houvesse um intercâmbio de experiências e, ao mesmo tempo, espaços de celebração.

O mutirão ciranda ocorre não só entre os grupos do Rio, mas é uma metodologia utilizada pelos GAs de outras regiões, como Viçosa – MG (LADEIRA *et al.*, 2013). A metáfora da ciranda evoca a ideia da dança (LADEIRA *et al.*, 2013), do movimentar-se em roda – movimento contínuo –, o que implica nesta movimentação itinerante dos grupos, entre si. É, pois, um processo contínuo de articulação entre os GAs, e, portanto, arenas intermitentes de CCA.

Figura 7 - Chamadas para os Mutirões Ciranda



Fonte: Organizado pela autora a partir de páginas de divulgação dos grupos (2013).

A noção de rede (que já surge na ideia de “redes de fortalecimento”) tem sido deveras evocada no campo de políticas e epistemologias *alternativas*, como, por exemplo, a Agroecologia e a economia solidária. É possível que esta dinâmica esteja atrelada a um momento sócio-histórico, onde emergem epistemologias contra-hegemônicas (SANTOS,

2007) e modos não substancialistas de conhecimento do social (SCHMITT, 2011)⁶⁰. Dentre estas, está o discutido no capítulo onde tratamos os pressupostos teóricos deste estudo: o surgimento das abordagens relacionais, onde se inclui a POA, nas análises dos processos de desenvolvimento. Dentre os anseios destas posturas teórico-metodológicas está a superação de uma visão do desenvolvimento “como uma essência a ser descoberta (...), ou como um fenômeno regido por um conjunto previamente definido de estruturas, externas aos agentes sociais” (SCHMITT, 2011). A ideia de agência, unida às dinâmicas que surgem nas situações de interface, propõem uma visão da sociedade como uma rede de inter-relações composta por atores que expressam reações heterogêneas frente aos “projetos homogeneizantes de desenvolvimento”.

A categoria de rede, nos estudos sociais, vem sendo utilizada de diversas formas, engendrando em diferentes propostas analíticas que buscam dar conta da complexidade do social. Por vezes, ela aparece na metáfora do social como um sistema de nós e fluxos, por outros, em teorias que buscam fazer dela uma ferramenta analítica, ou, ainda, a noção é evocada como “base para a construção de uma nova ontologia do social” (SCHMITT, 2011)⁶¹. Baseando-nos nas propostas da POA, entenderemos, neste estudo, a rede como uma associação heterogênea de atores (individuais ou coletivos) em situações de interface, de onde emergem trocas materiais e imateriais, e que possibilita a tentativa de uma organização não hierárquica, possivelmente estratégica, na defesa de interesses comuns.

Ao tratar do movimento agroecológico, González de Molina (2009) considera que uma de suas principais carências é exatamente a falta de estratégias e o excesso de *localismo* – o que implicaria numa configuração contrária à “rede”. Ainda que isso possa resultar da própria metodologia da Agroecologia (uma vez que sua estratégia teórica e metodológica se desenvolve, principalmente, no âmbito do agricultor, da pequena propriedade e da comunidade local), o autor ressalta que há uma certa confusão entre métodos e objetivos. Deste modo, o trabalho coletivo entre pequenos agricultores e institutos de pesquisa se

⁶⁰ “A emergência, nas ciências sociais, de uma agenda de pesquisa mais sensível à heterogeneidade e particularidade das experiências de desenvolvimento, e, em boa medida, mais fortemente comprometida com uma análise voltada à perspectiva dos atores, não é um fato inteiramente novo, tendo tido seu início já na década de 80. Esse esforço de reconstrução de modos de explicação e estratégias de pesquisa buscava responder, entre outras coisas, a uma crescente dissociação entre a produção acadêmica e o “mundo real” das práticas e da ação, refletindo, também, as transformações que, com o advento do neoliberalismo, afetaram as geometrias de poder das políticas de desenvolvimento” (SCHMITT, 2011, p. 88).

⁶¹ Uma vez que não é a proposta desta pesquisa debruçar-se sobre as muitas possibilidades analíticas nos estudos das redes, nos baseamos, sobretudo na revisão proposta por Schmitt (2011), que traz algumas destas abordagens. A última citada, por exemplo, trata da Teoria do Ator Rede, desenvolvida principalmente nos trabalhos de Bruno Latour, Michel Callon e John Law.

converteria, em grande parte, em “ilhas de êxito, em um mar de privação, pobreza e degradação ambiental” (González de Molina, 2009, p. 55, tradução nossa).

De encontro a esta constatação (ou no intuito de superá-la) vão alguns esforços feitos no Brasil no sentido de sistematizar as experiências (locais) e torná-las, cada vez mais, consonantes. A proposta da “agroecologia em rede” é exemplo deste esforço. O movimento busca catalogar, tipificar e reunir, em um sítio na internet, diversas experiências e iniciativas em Agroecologia e suas inter-relações com outras, pelo Brasil. Interliga três bancos de dados: o banco de experiências, o banco de pesquisas e o banco de contatos (pessoais e institucionais); gerenciados pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), pela Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia) e pela Sociedade Científica Latino-americana de Agroecologia (Socla)⁶².

No que tange aos GAs, a Rede de Grupos de Agroecologia (REGA) demonstra, por um lado, a necessidade que estes grupos sentiram de se articular nacionalmente e, por outro, a compreensão, por estes atores, de que havia, dentre muitos grupos espalhados pelo Brasil, uma unidade, uma sinergia, uma mútua identificação. Além disso, a consolidação desta rede – organizada, principalmente, através de um grupo de *e-mails*, onde trocam-se ideias, propostas e divulgação de eventos agroecológicos – é a materialização desses anseios. O ENGA é, também, um reflexo deste esforço. Já após seu quinto evento, o encontro colabora não só na sistematização, mas, principalmente, no fortalecimento e na construção do conhecimento e de identidade do movimento em âmbito nacional.

Por ter a pesquisadora, à época da graduação, participado de dois desses encontros⁶³ e de um terceiro, já como mestranda, no ano em que construía essa pesquisa, algumas notas parecem importantes de serem tecidas. De fato, no último ENGA, em Porto Alegre, já munida de diário de campo, puderam-se anotar observações e considerações em relação à organização do encontro, às temáticas insurgentes nas discussões, entre outros pontos. Ainda que a pesquisa, por limitações metodológicas (e, principalmente, de tempo), tenha foco mais específico nos GAs do Rio de Janeiro e na sua relação com agricultores, esta oportunidade de observar – desta vez com olhar mais crítico e sistemático – esta articulação nacional, faz-se importante. Este encontro simboliza, de certa forma, a concretização da rede nacional dos Grupos de Agroecologia e o processo de construção de identidade e fortalecimento desta rede.

⁶² Ver: <<http://www.agroecologiaemrede.org.br/>>

⁶³ Foram estes: I ENGA, ocorrido concomitantemente ao VI CBA, em 2009, em Curitiba/PR; e II ENGA, ocorrido de forma independente ao CBA, em 2010, em Aldeia Velha/RJ.

Assim, o quadro a seguir sintetiza as impressões a cerca deste evento e desta rede e do encontro, finalizando este capítulo.

Quadro 5 - O Encontro Nacional de Grupos de Agroecologia e a Rede

A criação de um Encontro Nacional dos Grupos de Agroecologia surge da necessidade de um espaço de diálogo e troca entre estes coletivos, que não se sentiam contemplados pelos modelos do CBA. Assim, durante o Fórum Social Mundial (FSM) em Belém do Pará, 2009, integrantes de grupos de agroecologia e outros interessados unem-se na Aldeia da Paz (um dos espaços de articulação do Fórum) e começam a desenvolver e organizar este encontro, que ocorreria paralelamente ao CBA, de 05 a 09 de Novembro de 2009, em Curitiba/PR. Para tal, realizou-se o I Pré-ENGA, na UFRRJ em Seropédica, dos dias de 19 a 21 de junho do mesmo ano; e, ainda, um Seminário de Construção Coletiva, a fim de deliberar os pontos finais do Encontro, como metodologia, espaços e comunicação (COMISSÃO ORGANIZADORA DO I ENGA). O I ENGA teve forte participação de movimentos, como a Via Campesina, e reuniu cerca de 500 pessoas em um espaço autônomo em relação ao CBA, com programação e atividades próprias – ainda que fosse ao lado do espaço onde ocorria o Congresso, e que parte da programação fosse deixada em aberto para que os encontristas participassem do Congresso. Uma intervenção foi feita na abertura do CBA, como forma de demonstrar a existência daquele movimento e suas pautas.

Decidiu-se fazer o II ENGA, em 2010, em Aldeia Velha/RJ. Este encontro teve características bastante diferentes do primeiro, em parte por ter sido independente ao CBA, que ocorre bienalmente. Sentiu-se uma maior despolitização deste em relação ao primeiro, talvez pela falta de objetivos e diretrizes que orientassem este “novo” movimento. Por outro lado, era um movimento que se construía e que buscava traçar essa identidade, em grande parte nesses encontros. Neste ENGA é criada a Rede de Grupos de Agroecologia, com o intuito de fortalecer esta articulação e, assim, sintonizar as pautas. O III ENGA volta a acontecer em paralelo ao CBA, em Fortaleza, Ceará, no ano de 2011.

A Feira de Sementes, organizada e realizada pela REGA na Cúpula dos Povos, em Julho de 2012, no Rio de Janeiro, colabora com a reestruturação e consolidação da rede, onde propõe-se o IV ENGA, que ocorre em Viçosa/MG, em 2012. Por fim, em 2013, ao mesmo tempo em que o CBA em Porto Alegre/RS, ocorreu o V ENGA. Nas rodas de conversa e discussões neste último encontro, demonstrou-se, por um lado, o acúmulo do movimento, por outro, as necessidades de organização e formação contínua, com o objetivo de criar pautas comuns e práticas salutíferas ao desenvolvimento da Agroecologia.

Muitas metodologias do encontro inspiram-se ora em movimentos sociais rurais (é o caso das místicas, inspiradas sobretudo no MST), ora em movimentos sociais como o *Rainbow Gathering* (o encontro do arco-íris, ou a família arco-íris, ou ainda, a tribo do arco-íris). Estes últimos têm em comum com os ENGAs os rituais, algumas celebrações e músicas que evocam princípios da não-violência, de solidariedade e de união. Além disso, são encontros que organizam-se horizontalmente e coletivamente, no entanto, não são encontros de total consenso. Há, como se poderia esperar, diversas divergências e negociações que se instalam, mesmo em relação aos “rituais” propostos.

No que tange à estrutura do evento, esta é sempre baseada em princípios agroecológicos e permaculturais. A alimentação do evento é vegetariana e da produção de pequenos agricultores locais. Utiliza-se práticas de saneamento ecológico e de gestão coletiva dos espaços.

Da necessidade de formação interna à rede, desenvolveu-se o Seminário dos GAs, que passa a ser denominado Sementário, e tem como principal objetivo contribuir com a construção da identidade da REGA, a partir de três eixos fundamentais: ferramentas de organização interna; articulação com outras entidades e movimentos da Agroecologia; metodologia e identidade dos ENGAs (OLIVEIRA, 2013). O I Sementário ocorreu na Casa da Bruxa (UNIRIO), Rio de Janeiro, de 06 a 09 de Junho de 2013.

Os ENGAs e estes outros espaços, enquanto momentos concretos de trocas e negociações, demonstram-se espaços profícuos para a formação e solidificação da REGA. No entanto, o processo de articulação e construção da rede e dos encontros é contínuo, utilizando ferramentas como a *internet* para a comunicação. Há, sem dúvida, a partir desses movimentos, uma intensificação na troca e na promoção da Agroecologia; ao ponto que, na roda de conversa (do V ENGA), surgiram falas como: “a gente está mostrando muito mais a Agroecologia do que eles [em relação ao CBA]”. No entanto, acreditamos que é crucial o reconhecimento das múltiplas faces da Agroecologia – como na interação entre ENGA e CBA, por exemplo. Assim, as rodas de discussão demonstraram o desafio da construção e fortalecimento de uma rede e de sua identidade, dada a heterogeneidade de atores envolvidos.

Fonte: Elaborado pela autora (2014)

4 ENTRE A MONOCULTURA E A DIVERSIDADE DE SABERES ⁶⁴ : UNIVERSIDADE, AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO

A utopia do interconhecimento consiste em aprender outros conhecimentos sem esquecer os próprios.

Boaventura de Sousa Santos

Ao longo de todo o trabalho (desde a escolha do tema, ao trabalho de campo, aos momentos de análise) uma questão aparecia como pano de fundo: qual o papel da universidade na sociedade contemporânea? Este questionamento foi, na verdade, um dos principais impulsos para a realização desta pesquisa.

Isto se explica, em grande parte, por conta de uma trajetória acadêmica que encontrou, no trabalho de extensão universitária em Agroecologia, uma nova motivação e significação para o vivenciar da universidade. Afinal, para quê e para quem se constrói conhecimento – e, para além disso, que territórios e povos estariam se apropriando ou sendo atingidos por este conhecimento? Durante a realização dessa pesquisa, foi possível notar que essa inquietação permeava as investigações-ações dos GAs. Esta afirmação se consolida no conteúdo da carta que a REGA, de forma coletiva, produziu para ser lida no encerramento do VIII CBA e V ENGA:

Acreditamos na Agroecologia transcendendo os limites da academia, com a responsabilidade de construir o conhecimento junto à sociedade. Entendemos a Agroecologia como uma ferramenta fundamental, que contribui com a ruptura do paradigma capitalista vigente a fim de proporcionar a transformação sociocultural que sonhamos. (Trecho da carta da REGA à Associação Brasileira de Agroecologia, lida no encerramento do VIII CBA e V ENGA, dia 28 de novembro de 2013).

A “agroecologia transcendendo os limites da academia” aparece, então, como uma demanda dos GAs. Como foi discutido ao longo desse estudo, o trabalho dos grupos de Agroecologia dá centralidade à exploração das barreiras da extensão universitária. Além das entrevistas, que trouxeram esse tema repetidas vezes, muitos trabalhos e sistematizações das experiências dos grupos, publicados principalmente na Revista Brasileira de Agroecologia,

⁶⁴ O termo “monocultura de saberes” foi baseado na concepção de Boaventura de Sousa Santos (2004; 2007), e, aqui, contraposta à ideia de uma diversidade de saberes (para, mais à frente, propor uma transição para a ecologia de saberes, – ou seja, a prática de articular essa diversidade – tal qual desenha o sociólogo). A noção de monocultura de saberes refuta a ciência como conhecimento monopolista, trazendo o reconhecimento da heterogeneidade de saberes e rejeitando a hierarquização entre as diversas formas do conhecimento. Consiste, nas palavras do próprio, em “transformar a ciência moderna e a alta cultura nos únicos critérios de verdade e de qualidade estética, respectivamente. A cumplicidade que une as “duas culturas” (a científica e a humanística) reside no facto de ambas se arrogarem ser, cada uma no seu campo, cânones exclusivos da produção de conhecimento ou da criação artística. Tudo o que o cânone não legitima ou não reconhece é declarado inexistente” (SANTOS, 2004, p.15).

atestam esta afirmação⁶⁵. Ademais, esta declaração dá corpo à noção de Agroecologia com a qual se identificam, na qual acreditam (o debate sobre *o que é* Agroecologia nestes contextos e para estes grupos dar-se-á mais à frente, neste mesmo capítulo). O ponto nodal aqui é o fato de que, para estes atores sociais, pensar e trabalhar com a Agroecologia significa, necessariamente, refletir e questionar o papel da universidade (inserida no “paradigma capitalista vigente”) enquanto produtora/detentora de conhecimento.

O objetivo desta seção do texto é, portanto, trazer à tona estas questões que, ao longo da pesquisa, demonstraram-se centrais – não só para aquela que investigava, mas, principalmente, para aqueles que eram os sujeitos e atores da pesquisa. Deste modo, em um diálogo entre tais atores e pensadores desta temática, buscar-se-á fazer uma reflexão e debate acerca da responsabilidade social da universidade, trazendo esta análise à luz da pressão emancipatória e transformadora que os GAs propõem no espaço universitário. Neste contexto, discutir-se-á as prioridades técnico-científicas nas agendas dos principais centros de pesquisa (ou qualquer instituição detentora do *ethos* universitário), no que tange às questões relacionadas ao desenvolvimento rural; pondo em xeque: que modelo de desenvolvimento a universidade está reproduzindo?

Em sequência, a questão da extensão – um dos centros de apoio do tripé ensino/pesquisa/extensão, os pilares metodológicos da construção do conhecimento na universidade (MARTINS, 2011; MORAES, 1998) – é trazida à tona (nota-se que os GAs são, em maior parte, grupos de extensão universitária, de onde se deduz a necessidade de desvelar essas atividades). Por fim, o lugar da Agroecologia na academia (espaços, sentidos, conceitos) é discutido, buscando delinear os sentidos que emergem e a ela são atribuídos pelos grupos e pelos agricultores e seus (também diversos) “conceitos institucionalizados”.

O objetivo deste capítulo é, portanto, pôr em análise a grande arena onde se desenrolaram as situações de interface, os diálogos e os silêncios desta pesquisa. Conclui-se, desta análise, que a Universidade, por um lado, é uma estrutura complexa que reproduz lógicas da sociedade capitalista em sua estrutura; por outro, que esta complexidade se reflete nas múltiplas propostas – por vezes, contra-tendências (ARCE; LONG, 2000) – que emergem neste espaço.

⁶⁵ Ver, por exemplo, Azevedo et al., 2009; Cardoso et al., 2009. Demarchi et al., 2011; Ladeira et al., 2011, entre outros.

4.1 A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA UNIVERSIDADE

A universidade, sobretudo a universidade pública, desempenha um papel crucial nos caminhos de desenvolvimento de um país. Esta afirmação torna-se ainda mais categórica se pensarmos a universidade a partir de um dos pontos que aqui discutimos: a instituição que se pretende não só criadora, mas também detentora dos conhecimentos – ao menos, os conhecimentos legitimados e reconhecidos pela nossa sociedade que é ainda devota (o termo é irônico e proposital) ao método científico cartesiano, cujo racionalismo determina a decomposição do real como forma de tornar o mundo cognoscível (SANTOS, 2010).

Florestan Fernandes, sociólogo e político brasileiro que discutia a questão da universidade no Brasil, afirmou em 1965: “É preciso que saibamos, com plena convicção, o que pretendemos e como avaliar as funções sociais construtivas da universidade. Se não for para sermos ouvidos e exercermos influência, pelo menos para defendermos com responsabilidade e com coragem as posições que já assumimos e que precisam ser mantidas” (1975, p. 25). Quase cinquenta anos já se passaram, e estas frases continuam atuais. Afinal, que espaços existem, inclusive dentro das universidades, para que se questionem as condições e a organização do ensino superior no Brasil?

Quando sugere a crise institucional do modelo de universidade vigente, Boaventura Santos está alertando para o fato de que a função e a responsabilidade social da universidade, intrínsecas à sua essência, estão sendo negligenciadas em suas atividades e prioridades. Ao traçar o histórico da universidade pública na América Latina no fim do século XX, o sociólogo dá ênfase ao processo de passagem dos regimes ditatoriais aos regimes democráticos. Neste primeiro momento, a universidade pública era completamente atrelada e dependente do Estado, ao ponto de haver redução da “autonomia da universidade até o patamar necessário à eliminação da produção e divulgação livre do conhecimento crítico” (SANTOS, 2005, p. 139). Na abertura à democracia, como reflexo desse momento histórico, a universidade viu-se dotada de uma maior autonomia em relação ao Estado. No entanto, nesse contexto em que a globalização neoliberal começa a mostrar seus semblantes, a primazia da racionalidade econômica (em detrimento de uma racionalidade da sustentabilidade) é claramente percebida nesta nova conjuntura. Nas palavras do autor, o distanciamento do Estado “não teve por objetivo preservar a liberdade acadêmica, mas criar condições para as universidades se adaptarem às exigências da economia” (SANTOS, 2005, p. 142).

A função mais explícita da universidade é, portanto, formar profissionais e produzir conhecimentos que estejam de acordo com as demandas do mercado – evidenciando a articulação entre a universidade e o sistema econômico vigente. As escolhas de projetos de pesquisa financiados, a composição curricular⁶⁶, as orientações metodológicas privilegiadas e outras estruturas que compõem a universidade revelam esta íntima relação (JACOB, 2010; 2013). Ainda que de extrema importância (no mínimo, pela necessidade de absorção do recém-formado no mercado de trabalho), essa conjuntura desvela uma dinâmica onde certos arranjos de conhecimento são privilegiados em detrimento de outros. Isso, na prática, se expressa no descaso e no silenciamento de projetos contra-hegemônicos.

As falas a seguir demonstram a preocupação dos integrantes dos GAs nesse sentido – e, para além disso, revela a dimensão contra-hegemônica de sua atuação:

[Há o costume de] desvincular [a supremacia do conhecimento científico em relação aos outros conhecimentos] de várias questões que estão por trás: questões políticas, de interesses, de áreas do conhecimento que são valorizadas em detrimento de outras (GA Fabiana).

[O GA] trazia essa relação da ciência com a transformação da sociedade, da gente estar produzindo um conhecimento ali pra contribuir na transformação da sociedade (Ex-participante de GA, em entrevista a AZEVEDO, 2013).

Se a questão da dicotomização entre o conhecimento científico/técnico/disciplinar e o conhecimento leigo/popular/sistêmico é pano de fundo de toda a discussão do presente texto, nesta seção ela se configura de modo a trazer um questionamento central, que dialoga com esta relação íntima entre ciência e sociedade. Nas palavras de Jacob (2013):

Como instituição social que é, a universidade expressa a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade, em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão e em sua gestão. Assim, tal qual a sociedade, a universidade é constituída não só por diferentes visões de mundo, como principalmente por visões conflitantes: a produção de conhecimento e sua incorporação nos currículos universitários são processos atravessados por relações de poder.

Há de se remarcar alguns pontos no que tange a este segmento:

- a) a relação estreita entre universidade e sociedade, e, numa análise mais profunda, entre o “projeto de país” e o projeto de universidade que dele deriva;

⁶⁶ Silva (1995 *apud* JACOB, 2010; 2011) analisa que o currículo “é o resultado de um processo histórico. Em determinado momento, através de processos de disputa e conflito social, certas formas curriculares – e não outras - tornaram-se consolidadas como o currículo. É apenas uma contingência social e histórica que faz com que o currículo seja dividido em matérias e disciplinas, se distribua sequencialmente em intervalos de tempo determinados, que o currículo esteja organizado hierarquicamente... É também através de um processo de invenção social que certos conhecimentos acabam fazendo parte do currículo e outros não” (p.148).

- b) as disputas e as relações de poder que, inerentes à estrutura da sociedade, não poderiam deixar de sê-lo na constituição da universidade;
- c) os resultados desta “batalha de poder e de conhecimento” – que se consolidam nos currículos, nas demandas, e nas prioridades técnico-científicas que estruturam as atividades de ensino, pesquisa e extensão universitárias.

Todas estas questões põe em xeque a identidade da universidade pública e demonstram a necessidade de pensar “uma reforma democrática e emancipatória da universidade”, tal qual propõe Santos (2005). Esses pontos serão esmiuçados nesta e na próxima seção deste capítulo (onde, mais especificamente, tratar-se-á do “projeto de universidade e de país” no contexto do modelo de desenvolvimento rural adotado pelo Brasil a partir da segunda metade do século XX).

Uma vez que nosso modelo de universidade é norteado por conhecimentos disciplinares e baseado nesta hierarquização única dos saberes, ele colabora no aumento do abismo que se criou entre ciência e as demandas sociais⁶⁷. A crise no modelo de universidade (de onde deriva a necessidade de uma reforma), é, portanto, consequência de uma crise do paradigma vigente (RAYNAUT, 2005; SANTOS, 2005). Alguns autores advogam, pois, que há a necessidade de uma transição paradigmática. Encontram-se, portanto, frente a um desafio epistemológico, como forma de engendrar esta transição. Assim, Morin (2010) traz a noção de paradigma da complexidade; Leff (2000; 2002), a importância de uma transição para uma racionalidade ambiental, Santos (2004; 2005; 2007) propõe uma ecologia dos saberes. Logicamente, as propostas e os autores que sugerem “novas teorias do conhecimento” não se esgotam aí. Além disso, as concepções citadas não são equivalentes ou idênticas, ainda que possuam pontos de interseção. Remarcamos que há outros autores, igualmente relevantes, que tratam o tema. Porém, nos apoiamos, sobretudo, na proposta de Boaventura Santos, buscando analisar as possibilidades e as potencialidades de pensar uma Agroecologia que vá ao encontro da ecologia dos saberes.

Uma das faces da ecologia dos saberes é a avaliação de que uma hierarquia “abstrata” entre os sistemas de conhecimento não é a mais efetiva e nem tampouco promove a justiça

⁶⁷ Embora, em um primeiro olhar, pareça haver uma contradição entre o pensamento de Boaventura de Sousa Santos e o de Luciana Jacob (expressos, respectivamente, em “abismo entre ciência e demandas sociais” e, em seguida, na afirmação da estreita relação entre Universidade e sociedade), as conotações dadas a “sociedade” nos diferentes momentos explicam este impasse. Ao tratar do abismo entre ciência (e, portanto, de instituições onde se constrói o conhecimento científico) e sociedade, o que se expõe é a falta de representatividade das demandas sociais e populares nas prioridades das produções técnico-científicas (enveredadas para as demandas da economia de mercado). Por outro lado, ao ressaltar a estreita relação entre estas, busca-se remarcar o paralelismo que se dá entre a estrutura da sociedade e a dessas instituições sociais: ambas, como não poderia deixar de ser, marcadas por relações de poder, conflitos e visões de mundo heterogêneas.

cognitiva; ou seja: problematiza a soberania do conhecimento técnico-científico (universitário) em todos os contextos ou em relação a todas as temáticas. Alvitra, então, uma ideia mais pragmática em relação ao conhecimento que, conforme o autor, traz a necessidade de:

[...] uma reavaliação das intervenções e relações concretas na sociedade e na natureza que os diferentes conhecimentos proporcionam. Centra-se pois nas relações entre saberes, nas hierarquias que se geram entre eles, uma vez que nenhuma prática concreta seria possível sem essas hierarquias. No entanto, em vez de subscrever uma hierarquia única, universal e abstrata entre os saberes, estabelece hierarquias em conformidade com o contexto, à luz dos resultados concretos pretendidos ou atingidos pelas diferentes formas de saber. Hierarquias concretas emergem do valor relativo de intervenções alternativas no mundo real. Entre os diferentes tipos de intervenção pode existir complementaridade ou contradição. Sempre que há intervenções no real que em princípio podem ser levadas a cabo por diferentes sistemas de conhecimento, as escolhas concretas das formas de conhecimento a privilegiar devem ser informadas pelo princípio da prudência, que no contexto da ecologia de saberes consiste em dar preferência às formas de conhecimento que garantam a maior participação possível dos grupos sociais envolvidos na concepção, execução, controle e fruição da intervenção (SANTOS, 2007).

No mesmo sentido, a importância dada à coprodução do conhecimento, ou à centralidade do diálogo dos saberes, no âmbito da Agroecologia, muito foi ressaltado nos discursos dos GAs. Há, sem dúvida, um exaltar do *saber-fazer* dos agricultores pelos estudantes e participantes dos grupos. As falas a seguir são demonstrativas dessa afirmação:

A troca é fundamental... Pro grupo, é a chance de sair da academia e ter um aprendizado na vivência. Qualquer campo de conhecimento pode se tornar teórico, pode ficar desvinculado da realidade se a gente não vai buscar o conhecimento com quem está vivendo dele. A Agroecologia é prática. Se a gente ficar fechado aqui dentro a gente também vai ficar alienado do que está acontecendo na Agroecologia: as técnicas de plantio, as experiências que estão dando certo ou não, até pra saber a realidade do agricultor e poder se posicionar (GA Fabiana).

Temos que trabalhar e fazer vivência com os agricultores, que é quem vive a Agroecologia (...) temos que pular os muros da Universidade (Participante de GA em fala no V ENGA).

Tal qual propõe a ecologia dos saberes, estes estudantes priorizam a “hierarquia concreta” dos sistemas de conhecimento, mesmo dentro da universidade. Esta demanda (a saber: a do princípio da prudência no que diz respeito à implementação dos saberes dos heterogêneos grupos sociais) encontra-se em consonância com o anseio de outros organizações e setores, notadamente da sociedade civil, que enxergam a Agroecologia como ciência (que se constrói na inter-relação de saberes), movimento social e como alternativa possível ao alcance de um desenvolvimento sustentável (PETERSEN *et al.*, 2009). Santos traz, em uma de suas obras, um exemplo bastante emblemático da irrazoabilidade de uma hierarquia abstrata entre os sistemas de conhecimento. O exemplo é de tal forma interessante e esclarecedor, que pareceu-me justo transcrevê-lo:

Nos anos 1960, os milenares sistemas de irrigação dos campos de arroz da ilha de Bali, na Indonésia, foram substituídos por sistemas científicos promovidos pelos prosélitos da Revolução Verde. Os sistemas tradicionais se baseavam em conhecimentos hidrológicos, agrícolas e religiosos ancestrais e eram administrados

por sacerdotes de um templo hindu-budista dedicado a Dewi-Danu, a deusa do lago. Foram substituídos precisamente por serem considerados produtos da magia e da superstição, daquilo que foi depreciativamente designado como "culto do arroz". Só que a substituição teve resultados desastrosos para a cultura do arroz, cuja colheita decresceu drasticamente nos anos subsequentes. Diante disso, os sistemas científicos tiveram de ser abandonados e os sistemas tradicionais restaurados. Esse caso ilustra a importância do princípio da prudência quando lidamos com uma possível complementaridade ou contradição entre diferentes tipos de conhecimento. A suposta incompatibilidade entre dois sistemas de conhecimento (o religioso e o científico) para a realização da mesma intervenção (a irrigação dos campos de arroz) resultou de uma má avaliação (má ciência) provocada precisamente por juízos abstratos, baseados na superioridade abstrata do conhecimento científico. Trinta anos depois da desastrosa intervenção técnico-científica, a modelagem computacional — uma área das novas ciências ou ciências da complexidade — veio demonstrar que as seqüências da água geridas pelos sacerdotes da deusa Dewi-Danu eram as mais eficientes possíveis, portanto mais eficientes do que as do sistema científico de irrigação" (SANTOS, 2007, p. 48).

Assim, o conhecimento universitário, por muitas vezes, silencia as vozes de parcela da sociedade. A lógica de justificativa para a produção de uma pesquisa, por exemplo, parte, na maioria das vezes, das vontades e intenções do pesquisador. Uma das entrevistadas propôs que: "a agroecologia não é um tema que você vai "vender" fácil um artigo pra publicar. Os professores têm isso em mente, porque eles são pesquisadores". Conclui-se, pois, que, em algumas instâncias, o saber agroecológico figura entre estes "silenciados" pela lógica acadêmica. Afinal, "a universidade ainda não questiona tanto o próprio conhecimento que produz" – conforme afirmou uma ex-participante de GA (em entrevista a AZEVEDO, 2013).

Por outro lado, Petersen *et al.* (2009) aventam que há cada vez mais espaço para a perspectiva agroecológica nas instituições de ensino, pesquisa e extensão. Para eles, este cenário é consequência "de sinais de mudança na academia frente aos efeitos negativos da modernização agrícola sobre a sociedade e a natureza" (p. 85). Argumentam que, ainda que não tenha havido uma mudança estrutural, integrada formalmente à instituição, são focos (de indivíduos ou coletivos) que produzem inovações no processo de construção e socialização do conhecimento agroecológico – onde, sem dúvida, reconhecemos o trabalho dos GAs.

Esta última dinâmica – a de socialização do conhecimento – nos parece merecer uma análise. Pois se discutimos a cooperação, o diálogo e a prudência no processo de construção do conhecimento dentro da universidade, o que ocorre à jusante deste momento tem igual relevância. Afinal, pra onde vai o conhecimento universitário? Sua absorção pelo mercado já foi aqui discutida. A sua integração com a sociedade, com as camadas populares, com aqueles "de quem se fala" nas pesquisas, no entanto, parece ser menosprezada. E este é, também, um ponto discutido nas arenas do GAs. A figura a seguir é um exemplo: em 2011, os integrantes do grupo M.Ã.E, promoveram, espontaneamente, uma intervenção no pátio do *campus* de

geociências da Universidade Federal Fluminense, por onde circulavam discentes, docentes, funcionários. Entre provocações acerca do perigo dos transgênicos, dados sobre a agricultura familiar e a agricultura orgânica, encontrava-se uma composição que questionava a produção e a socialização do conhecimento na universidade. Era formada pelos seguintes dizeres, posicionados ao redor de uma caixa: “arquive aqui sua pesquisa”, “só retire quando for a um congresso”, “não deixe a universidade atraparlar seus estudos”.

Figura 8 - Intervenções



Fonte: Arquivo do Grupo de Agroecologia MAE/UFF.

Por fim, há de se ressaltar, conforme Santos (2007), que não se pode basear a luta por uma justiça cognitiva somente na ideia de uma distribuição mais equitativa do conhecimento científico. Ora, a necessidade de se pôr em suspeição a universalidade e soberania do conhecimento científico, produzido nas universidades, já foi posta em xeque. Assim, entender a busca da justiça cognitiva como socialização (hierárquica) do conhecimento recai, novamente, no impasse paradigmático em que nos encontramos, pois, não só “tal distribuição é impossível nas condições do capitalismo e do colonialismo, [como] o conhecimento científico tem limites intrínsecos quanto ao tipo de intervenção que promove no mundo real” (SANTOS, 2007).

4.2 A HERANÇA DA REVOLUÇÃO VERDE E O MODELO DE DESENVOLVIMENTO RURAL PREDOMINANTEMENTE DIFUNDIDO NA UNIVERSIDADE

Muitos autores trabalham com a ideia de que a noção de progresso foi, nas últimas décadas, transformada em um discurso hegemônico, e, portanto, os planos ou políticas de progresso foram aplicados segundo esse discurso. A ideia de progresso vincula-se, assim, a uma orientação evolucionista, etapista e de um processo de homogeneização das dinâmicas socioeconômicas. Seu discurso, no entanto, é bastante atraente, uma vez que passa a sensação que “progredir” é “melhorar”. Mas, conforme ressalta Dupas (2007), “é preciso determinar quem escolhe a direção desse progresso e com que objetivos”. De fato, ainda de acordo com Dupas, as consequências negativas do progresso acumulam um passivo crescente de riscos graves.

Quando, tanto no campo epistemológico quanto ideológico, a noção de progresso foi, de certa forma, substituída pela ideia de desenvolvimento, as críticas se mantiveram e se reformularam. Embora se entenda que, em qualquer concepção, o desenvolvimento deva resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, Morin (2010) afirma que o discurso do desenvolvimento cegou a sociedade – sendo este também encarado enquanto um discurso hegemônico, agora um pouco travestido de “preocupação social”. Tal cegueira proviria, em grande parte, da visão técnico-econômica de desenvolvimento que considera somente os números como indicadores eficientes do “grau de desenvolvimento” ou instrumento de conhecimento destes graus – índices de crescimento, Produto Interno Bruto, índices de prosperidade e estatísticas que tudo pretendem medir.

Assim, o projeto homogeneizador do desenvolvimento é também o responsável por sua crise. A ideia de que todas as civilizações deveriam atingir uma meta x (notadamente aquela proposta pela sociedade ocidental) superando um pretense atraso (MORIN, 2010; ALMEIDA, 1997), para se tornarem, então, desenvolvidas, não levou em conta todos os “*quens*” que estariam envolvidos nesse processo e que projetos buscavam para si. Mesmo entre diferentes civilizações tais conflitos são evidentes. Conforme ressalta Almeida:

A crise da noção de progresso leva a imaginá-lo como caracterizando etapas sucessivas de uma mesma civilização. A análise social coloca agora em evidência a co-existência conflitual entre civilizações muito diferentes, onde a dominação é uma relação bem mais frequente que a solidariedade, e onde muitas vezes essa relação é fonte de opressão e miséria. (ALMEIDA, 1997, p. 35)

Afinal, quais foram os beneficiados pelo progresso? Os agricultores brasileiros, alvo de “políticas para progresso”, beneficiaram-se de tais políticas a eles “oferecidas” principalmente nos últimos 40 anos? “A resposta é sim e não, pois as evoluções sociais se produzem sempre por diferenciações com, ao mesmo tempo, ‘ganhadores’ e ‘perdedores’” (ALMEIDA, 1997). Para além de ganhadores e perdedores, os atores sociais, os “*quens*” do desenvolvimento, se apropriam, se adaptam, agem e são capazes de produzir as mais diversas respostas às diferentes intervenções e pressões às quais podem ser submetidos. Lembramos também que os processos de intervenção (dos projetos de desenvolvimento, “rumo ao progresso”) tendem a desconsiderar o chamado conhecimento local, dos atores sociais inseridos na realidade em que se pretende intervir. Prega-se, mais uma vez, a ideia de um desenvolvimento homogêneo, “bom para todos”, uma ideia universal e universalizante do que seria este “bem”. Como já citado anteriormente, tais projetos estão calcados em uma visão técnico-econômica, e, através deste paradigma, irão impor novas práticas e formas de fazer, outorgando novos significados e reformando a prática social (DEPONTI, 2011). A partir desta perspectiva, considera-se sempre que a intervenção a partir de práticas externas é o melhor caminho para proporcionar o desenvolvimento e solucionar os problemas já existentes (identificados de “cima para baixo”). A consequência disto é a deslegitimação dos conhecimentos locais, contribuindo para a ideia de que as intervenções externas são necessárias e indispensáveis ao desenvolvimento.

Assim, o conhecimento científico-tecnológico (premissa para a criação de políticas públicas) pode apresentar-se como um vetor de exclusão social. O Estado, seguindo os passos de uma ciência que pecou por sua falta de neutralidade, primou pelo tripé representado pela pesquisa, assistência técnica e crédito rural, no que tange às suas implementações de políticas públicas para a agricultura. Ciência e Estado, em seus métodos e aplicações nos últimos 40 anos, deixaram transparecer “com clareza que a apropriação dos principais avanços científicos e tecnológicos foi feita de forma muito efetiva e muito eficiente pelo mercado” (MEDEIROS *et al.*, 2002, p.x).

De fato, esta coligação entre Estado, ciência e progresso gerou todo um ambiente institucional que, no caso das práticas agrícolas (e rurais como um todo), beneficiou as atividades de grande escala – o agronegócio – em detrimento do pequeno agricultor. Conforme demonstram Medeiros *et al.* (2002), a tecnologia criada e incentivada para a agricultura atendia a uma lógica de mercado; o resultado disto foi um crescente processo de apropriação, que, gradualmente, foi diminuindo a possibilidade do pequeno produtor de competir com os segmentos do agronegócio.

Nas universidades e institutos de pesquisa (que, como dito anteriormente, expressam o modo de funcionamento da sociedade) o resultado disso foi a adoção de um currículo, notadamente nas escolas de agronomia, que facilitasse as intervenções modernizadoras no espaço rural. Quando e se existisse, o espaço deixado às agriculturas alternativas (e à Agroecologia) era residual. O *saber-fazer* do agricultor, por sua vez, era omitido das atividades universitárias. Conforme Weid (1988⁶⁸ *apud* Luzzi, 2007):

A formação das nossas universidades (em geral) e das nossas escolas de agronomia (em particular) é do tipo metafísico. O produto das mesmas, salvo raríssimas e parciais exceções, é um técnico capaz apenas de reproduzir técnicas – as do pacote modernizador – muito pouco criativo e sem nenhuma noção do universo real, em particular o do pequeno produtor (WEID, 1988, p.7).

Até mesmo no âmbito das ciências humanas – sobretudo da sociologia rural e da geografia agrária – sentiu-se o impacto deste triunfo do capitalismo sobre as ciências. Ao interpretar as influências da modernização conservadora na agricultura, autores advogaram o fim do campesinato enquanto ator social. Correntes teóricas faziam a leitura do “fim inexorável e necessário do rural”, tendo em vista o progressivo avanço do modelo urbano-industrial no século XX. Neste contexto, o final do referido século foi marcado por teorias que, simultâneas ao auge dos processos de mudança no mundo rural (impulsionados pela artificialização da agricultura), sugeriam o desaparecimento acelerado do campo e de seus atores⁶⁹ (FERREIRA, 2002; PAULINO, 2010).

A ideia do desaparecimento do rural não era estranha aos quadros teóricos das ciências sociais: de Spencer a Durkheim, de Weber a Marx, o pensamento clássico pressupunha a hegemonia do industrialismo e da urbanização na civilização moderna; a substituição da comunidade pela sociedade e da solidariedade mecânica pela solidariedade orgânica; a racionalização do mundo como sentido dos processos sociais em curso e a generalização do modo de produção capitalista industrialista e urbana em escala planetária. Mesmo que a espacialização rural-urbana não constituísse o elemento central dessas formulações, estava implícito o suposto segundo o qual o novo mundo era urbano e o velho, rural, uma diferenciação obviamente pensada em função dos espaços que historicamente serviam de base aos modelos societários em expansão e em decadência (FERREIRA, 2002).

A mesma autora afirma que, uma vez (pretensamente) destituído de singularidades analíticas, o rural passou a ser esvaziado (mais no discurso que em dinâmicas migratórias).

⁶⁸ WEID, J.M. A trajetória do projeto Tecnologias Alternativas. *Proposta: experiência em educação popular*. Rio de Janeiro: n.36, p.2-7, janeiro,1988.

⁶⁹ Neste sentido, a próxima seção discute exatamente as importantes contribuições que perspectiva orientada ao ator traz para combater esse fatalismo e esta visão estritamente estruturalista frente aos processos de desenvolvimento do mundo rural.

Chegou-se ao ponto de haver questionamento acerca da pertinência da sociologia rural como campo do saber, pois “ela parecia evocar, como seu objeto, uma sociedade à parte, um fenômeno anacrônico diante da integração da agricultura à indústria, do fim do campesinato e da urbanização crescente do campo” (FERREIRA, 2002).

A busca pela modernidade rural, como parte importante do “projeto de país” fez com que durante boa parte do século XX, as duas grande potências político-econômicas, Estados Unidos e (ex) União Soviética, propusessem “a desapareção do campesinato como via para realizar o desenvolvimento rural”. Muitos países seguiram a mesma lógica, apostando na pesquisa em ciência e tecnologia que, por fim, desencadearam a crise ambiental que hoje conhecemos (TOLEDO, 1992).

Especificamente no caso brasileiro, temos, hoje em dia, muitos dados que comprovam a competitividade do agronegócio no mercado globalizado. Porém, conforme ressalta Sauer (2010), isto não resulta somente da eficiência do setor, mas, também, do grande aparato público que, historicamente, “financiou” este êxito. Dentre estas “regalias” dadas pelo Estado, o autor cita o financiamento de pesquisas, que sustentam este modelo; lembrando, então: “essa opção de “desenvolvimento”, além dos impactos ambientais e sociais, se traduz em custo público, portanto, financiado pelo conjunto da sociedade brasileira”.

É o que Fernandes (2013) denomina de uma engrenagem institucional contraditória. O autor, neste mesmo sentido, traz a necessidade de se por a confiabilidade científica em xeque, pois

Ao mesmo tempo em que demanda sempre mais terra, água e biodiversidade, o padrão hegemônico de agricultura se distancia cada vez mais da dinâmica natural dos ambientes onde se instala. Do ponto de vista ecológico, isso torna a agricultura menos resiliente a intempéries ambientais, mais dependente de agroquímicos e mais vulnerável aos efeitos das mudanças climáticas. Por outro lado, dada a força econômica, política e ideológica de que goza, esse modelo dominante se renova continuamente por meio de uma espécie de resiliência institucional, que se sustenta com os perdões de dívidas, as isenções fiscais, os vultuosos financiamentos e investimentos públicos e assim por diante.

E segue, destacando:

Ainda como parte dessa engrenagem, destaca-se o papel exercido por muitos pesquisadores, que acabam por emprestar a credibilidade acadêmica de que desfrutam para legitimar essas iniciativas do Estado. São contradições que devem ser expostas para melhor situar a necessidade de alternativas (2013, p.4).

E que alternativas? Se trabalhamos, aqui, a Agroecologia como proposta-base de um desenvolvimento rural mais justo, de uma agricultura mais resiliente e de valorização do trabalho do agricultor, temos que nos questionar, por fim, se há (e como) a inserção desta ciência/conhecimento nas universidades. Neste sentido, há de se dar atenção aos processos de

contra-desenvolvimento (ARCE; LONG, 2000), examinando, assim, como se dá a formulação, negociação e implementação de regras e procedimentos, leis e planejamentos que contribuem na construção dessa engrenagem, visando moldar os hábitos e cotidianos dos atores – aqui, em específico, dos atores do mundo rural. Se esta engrenagem trabalha no sentido de “forjar regimes específicos de disciplina”, ela, ao mesmo tempo, dá “sentido aos mundos de vida individuais, compostas de uma série de medos e expectativas” (ARCE; LONG, 2000). Esta discussão, proposta na POA, será brevemente travada na seção a seguir.

4.2.1 A Perspectiva Orientada ao Ator e a discussão sobre o desenvolvimento rural

Conforme discutido anteriormente, a abordagem centrada no ator é um esforço teórico-analítico em compreender como os diversos atores sociais moldam os padrões de desenvolvimento, como definem e operacionalizam seus objetivos e práticas. Sabe-se que tal operacionalização dá-se com base em distintos critérios, interesses e experiências; formando diversas redes e (re)criando as formas do fazer. A ênfase é, portanto, não a formação estrutural da sociedade (embora não a negue), mas a experiência social construída na vida, em uma análise construtivista (SCHMITT, 2011). Tal análise busca compreender “as maneiras intrincadas e variadas em que velhas e novas formas de produção, consumo, sustento e identidade se entrelaçam e geram modelos heterogêneos de mudança econômica e cultural” (LONG, 2007⁷⁰ *apud* SCHMITT, 2011). Neste contexto, os atores sociais são tidos como “sujeitos ativos”, que:

Não [são] simplesmente vistos como categorias sociais desincorporadas ou recipientes passivos de intervenção, mas participantes ativos que processam informações e elaboram estratégias nos seus comportamentos ou procedimentos com vários atores locais, assim como instituições externas (LONG, PLOEG, 2011, p.24).

Como enunciam Gazolla e Schneider na introdução do livro por eles organizado⁷¹, “os atores entram em cena”. Não que jamais estivessem fora de cena. Não que não sejam elementos essenciais para que a “cena” sequer exista. Apenas faz-se o esforço teórico-analítico de buscar compreender também seus olhares, avaliando os processos de

⁷⁰ LONG, N. Resistance, agency and counterwork: a theoretical positioning. In: WRIGHT, W.; MIDDENDORF, G. (eds). *The fight over food: producers, consumers and activists challenge the global food system*. Park-PA: The Pennsylvania State University Press, 2007.

⁷¹ Schneider e Gazolla (2011): *Os atores do Desenvolvimento Rural: perspectivas teóricas e práticas sociais*. Alguns capítulos encontram-se nas referências.

desenvolvimento (propositalmente no plural) também do ponto de vista desse ator social, em um desafio de entendê-los na sua relação com os aspectos estruturantes que o cercam.

Morin (2010) nos lembra como o “mito” do desenvolvimento criou enormes zonas de misérias e afirma: “o desenvolvimento é uma viagem constituída mais de naufragados que de passageiros”. Ajustar o foco para estes passageiros (e para os naufragados também) se torna tarefa essencial se ainda queremos propor e seguir apoiando uma ideia de desenvolvimento sustentável.

Há de se por em suspeição, assim, os discursos que afirmam a vigência de um processo de homogeneização social que acarretaria no desaparecimento das especificidades, (sejam elas rurais, locais, regionais ou nacionais). E, compreendendo o meio rural enquanto um meio heterogêneo, a perspectiva orientada ao ator aparece enquanto uma abordagem teórico-metodológica que busca entender tal heterogeneidade.

Pensando mais especificamente no caso do desenvolvimento rural, citamos Guivant (1997), quando afirma: “Trata-se de repensar o papel de agricultores e profissionais agrícolas, tanto na pesquisa quanto na extensão rural, especialmente no sentido de revalorizar as capacidades e as prioridades dos agricultores, envolvendo-os como participantes ativos em todas as fases do desenvolvimento e colocando os conhecimentos locais como elementos-chave na formulação de alternativas produtivas sustentáveis”.

É, pois, também, uma forma de resistência e exaltação dos mais diversos grupos e atores sociais percebê-los e incluí-los na investigação-ação social. O modo-de-ser camponês, por exemplo – mais precisamente, o modo camponês de fazer agricultura – não é estático, não parou no tempo; ao contrário: passado, presente e futuro se entrelaçam em sua organização social. Não levando isso em consideração, cairíamos em uma contradição e um erro já visitado por Paulino e Almeida (2010). Reconta-se uma visão onde

Imperou tanto na tradição dos estudos marxistas como entre os neoliberais, a compreensão de que o campesinato estava fadado ao desaparecimento, sobretudo por sua incapacidade em fazer de sua unidade de exploração um negócio rentável. Assim, paradoxalmente, a teoria da descamponização aproximou campos distintos, ou seja, teóricos com uma práxis voltada para uma transformação social rumo ao socialismo, acabam convergindo com os neoliberais defensores de um mundo onde a agricultura é um ramo da indústria submetido à taxa média de lucro (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 55).

Nota-se a postura estruturalista ali criticadas. É por isso que Ploeg (2008) nos lembra a importância de ressaltar a *condição de agente* do camponês, contrária à imagem do campesinato subordinado, passivo, vítima. Neste sentido, Menezes e Malagodi (2011)

corroboram com a tese de Ploeg, que, ao revisar os estudos sobre o campesinato, identifica como ponto frágil nessa literatura exatamente o não-reconhecimento do campesinato como agente ou como ator. Remarca-se, portanto: o campesinato é uma realidade multifacetada, apesar de possuir, em suas diversas faces, aspectos comuns implícitos, que permitem desenhar uma estrutura, uma forma de ordenamento; um modo de fazer agricultura específico deste grupo social. “A coreografia do campesinato”, como belissimamente explicita Ploeg (2008), “se desenvolve de forma dinâmica e heterogênea. Seu roteiro está, de certa forma, constantemente sendo reescrito de acordo com as dificuldades e desafios que surgem ao longo do caminho”. Assim, novas práticas são criadas, revisitadas e combinadas. Concordamos com Schmitt, quando diz:

Entende-se [...] que a identificação do desenvolvimento como um dispositivo de saber e poder, capaz de se impor sobre outras formas de conhecimento e de forjar subjetividades, não esgota as possibilidades analíticas de enfrentamento dessa temática. Da mesma forma em que é preciso compreender os mecanismos que possibilitam a reprodução, ao longo do tempo e em diferentes espaços, de determinados padrões e ordenamentos, torna-se relevante, também, captar o caráter contingente e descontínuo dessas construções, analisando as dinâmicas sociais através das quais racionalidades, modelos e formas de organizar o mundo são mantidos, negociados, rejeitados ou re-apropriados. (SCHMITT, 2011, p.84).

Deste modo, o que devemos ter sempre em mente é que o desenvolvimento é um processo com resultados inesperados, que depende não só de projetos pré-existentes, ou de estruturas já postas: depende da inter-relação dos atores envolvidos. Deste modo, o processo de intervenção e a capacidade coercitiva das estruturas são dinâmicas complexas. Long nos lembra que as pessoas são parte ativa dos processos de desenvolvimento, e que todas as formas de intervenção externa entram necessariamente no mundo de vida dos indivíduos e dos grupos sociais afetados e, desse modo, atravessam certos filtros sociais e culturais. Portanto, os fatores externos são mediados e transformados pelas estruturas internas. Modelos de intervenção diferenciam-se, assim, em boa medida, de práticas de intervenção; e o enfoque deve ser dado a esta última em suas várias facetas (e os vários atores envolvidos).

É neste sentido, ao pensar em práticas de intervenção que supere a ideia de modelos impostos, que Novaes (2010) propõe a busca por uma assistência técnica qualitativamente distinta – necessidade assinalada por muitos extensionistas em sua pesquisa. Paralelamente (e indo ao encontro desta pretensão), o autor sugere que estaria brotando, na relação entre técnicos e agricultores,

uma relação horizontal educador educando, onde os técnicos não se impõem sobre os agricultores, aprendendo com eles e ensinando para eles. A vertente mais à esquerda da agroecologia inaugura, na medida em que traz novos elementos ao debate, ou reforça, na medida em que recupera elementos do debate já presentes em outros pensadores, um novo enfoque metodológico e um outro paradigma tecnológico provavelmente mais afeito às necessidades dos movimentos sociais. (NOVAES, 2010, p.236)

Guterres (2007) critica o modelo de assistência técnica que predominou na história brasileira, de uma extensão rural “fora para dentro” e de “outros para alguém”. Mesmo quando se buscou romper com a lógica da transferência de tecnologias e conhecimentos, decaiu-se em um reducionismo (“vamos aprender com os agricultores”), que pendia a balança para o lado contrário, ao invés de equilibrar-se em uma postura intercomunicativa – ou seja, através do dialético confronto entre os sistemas de conhecimento.

Seria através desse confronto/diálogo que se fortaleceria “a capacidade de gerar conhecimentos, já existente na comunidade – capacidade de questionar, analisar e testar possíveis soluções para os próprios problemas” (GUTERRES, 2006, p.104). A proposta vislumbrada é a de uma “terceira geração” da extensão, em contraposição ao modelo de “primeira geração” (diretiva, difusionista, *top-bottom*), e aos modelos de segunda geração (reativa, que prega o discurso dos “agricultores em primeiro lugar”).

Parte-se, pois, de duas premissas: a) o conhecimento não pode ser transferido, ninguém recebe o conhecimento do outro, mas, sim, constrói ativamente seu próprio através desta interface; b) o processo de aprendizagem é contínuo. Nota-se, nessas proposições adaptadas de Guterres, uma forte influência da proposta dialógica e emancipatória de educação que Paulo Freire (1983, 2006) defende. Este debate desenvolver-se-á a seguir, em um diálogo com a temática da extensão universitária.

4.3 EXTENSÃO: UM CAMINHO PARA A EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA?

Na discussão sobre o desenvolvimento rural e as contribuições de uma perspectiva agroecológica, muito já se produziu acerca dos extensionistas rurais – profissionais de ATER – e os malefícios de uma prática baseada puramente na transferência de técnicas e conhecimentos⁷²; ou, conforme discutido na seção anterior, da difusão de modelos de

⁷² Parece-me importante ressaltar, neste contexto, que não corroboramos com a ideia de que os técnicos, agrônomos e extensionistas sejam os culpados, de forma generalizada, por esse difusionismo tecnológico. De fato, como já discutido neste texto, eles se encontram também perante um modelo de desenvolvimento (e portanto, de todo um aparato político e ideológico) e suas práticas estão aí contextualizadas. Para além disso,

intervenção. A extensão universitária, por sua vez, é um processo mais recente, que vem ganhando, cada vez mais, importância nas discussões acadêmicas e nas atividades propostas pelos Institutos de Ensino Superior.

De fato, as duas (extensão rural e extensão universitária) tratam de dinâmicas diferentes, com contextos e funcionalidades específicas. Ainda assim, pode-se encontrar pontos onde a discussão se cruza. Na seção anterior, tratou-se da questão da “transmissão de conhecimento”, base histórica das formas de ATER. Na Extensão Universitária e, em específico, nas arenas dos GAs – grupos de Extensão Universitária que atuam no tema da Agroecologia – esta discussão é também recorrente. Ao analisar a proposta do projeto de extensão do grupo MAE/UFF, Azevedo (2013, p. 80) argumenta:

Compreendendo que a extensão não é um ato de transmissão do conhecimento, mas, um ato de construção conjunta de um novo conhecimento, como coloca Paulo Freire (1982), adota-se então, o conceito de comunicação como forma de atuação, visando transcender não só os muros da universidade, mas também a relação educador-educando, sujeito-objeto, técnico-agricultor.

Em um momento anterior, Azevedo *et al.* (2009) propõem que há um distanciamento entre a universidade (e o saber científico) e a sociedade. Assim, relatam que o GA sentiu-se impelido a transpor esta lacuna. Na visão deles, este distanciamento engendrava em uma precariedade em sua formação acadêmica, sobretudo pela ausência da prática; ao que concluem: “considera-se a construção de um projeto de extensão uma forma de colocar o estudante em contato direto com as realidades, social e profissional, através de suas vivências” (AZEVEDO *et al.*, 2009).

Mas, afinal, do que se trata a Extensão Universitária? Como ela se difere e ao mesmo tempo dialoga com as atividades de ensino e pesquisa? Que possibilidades ela traz para que se supere este dito distanciamento entre Universidade e Sociedade, saberes acadêmicos e populares? Por que foi este o caminho escolhido pelos GAs para sua atuação?

Serrano (2014) propõe que ao longo da história das universidades brasileiras o conceito de extensão universitária passou por várias matizes e diretrizes conceituais. “Da extensão cursos, à extensão serviço, à extensão assistencial, à extensão “redentora da função social da Universidade”, à extensão como mão dupla entre universidade e sociedade, à extensão cidadã” (SERRANO, 2014.). Tal quais as políticas de ATER, as visões acerca da proposta de extensão foram se ressignificando, tanto nas suas relações internas (no que tange às outras atividades acadêmicas), quanto no seu posicionamento frente à sociedade.

são muitos os extensionistas que questionaram/questionam este modelo, trazendo propostas e aventando novas formas de assistência técnica e extensão rural.

A Lei Básica da Reforma Universitária (Lei n. 5.540/68), que estabeleceu que “(...) as universidades e as instituições de ensino superior estenderão à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhe são inerentes” (FORPROEX, 2012, p.7) teria instituído a Extensão Universitária. Nota-se que, neste primeiro momento, os significados dados à extensão aproximam-se mais dos primeiros “tipos” citados por Serrano (2014) acima – extensão como cursos e serviços. Foi só a partir de meados da década de 1970 que, por influência de Paulo Freire, a “extensão foi definida como ação institucional voltada para o atendimento das organizações e populações, com um sentido de retroalimentação e troca de saberes acadêmico e popular” (FORPROEX, 2012, p. 7). A primeira definição oficial de Extensão Universitária é de 1987, quando, em Brasília/DF, realizou-se o I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. No mesmo ano, cria-se o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX). De acordo com esta conceituação:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade.

A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequência: a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora desse processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (FORPROEX, 2012, p. 8).

O acúmulo da discussão acerca da Extensão Universitária nesse momento histórico, levou à constitucionalização do princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (consta no artigo 207 da nossa Constituição), e, em 1996, à sua inclusão na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei 9394/96). Alvarez (2004), nos lembra que, como não podia deixar de ser, a construção de princípios, ênfases e dimensionamentos da educação passam por diálogos, disputas e acordos políticos – conforme discutimos nas seções anteriores. Também sobre o papel da Extensão recai este jogo de forças, reflexo de uma negociação – nunca consensual – acerca das diversas concepções de Universidade. Segundo a autora:

Para compreender como surgiu a ideia de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como fator de qualidade no ensino, é necessário debruçarmo-nos sobre sua constituição histórica. No Brasil, a universidade teve uma matriz conservadora que procura modificar-se a partir dos anos 30, quando começa a esboçar-se um movimento autônomo e de construção de uma universidade voltada para os problemas que o país apresentava. Desde então as tentativas de construção de uma universidade mais crítica e afinada com as necessidades da população foram sendo ceifadas em movimentos de ir e vir, ondem ora os desejos progressistas eram incorporados de maneira deturpada às leis que estavam sendo criadas, ora eram rejeitados pelos diferentes governos (ALVAREZ, 2004, p. 101).

Se é nos anos 30 que se inicia esse olhar crítico sobre a Universidade, podemos dizer que, mais de oitenta anos depois, esta disputa em torno do papel da Universidade, em geral, e da Extensão, em específico, ocorre ainda a todo vapor. As entrevistas trouxeram, por um lado, o olhar dos benefícios e facilidades advindos da institucionalização⁷³ dos projetos de Extensão; por outro, os preconceitos e obstáculos da busca pela construção de um conhecimento não convencional aos olhos da lógica acadêmica. Esta relação aparentemente contraditória demonstra-se em eventos como:

- a) a facilidade em conseguir apoio material e logístico (*banners*, folhetos, certificados para Semanas ou cursos de Agroecologia; transporte para agricultores e produtos para feiras na Universidade, etc.) *versus* a destruição ou o não-reconhecimento dos espaços de laboratórios experimentais de Agroecologia;
- b) a premiação dos grupos nas Semanas de Extensão Universitária *versus* a dificuldade em encontrar professores e pesquisadores interessados em coordenar e colaborar com projetos de Extensão (em geral) ligados à Agroecologia (em específico), dentre outros⁷⁴.

Neste sentido, esta pesquisa nos permitiu problematizar a dita indissociabilidade entre os três eixos de aprendizagem, que, em teoria, deveriam ser pressupostos da qualidade na produção do conhecimento no Ensino Superior. Esta problematização encontrou consonância em outros teóricos; Alvarez (2004), por exemplo, propõe como a própria estrutura universitária impele a um desequilíbrio entre os eixos “indissociáveis”. Conforme a autora:

O diálogo que os sistemas de funcionamento universitário e de pesquisa estabelecem entre si faz com que haja um desequilíbrio entre os itens que compõem o princípio. Assim, o que prevalece é a fragmentação desta relação que seria intrinsecamente indissociável, na medida em que a tarefa efetiva solicitada aos

⁷³ Lembramos que todos os entrevistados participavam de grupos formalmente vinculados às Pró-Reitorias de Extensão de suas respectivas Universidades.

⁷⁴ Para ilustrar esse entre-lugar dos GAs na Universidade, a fala a seguir: “A Pró-Reitoria tem uma estrutura que atende bem aos grupos de extensão, e acho que a gente não é mal visto, porque a gente sempre recebe alguma premiação, esse ano a gente ficou de novo em 3º lugar na Semana de Extensão [...] As outras instâncias, a prefeitura do *campus*, talvez a coordenação, a diretoria do prédio de geociências sejam alguns desafios”.

professores/pesquisadores é a publicação científica. Este desequilíbrio favorece um modo específico de fazer a pesquisa acadêmica (ALVAREZ, 2004, p.31).

Com o risco de parecermos repetitivos, retomamos o argumento da apropriação do conhecimento no contexto da sociedade moderna – “pensamento não é dinheiro!”, propõe o título da última obra citada. De certa forma, a lógica que ofuscou o papel social e transformador da Universidade, submetendo-a à dinâmica do progresso técnico-científico moderno, encontra um paralelo na lógica produtivista imposta aos professores e pesquisadores. Estes, ainda que não pesquisem ou ensinem em áreas “a serviço do mercado” ou da inovação tecnológica, estão sob uma dinâmica que exige um número mínimo de publicações científicas regularmente.

A partir daí, reproduz-se um modo específico de fazer a pesquisa acadêmica, conforme propôs Alvarez, que, por sua necessidade de obter quocientes positivos na relação resultado/tempo, dificulta ou impossibilita o desenvolvimento de pesquisas verdadeiramente articuladas a atividades de extensão. Casimiro (2009) relata, na análise da experiência do Programa de Residência Agrária⁷⁵, a dificuldade e resistência de algumas Universidades ligadas ao Programa em abandonar práticas tecnicistas e métodos difusionistas de transmissão de conhecimento. Segundo a autora,

Os estudantes, encantados pelo *status* de técnico perante a comunidade assumiram esse papel construído equivocadamente, não tendo assim a oportunidade de “banhar”-se na lógica e na simbólica da vida camponesa nem de vivenciar com os trabalhadores (CASIMIRO, 2009, p. 29).

A concepção de extensão dos entrevistados, por sua vez, não acompanhava esta dinâmica exposta pela autora. Dentre as características ressaltadas por todos, estão a relação entre teoria e prática (ou, em alguns casos, a importância da prática), a valorização do diálogo de saberes, e da troca entre Universidade e sociedade. Em alguns momentos, propôs-se a ideia de extensão como “retorno” do conhecimento produzido na Universidade à sociedade que, ainda que sutilmente, contém um viés assistencialista da concepção.

A centralidade da extensão e a forma com a qual os GAs lidam com ela está, de certa forma, expressa no capítulo que discute as vivências como processos de aprendizagem

⁷⁵ O “Programa Nacional de Educação do Campo: Formação de Estudantes e Qualificação de Profissionais para Assistência Técnica” foi criado em 2004, através da Portaria nº 57, do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA. É executado pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, em parceria com os movimentos de luta pela terra, Universidades públicas e profissionais de Assessoria Técnica, Ambiental e Social - ATEs e de ATER. Dentre os principais objetivos do programa, está a formação de profissionais sensíveis às especificidades presentes em áreas de Reforma Agrária e Agricultura Familiar (CASIMIRO, 2009).

essenciais ao desenvolvimento dos trabalhos destes grupos. Assim, evitando a redundância, não nos aprofundaremos na análise, sobretudo, dos pontos de contato entre as atribuições dadas à extensão e os processos e discussões tecidos acerca das atividades de vivência.

É interessante notar, pois, que estes grupos de extensão foram formados por coletivos de estudantes que, em algum momento ou por algum contato com a Agroecologia “na prática”, sentiram-se sensibilizados e instigados a trabalhá-la dentro do ambiente Universitário. Outras pesquisas acerca do movimento estudantil ligado à Agroecologia ou a temas próximos destacam a importância destes coletivos e de suas atividades de extensão, seja para os indivíduos participantes, seja para a Universidade (em seu cotidiano e sua estrutura).

Um ex-participante de GA, em entrevista a Azevedo (2013) relatou a importância do grupo em sua formação: “eu não me formei em Geografia apenas na sala de aula, eu me formei no grupo também”. A dicotomia entre as atividades em sala de aula e os momentos no GA expressa nesse discurso, demonstra, na verdade, a artificial dicotomia entre Universidade e sociedade/mundo, e a necessidade de alguns estudantes em buscar um contato mais direto, talvez mais concreto, com a realidade que os cerca – a busca por uma transição para a ecologia dos saberes.

Voltamo-nos, neste momento, à POA, que nos lembra: os atores não recebem e não lidam com a modernidade do mesmo jeito, com as mesmas respostas. Demonstrou-se que a Universidade, enquanto instituição social, reproduz lógicas da sociedade, dentre elas, a produção e apropriação do conhecimento, transformando-o em vetor de exclusão social. Esta lógica, no entanto, encontra contra-tendências (ARCE; LONG, 2000), atores que, dentro da arena acadêmica buscam outros conhecimentos, outras formas de conhecer, outras formas de praticar. Leff, no entanto, nos lembra que a transição, nas dinâmicas da Universidade, que leve a uma racionalidade ambiental, tal qual ele propõe, exige uma reorientação das atividades acadêmicas e da pesquisa. Todavia, “este saber se concretiza em contextos sociais, geográficos e culturais particulares e encontra condições desiguais de assimilação nas diferentes disciplinas e nas instituições de pesquisa e educação superior.”

As atividades de extensão propostas pelos GAs provocam, sem dúvida, mudanças no cotidiano da Universidade, ainda que isso não signifique uma mudança estrutural. Eles estão, por dentro dessa estrutura, atuando em um movimento de contracorrente, demonstrando sua capacidade de agência. Na análise de Rezende (2012) acerca dos movimentos estudantis no curso de Engenharia Florestal da ESALQ/USP, esta organização dos estudantes “dificilmente altera a estrutura da Universidade e o enfoque do curso, porém essa atuação faz enorme

diferença no processo de formação de consciência dos estudantes, em seu senso crítico e em sua capacidade de compreensão da realidade”.

Assim, concordamos com Rufino e Nogueira (2011) quando afirmam que a prática da extensão tem formado profissionais “com repertório mais amplo de competências, mais sensíveis e comprometidos com processos de mudanças sociais”, uma vez que fomentam o desenvolvimento de uma *praxis* que: “a) concilia (e/ou confronta) a teoria e a prática; b) compreende que o conhecimento é um processo sempre em construção e que não há uma única verdade e nem há neutralidade; c) realiza a autocrítica, reflexões e proposições mais efetivas para a sociedade”. (RUFINO; NOGUEIRA, 2011, p.170).

Por fim, reproduzimos a reflexão de Santos (2005), que confere às atividades de extensão importância especial, tanto no que tange às relações internas à Universidade, quanto à capacidade de diálogo e de transformação desta sobre o meio. Neste sentido, propõe uma concepção de educação que sintoniza com a defendida por Freire (1983): “[vista] em sua interação com a realidade, que ela sente, percebe e sobre a qual exerce uma prática transformadora”. Nas palavras de Santos:

A área de extensão vai ter no futuro próximo um significado muito especial. No momento em que o capitalismo global pretende funcionalizar a Universidade e, de facto, transformá-la numa vasta agência de extensão ao seu serviço, a reforma da Universidade deve conferir uma nova centralidade às atividades de extensão (com implicações no *currículo* e nas carreiras dos docentes) e concebê-las de modo alternativo ao capitalismo global, atribuindo às Universidades uma participação activa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural (SANTOS, 2005).

4.4 AGROECOLOGIA, INTERDISCIPLINARIDADE E POLISSEMIA

O tema da polissemia e da interdisciplinaridade tangenciou alguns momentos deste trabalho, em específico, quando tratamos da abordagem da Agroecologia. O objetivo desta seção é, então, discutir de que forma as diferentes concepções de Agroecologia emergiram no estudo empírico e propor análises a partir destas situações.

A interdisciplinaridade aparece em três momentos: quando tratamos dos pressupostos teóricos da Agroecologia, quando discutimos a crise da Universidade e do pensamento científico (e, portanto, disciplinar), e na seção anterior, uma vez que um dos atributos atrelados à ideia de Extensão é seu caráter interdisciplinar.

Se nos voltamos a Altieri (2009) e à sua concepção de Agroecologia enquanto uma abordagem onde os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos estão integrados;

ou a Leff (2002), que propõe que a Agroecologia deve buscar articular os conhecimentos ecológicos e antropológicos, econômicos e tecnológicos, que confluem na dinâmica dos agroecossistemas, nos deparamos com a convocação da interdisciplinaridade como pressuposto para a CCA.

Leff (2000) propõe que a interdisciplinaridade “como uma estratégia que busca a união de diferentes disciplinas para tratar um problema comum” (LEFF, 2000, p. 320) – quando diversas disciplinas repartem tarefas em uma pesquisa única, sem, no entanto, se afastar de seus conceitos e métodos – é uma *interdisciplinaridade técnica*. A *interdisciplinaridade no conhecimento teórico*, por sua vez, é ainda um caminho em andamento. Trataria, pois, tanto dessa prática multidisciplinar (colaboração de profissionais de diversas disciplinas frente a uma questão), como a um “diálogo de saberes que funciona em suas práticas [multidisciplinares], e que não conduz diretamente à articulação de conhecimentos disciplinares, [mas] onde o disciplinar pode referir-se à conjugação de diversas visões, habilidades, conhecimentos e saberes” (LEFF, 2000, p.312).

Raynaut (2004), por sua vez, nos lembra da artificialidade da fragmentação disciplinar do conhecimento, ressaltando, contudo, que é a partir das disciplinas – seus conceitos, métodos e suas modalidades de validação do conhecimento – que fundamentamos, até hoje, nossa capacidade de conhecer o mundo (2004, p.26). Segundo o autor, o recorte do real por disciplinas é:

Arbitrário, não apenas na medida em que segmenta uma totalidade complexa, mas também por ter nascido de um contexto cultural e socioeconômico particular, que era aquele da Europa pós-Renascença, reatando um esforço iniciado na Antiguidade e reafirmando o divórcio que vinha se confirmando, naquela época, entre o ser Humano e o resto do mundo (RAYNAUT, 2004, p. 25).

Se, por um lado, a fragmentação do real através das disciplinas foi o que possibilitou o surgimento e o desenvolvimento do pensamento científico tal qual o conhecemos; por outro, “o recorte disciplinar, outrora instrumento metodológico para organizar o pensamento transformou-se em partição de territórios, cada vez mais excludentes um do outro” (RAYNAUT, 2004, p.25). Deste modo, a separação entre sociedade e natureza que acompanhou a fragmentação e a especialização do conhecimento, é, por si mesma, um obstáculo epistemológico (LEFF, 2002) na construção dos saberes ambientais e do desenvolvimento sustentável (LEFF, 2000; 2002; RAYNAUT, 2004). Isto porque os conhecimentos em torno do meio ambiente, em sua interação com os homens que aí reproduzem suas vidas, não poderia construir-se satisfatoriamente através de uma única e especializada disciplina.

É por essa especificidade – que, para muitos autores, não é uma especificidade, senão uma qualidade a buscar-se em todo conhecimento⁷⁶ – que o meio ambiente, e então, a Agroecologia, surgem como campos do conhecimento que precisam beber em muitas fontes e dialogar com diversos saberes para se desenvolverem. Isto se nos fundamentarmos em uma visão integradora destes campos, que sugere que não se pode conceber os ecossistemas ignorando sua relação com a sociedade – sobretudo nos estudos do desenvolvimento.

De fato, o caráter interdisciplinar da Agroecologia e de suas práticas revelou-se no processo da pesquisa. Observemos, em primeiro lugar, os cursos dos quais emergiram os GAs pesquisados: Agronomia, Geografia, Engenharia Ambiental e Biologia. Demonstra-se, desde já, a heterogênea gama de disciplinas que buscam dar conta da construção do conhecimento em Agroecologia. Se nos basearmos, por exemplo, nas “áreas do conhecimento” tal qual propõe o CNPq, temos: uma disciplina das “Ciências Agrárias”, uma das “Ciências Humanas”, uma das “Engenharias” e, por fim, uma das “Ciências Biológicas” (COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS CNPQ, CAPES, FINEP, 2005)⁷⁷.

No entanto, esta observação, por si só, demonstraria uma multidisciplinaridade – ou seja, que várias disciplinas se debruçam sobre o “problema” da Agroecologia para discutir ideias e propor caminhos. Prosseguimos, assim, buscando quais eram os saberes que foram evocados na CCA nas arenas que observamos. Temos, inicialmente, os outros cursos/disciplinas que passaram a se envolver com estes projetos de extensão – através dos estudantes que participam dos grupos, professores coordenadores ou outros colaboradores. A figura abaixo objetiva fazer uma sistematização destas disciplinas (ou, conforme, proporemos a seguir, destes saberes), a partir das entrevistas e pesquisas de campo:

⁷⁶ A noção de pensamento complexo, proposta por Edgar Morin (2005), é exemplificativa desta afirmação. Segundo o autor, “de toda parte surge a necessidade de um princípio de explicação mais rico do que o princípio de simplificação (separação/ redução), que podemos denominar princípio de complexidade. É certo que ele se baseia na necessidade de distinguir e de analisar, como o precedente, mas, além disso, procura estabelecer a comunicação entre aquilo que é distinguido: o objeto e o ambiente, a coisa observada e o seu observador. Esforça-se não por sacrificar o todo à parte, parte ao todo, mas por conceber a difícil problemática da organização, em que, como dizia Pascal, “é impossível conhecer as partes sem conhecer o todo, como é impossível conhecer o todo sem conhecer particularmente as partes” (2005, p.30).

⁷⁷ As outras áreas são: Ciências Exatas e da Terra, Ciências da Saúde, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes e “Outros”.

Figura 9 - Os saberes e a Agroecologia



Fonte: Elaborado pela autora (2014)

Os novos cursos que aparecem trazem consigo novas “áreas”: “Ciências da Saúde” (Nutrição), “Ciências Sociais Aplicadas” (Arquitetura e Urbanismo), e “outros”, onde são categorizadas as Ciências Ambientais. Outra Engenharia (a florestal) e outras duas Ciências Humanas (a Sociologia e a Educação) completam este rol de disciplinas que se envolvem com a Agroecologia nas Universidades, através dos GAs pesquisados⁷⁸.

Algumas observações carecem de ser feitas: em um primeiro momento, ressaltamos que a disciplina “Educação” foi incluída não pela participação de docentes ou discentes de Pedagogia, mas pela existência de estudantes de Licenciaturas (em Geografia, Biologia e Sociologia) – que, pela relevância dos relatos das atividades de Extensão relacionadas ao Ensino, não poderiam ser ignoradas. Em seguida, notamos que alguns desses cursos já possuem a interdisciplinaridade, de certa forma, idealizada em suas propostas curriculares – notadamente o curso de Ciência Ambiental⁷⁹.

⁷⁸ De encontro a essa pluralidade de disciplinas, que poderia propor um enfoque interdisciplinar da Agroecologia, está o cenário das pós-graduações. Das seis pós-graduações em Agroecologia, somente uma (na UFFS) está vinculada à área de avaliação “interdisciplinar”, uma à área de “Ciências Ambientais” (UERR) e as outras quatro (UEMA, UFV, UFSCAR, UEM) são avaliadas como “Ciências Agrárias” (CAPES, 2014).

⁷⁹ Trata-se, em específico, do curso de Ciência Ambiental da UFF, ao qual é vinculado o atual coordenador do grupo MAE/UFF. O curso foi criado em 2011 e busca oferecer “uma formação interdisciplinar e transdisciplinar, que é uma opção de formação de competências que integra diversas áreas de conhecimento como uma unidade e não como uma agregação. O termo no singular 'Ciência Ambiental' é o único adotado no Brasil em nível de graduação e somente encontramos a USP adotando-o para o Programa de Pós-Graduação. Há cursos de Bacharelado em Ciências Ambientais, mas que ao analisarmos o currículo buscam uma área de conhecimento para a sua concentração, usualmente Biologia ou Química” (BRASIL, 2014).

Demarcamos também que, na maioria das vezes, os estudantes que vão buscar o envolvimento com a Agroecologia através da participação nos GAs, o fazem pelo interesse na interseção entre suas áreas de origem e a Agroecologia. Para exemplificar, podemos citar os estudantes de Arquitetura e Urbanismo, que buscam se aprofundar nos temas da Permacultura e da Bioconstrução, ou os da Nutrição, que veem na Agroecologia uma possibilidade para discutir a questão da alimentação saudável (através do debate dos orgânicos ou dos transgênicos), ou outras questões ligadas à alimentação (o consumo consciente, as plantas alimentícias não convencionais – PANCs – e etc.). Há exemplos possíveis para todos os cursos. Ocorre, porém, que no discurso dos entrevistados ou na análise da pesquisadora (através da observação participante) percebe-se que, se inicialmente o interesse pela Agroecologia é pontual ou direcionado, o envolvimento com as atividades dos GAs e com a temática da Agroecologia tende a reorientar este viés disciplinar em direção a uma visão mais ampla, ou mesmo interdisciplinar, das práticas e saberes que a compõem.

Adiantando a discussão, remarcamos que os muitos sentidos dados ao termo *Agroecologia* pelos entrevistados (de onde depreendemos seu caráter polissêmico) colaboram com esta constatação – em sua maior parte, foram propostas concepções amplas para a expressão, relacionando-a à “transformação da sociedade” ou a “modos de vida”.

Somamos à discussão a “dimensão prática do saber” que compõe a figura 9. Ela foi incluída neste diagrama de saberes da Agroecologia por conta de dois aspectos. Em primeiro lugar, em virtude dos discursos dos atores envolvidos na pesquisa. Em segundo, pelas concepções que propomos de interdisciplinaridade (em um caminho à transdisciplinaridade), dialogando, sobretudo com Leff, Morin, Raynaut e Santos, salvaguardadas as respectivas terminologias. Leff (2000) ao tratar dos temas relacionados às questões ambientais, por exemplo, pontua, não sem um ar crítico, que, apesar dos espaços (ainda marginais) que incorporam a interdisciplinaridade às Universidades, boa parte destes “se satisfaz com a multiplicidade de temas ambientais introduzidos no currículo” (LEFF, 2000, p. 311). No entanto, segundo o autor, há de se transitar desta visão técnica da interdisciplinaridade para uma onde se privilegie a abertura a um diálogo de saberes:

A interdisciplinaridade que coloca a complexidade ambiental não é aquela de um simples somatório e combinação dos paradigmas de conhecimento que construíram os compartimentos disciplinares das universidades. A interdisciplinaridade ambiental estabelece a transformação dos paradigmas estabelecidos do conhecimento para internalizar um saber ambiental. Na verdade, esse saber ambiental ficou excluído num processo de extermínio dos saberes “não científicos” (saberes errantes, ciganos, nômades), no campo de concentração das externalidades

do sistema econômico-político e científico-tecnológico dominante (LEFF, 2000, p. 318).

Esta proposta vai ao encontro da ideia de ecologia de saberes delineada por Santos, ambas reivindicando a premissa da inesgotável diversidade epistemológica do mundo, e, portando, o reconhecimento da pluralidade de formas de conhecer, para além do conhecimento disciplinar (SANTOS, 2007). Dialogam, também, com a hipótese de Morin (2005) de que é preciso fazer uma reforma no pensamento – de um pensamento que separa, para um que une; que de unidimensional, passe a ser multi-referencial.

A partir disso, a “dimensão prática do saber”, ainda exposta de modo simplificado, visa dar conta da:

- a) ideia do *aprender fazendo*, ou seja, do processo prático e não puramente teórico da construção do conhecimento – que foi enunciado por todos os estudantes entrevistados;
- b) noção do *saber-fazer*, aqui, atrelada aos conhecimentos populares, notadamente dos agricultores, cujos saberes sobre Agroecologia eram evocados como indispensáveis à CCA.

Embora os estudantes não denominassem como científico o saber popular, todos atribuíam a ele conotações como: “válido”, “profundo”, ou, ainda, segundo fala de um entrevistado, como um conhecimento ignorado mas sábio, que pode dar resposta a questões que, por via do método científico convencional, seriam mal ou mais lentamente resolvidas. Foi por estas percepções que, ainda que não disciplinar, este saber demonstrou-se tão (ou mais) valorizado que os outros, neste diagrama de saberes.

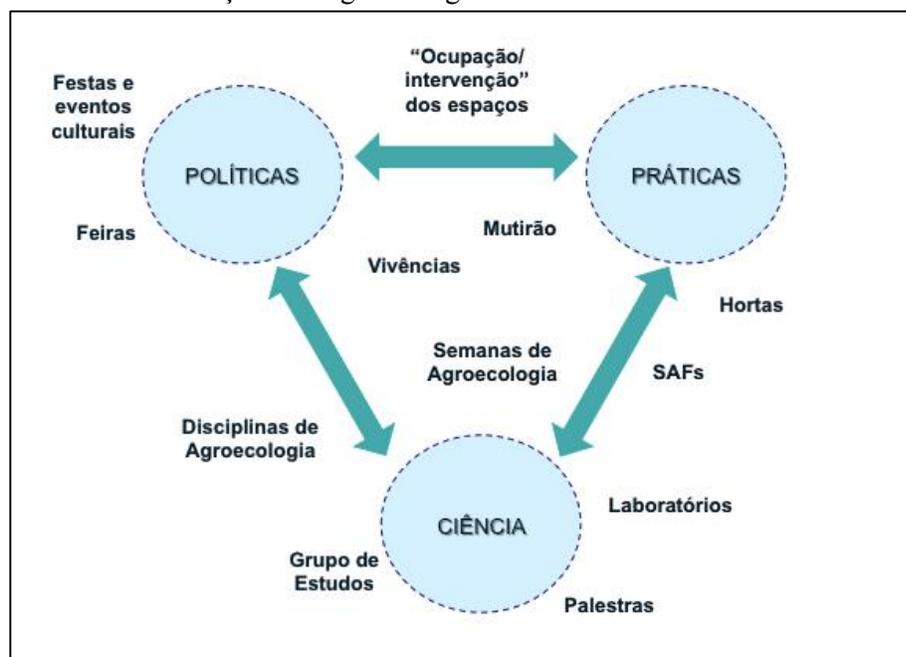
Assim, a proposta de que as situações de interface entre diferentes corpos de conhecimento provocam negociações, adaptações e reformulações de significados (LONG; LONG, 1992) toma forma nessa ampla arena dos projetos de extensão em Agroecologia. Os atores se apropriaram e ressignificaram os sentidos da Agroecologia (lembremos que muitos tiveram o primeiro contato com o termo ao participar do GA), a partir desse embate de visões de mundo. Aqui, não diferenciamos somente a visão de mundo de um estudante universitário da de um agricultor (conhecimento disciplinar *versus* não disciplinar), mas, sim, de todos os atores que aí interagem – afinal, como comparar ou afirmar proximidades e distâncias entre as lógicas de um engenheiro e de um sociólogo? Ou de um agricultor e um agrônomo? De um nutricionista e de um arquiteto? De um professor e de um estudante?

Nos aproximamos, ainda, da concepção que Long (2007) propõe quando afirma que estes encontros de diferentes corpos de conhecimento podem ultrapassar uma representação dicotomizada do pensamento, sem que isso signifique, no entanto, que haja um terceiro “tipo” de conhecimento que daí vá emergir. Em outras palavras, não enxergamos uma concepção de Agroecologia que se situasse, consensualmente, entre as contribuições do conhecimento científico e aquelas do conhecimento prático, local, técnico-popular. Deste modo, não pudemos identificar tipos híbridos – conhecimento híbrido, como propõe Sardan (2005), ou “objeto científico híbrido”, como sugere Raynaut (2004) –, se entendidos como metas a serem atingidas, ou como conhecimentos “em si”, produzidos pelo diálogo entre corpos de conhecimentos diferentes. A Agroecologia não demonstra-se um conhecimento híbrido, sobre o qual os atores pudessem discorrer sobre. Ela demonstra-se, na verdade, enquanto um campo de negociação, conflito, construção e de múltiplas significações – por vezes, nos sentidos transformadores e emancipadores dos termos.

Concordamos, também, com Jacob, quando propõe que a Agroecologia possui a interdisciplinaridade como princípio epistemológico e atitude metodológica (2011, p.139), mas que:

Não é uma disciplina em si. Ela, como muitos autores vêm afirmando, é um enfoque sobre disciplinas já historicamente estabelecidas. O enfoque agroecológico não se limita à análise estanque do agroecossistema e das relações ecológico-produtivas que nele se encerram. Ele articula também saberes sociais, ambientais, culturais e econômicos relativos à produção agrícola e ao meio rural de forma mais ampla (JACOB, 2011, p.35).

Este ponto (acerca da Agroecologia enquanto disciplina) tampouco é pacífico, o que caminha em direção ao já aqui proposto: o caráter polissêmico do termo. Em uma proposta que busca dialogar com as sistematizações de Guzmán (2005) no quadro 2 e de Wezel *et al.* (2009), o quadro abaixo expõe três polos nos quais circulam os sentidos dados à Agroecologia, ao mesmo tempo em que busca posicionar as ações, atividades ou estratégias dos GAs e dos agricultores neste panorama:

Quadro 6 - Dimensões e ações da Agroecologia

Fonte: Elaborado pela autora (2014).

Deve-se considerar, em primeiro lugar, que essas “dimensões” da Agroecologia não são blindadas ou estanques. Elas se comunicam e, por vezes, se confundem. O quadro não parece demonstrar, pois, que haja uma supervalorização nas ações dos agentes agroecológicos de uma das dimensões em detrimento de outras. No entanto, há de se remarcar que o posicionamento das ações em sua relação com as dimensões não é neutro: a compreensão, por exemplo, de que a vivência é uma ação tanto do polo da ciência, como das práticas e da política é uma interpretação da pesquisadora a partir da observação das atividades e dos discursos acompanhados.

O que o quadro parece evidenciar, no entanto, é que, talvez, a dimensão política possa propor, ou incentivar, a interface entre as dimensões da prática e da ciência; e o faz, através do embate que propõe entre os mundos de vida e saberes diversos sobre a Agroecologia – nas feiras, vivências, intervenções no espaço universitário. Ao propor essa “ocupação” do espaço universitário – e, portanto, dos conhecimentos que por ele circulam – os GAs estão propondo a ressignificação da relação entre as dimensões da prática e da ciência, entre os saberes disciplinares e não-disciplinares. Ou seja, a dimensão política (dos movimentos) pode ser uma forma de comunicação entre estes dois mundos, cuja tradução/(re)interpretação (de seus conceitos, significados, técnicas) se dê não só de forma efetiva do ponto de vista da *episteme*, da compreensão, mas que incentive e ajude a criar uma *práxis* mais justa.

Se, do ponto de vista do conhecimento teórico, a discussão e disputa acerca dos significados da Agroecologia ocorre ainda a todo vapor, do ponto de vista dos agricultores essa discussão parece passar um pouco à margem. Quando questionados se os alimentos que produziam eram “agroecológicos”, as respostas não ansiavam delimitar esse debate. “Camponês”, “orgânico”, “agroecológico”... Esta resposta despreocupada da maior parte dos agricultores com quem se teve contato levanta a hipótese de, ainda, o debate teórico e a disputa pela terminologia mais exata e “benéfica” estar concentrada no campo do saber técnico-científico. Neste sentido, é categórica a fala citada de um agricultor quando relata que seu pai “já fazia isso [Agroecologia], mas não tinha esse nome”, completando que foi a partir da Eco-92 que passaram a usar a denominação “Agroecologia” para suas práticas. Disto implica que, ao menos, a discussão passou pelos corpos de conhecimento de intelectuais e *policy makers*.

De certo modo, a noção de Agroecologia e de produto agroecológico enquanto estratégia de reprodução do modo de vida da agricultura familiar, pode manter, por vezes, uma lógica de *cima-para-baixo*. Isto não significa, de forma alguma, supor que a proposta da Agroecologia enquanto premissa importante para o desenvolvimento rural sustentável esteja apoiada nos moldes conservadores da revolução verde (onde, por exemplo, se substituiria o pacote tecnológico modernizador por um “agroecológico”). O acúmulo de pesquisas na área da Agroecologia e o próprio processo de construção dessa pesquisa são provas suficientes de que são muitos os agricultores que possuem agência no sentido de construírem suas vidas e suas práticas agrícolas de modo ecológica e socialmente sustentáveis – superando a ideia de que seriam “engolidos” pela lógica da agricultura industrial. No entanto, nota-se que, apesar do esforço em incluir todos os segmentos da sociedade, notadamente os pequenos agricultores, nas discussões acerca da Agroecologia e da CCA, essas disputas pela simbologia e pela semântica do termo ainda estão concentradas no campo técnico-científico ou intelectual. Ou, pelo menos, na “história” da concepção do termo ela estava aí concentrada. Ou, ainda, que nessas arenas de negociação, nas disputas pelos sentidos e nomenclaturas, ainda há uma assimetria no peso dos discursos. Nota-se, também, que, apesar disso, tende a partir dos agricultores – por vezes, estrategicamente, por outras, por identificação – a compreensão de que são “agricultores agroecológicos”.

No entanto, trazer esse encontro de corpos de conhecimento dentro do espaço da Universidade trouxe, sem dúvidas, novos estímulos e transformações no campo epistemológico e prático da Agroecologia. Segundo um professor, expositor na Semana de Agroecologia da UFF de 2013, existe “*uma roda em movimento que se deu, em grande parte,*

pela Universidade [...], por articulações que mostram que essas pessoas [agricultora familiar] existem e que fazem uma agricultura diferente da convencional". Na mesma ocasião, este professor ressaltou a importância de momentos para debater a Agroecologia na Universidade, *"especialmente nos seus jardins"*.

Abramovay (2000), ao discutir sobre a Rede PTA (Rede de Projetos em Tecnologias Alternativas) no início do século XXI, propunha que a comunidade científica não seria, necessariamente, um "novo nó incorporado às malhas da Rede", entendendo, ainda, a Agroecologia como uma "nova disciplina", cuja virtude seria ter, ao mesmo tempo, caráter cognitivo e emancipatório. Segundo o autor:

[a Agroecologia] tem, sob este aspecto, a mesma inspiração, das outras duas ciências sociais totalizantes, a psicanálise e o marxismo: ela recusa a parte, o fragmento a atomização e ambiciona compreender o todo com o interesse de promover sua transformação. Ela resgata a dimensão utópica da agricultura alternativa e por aí impede que a transição para o discurso científico dê lugar ao desencantamento do mundo. É uma ciência que envolve um projeto de construção social. Não é de espantar então que, em torno dela, os praticantes da nova disciplina não se dissolvam no interior da comunidade científica cujos parâmetros de objetividade são frequentemente encarados com ceticismo, quando não como expressão de conservadorismo político e intelectual. De qualquer maneira a ambição científica da agroecologia abre o caminho para o contato cada vez mais frequente com os círculos convencionais de organização científica e amplia os compromissos entre "agroecologistas" e instituições científicas consagradas (ABRAMOVAY, 2000, p.7).

Apesar de analisar um contexto específico, da relação da academia com uma Rede de entidades e organizações para o intercâmbio e desenvolvimento de propostas tecnológicas para a agricultura familiar no Brasil, Abramovay traz aportes interessantes da visão acerca da Agroecologia na época: uma ciência, sim; alternativa, no entanto. Isso a despeito dos avanços da comunidade científica nos temas que envolvem a Agroecologia; o que, segundo o autor, "não se deve ao fato de ela ser mais "radical" ou de seus fundamentos científicos serem superiores aos utilizados por outras linhas de pesquisa e ação, mas ao fato de ela ligar o conhecimento a um projeto de transformação com base social definida" (ABRAMOVAY, 2000, p.11).

O lugar da Agroecologia na Universidade, é ainda, tanto do ponto de vista de suas práticas como de suas premissas epistemológicas, um entre-lugar entre a formalidade e a informalidade, ou, como propunha Jacob (2011), um lugar de vozes e de silenciamentos. As características expostas nessa seção colaboram para esta conjuntura: enquanto projeto transformador, que difere-se dos princípios epistemológicos e atitudes metodológicas das

ciências duras ou convencionais, a Agroecologia é vítima de descrédito, por um lado; e de novos movimentos e propostas para um conhecimento científico em crise, por outro.

A abertura do modelo universitário a essas “novidades do pensamento” demonstra-se, então, fundamental. Afinal, “se continuarmos formando profissionais sem uma revisão curricular, que internalize conceitos de territórios, de Agroecologia e noções básicas de ciências sociais, teremos dificuldades para impulsionar o processo de desenvolvimento rural sustentável” (EMBRAPA, 2006). Para além da revisão curricular, remarcamos a necessidade da busca de um reconhecimento e credibilidade para os conhecimentos não-científicos, incluindo-os na pesquisa que persegue a transdisciplinaridade. Tal qual sugerem algumas das propostas explanadas neste trabalho (a POA, a ecologia dos saberes, a ideia da complexidade, a racionalidade ambiental), isto não implica no descrédito do conhecimento científico. Implica, conforme propõe Santos (2007) “simplesmente [na] sua utilização contra-hegemônica”. Ou, sob outra perspectiva, no que nos lembram Arce e Long (2000): os atores são capazes de estabelecer um espaço social e epistemológico para buscar seus próprios interesses, assim, desafiam as estratégias hegemônicas de supremacia de uma forma de conhecer e de construir o conhecimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivendo se aprende; mas o que se aprende, mais, é só a fazer outras maiores perguntas.

Guimarães Rosa

Na introdução deste estudo afirmamos que a Agroecologia vem ampliando seu espaço de atuação nos institutos de ensino e pesquisa no Brasil, o que se reafirmou no desenvolver deste trabalho. No entanto, demonstrou-se, também, que esta dinâmica não se dá sem a pressão exercida pelos mais diversos atores (dentre os quais incluímos os estudantes e agricultores dos quais essa pesquisa se aproximou). Por outro lado, não se pode ignorar, nesse contexto, a crescente força do “discurso verde” na sociedade contemporânea – o que certamente exerce influência neste processo.

Ainda assim, expõe-se, desde já, que não se concluiu que este movimento tenha amplos reflexos se observados em uma perspectiva macro. Ou seja: não minam os projetos hegemônicos de desenvolvimento rural, inclusive no que tange à produção do conhecimento e aos aparatos que a sustentam. No entanto, afirma a existência dos processos de contra-tendência implícitos nos chamados padrões “normais” ou “dominantes” de desenvolvimento (ARCE; LONG, 2000, p.17).

Deste modo, a Agroecologia se faz presente. E isto se demonstra não só nas atividades, políticas ou mesmo na quantidade de coletivos que trabalham com a temática. Ao observarmos os GAs e seus encontros, por exemplo, notamos que as nomenclaturas outrora diversificadas (agricultura ecológica, agricultura alternativa, agricultura orgânica) passaram a convergir para um único termo: Agroecologia. Entende-se, assim, que há de fato um acúmulo na concepção da temática e uma valorização e mútua-identificação a partir da terminologia e do que ela expressa. Um fator que pode ter colaborado neste sentido foi a inclusão, em muitas “visões acerca da Agroecologia”, da dimensão social na análise dos processos que envolvem a agricultura. A REGA e o ENGA são, de certa forma, ratificações desta simbólica escolha: o termo que representa a articulação nacional destes grupos é a Agroecologia.

Quando se fala, como acima, das “muitas visões”, ressalta-se o caráter polissêmico da Agroecologia – que se reflete nos projetos heterogêneos dos muitos atores sociais pesquisados. Ainda que grupos trabalhassem com um objetivo em comum (a promoção das propostas e práticas agroecológicas), cada ator social mobilizava diferentes arranjos de conhecimento e mesmo de desejos nesta arena. Ainda assim, nota-se que tanto a polissemia como a interdisciplinaridade (sobretudo se incluir a dimensão prática do saber, como

proposto) são características que permitem um diálogo com as propostas teóricas que sugerem a necessidade de uma postura sistêmica e emancipatória acerca da construção do conhecimento. É o caso, por exemplo, da ecologia dos saberes (SANTOS, 2005; 2007), aqui analisada com mais profundidade; mas, ainda, da ideia de comunicação em Freire (1983) ou da proposta de superação de uma racionalidade puramente econômica, como em Leff (2000, 2002).

Para que se chegasse a estas teorias como possibilidades para analisar os processos de construção do conhecimento e, em específico, de CCA, fez-se mister partir das provocações da POA, e, notadamente, da postura metodológica que ela propõe. De fato, só foi possível compreender um pouco melhor as dinâmicas da Agroecologia no Rio de Janeiro ao direcionar o olhar aos atores que as movimentavam, as inventavam, as transformavam – e, para além disso, às interfaces entre estes e seus mundos de vida.

O trabalho permitiu, também, reafirmar a r-existência da agricultura familiar na RMRJ e algumas especificidades da dinâmica urbano-rural nas trajetórias do desenvolvimento. Esta relação, inclusive, surge como um “potencializador” das (pluri)atividades de alguns agricultores rurais, por um lado; por outro, instiga a curiosidade e a proximidade de atores urbanos, o que desemboca em processos que retroalimentam essa dinâmica (tais quais: a procura por consumo direto, por produtos orgânicos, interesse na realidade rural, em saber “de onde vem meu alimento”...). Esta análise reitera as propostas de Ploeg (da resiliência camponesa) e do autor com colaboração de outros (como Long e Arce) quando afirmam a agência dos atores sociais. Lembramos, aqui, que não é só o pequeno agricultor que exercita sua agência frente à proposta homogeneizadora da agricultura moderna: esta pesquisa buscou demonstrar como atores de muitos “mundos de vida” se comportam, por vezes estrategicamente, no sentido de reproduzir ou modificar as estruturas dominantes.

Entendeu-se, assim, que os projetos e ideias que surgiam a partir destas interfaces (como as Feiras Agroecológicas, as Semanas de Agroecologia, as “ocupações” no espaço universitário) são micropolíticas forjadas por estes atores no interior da Universidade, que contribuem diretamente para o fomento das práticas agroecológicas e, portanto, da CCA. Mas não se pode isolar nesta arena apenas os estudantes e os agricultores: a malha desta rede se estende, e muitos outros atores têm importância crucial nesta construção. Destaca-se, por exemplo, as organizações muitas vezes mediadoras e incentivadoras destes processos de troca entre Universidade e agricultura familiar (em específico), e entre urbano e rural – para ilustrar, citamos a AS-PTA, a AARJ, a ABIO, o MPA.

Deduz-se, pois, que as situações de interface entre os GAs e os agricultores fomenta não só a CCA destes atores mencionados (numa relação de mão dupla), mas, através de suas intervenções e “ocupações” do espaço (dentro ou fora dos muros da Universidade), multiplicam os atores envolvidos na “arena agroecológica” (outros estudantes, funcionários, consumidores, gestores públicos, outros agricultores), “espalhando a semente agroecológica” e (re)complexificando os diálogos e disputas nessa arena.

Neste sentido, a Universidade aparece como um ator-instituição complexo, formado por uma heterogeneidade de atores. Ela surge nas arenas tanto personificada em seus atores-representantes (i.e. pró-reitor de extensão, secretarias e departamentos, subprefeituras, docentes...), que têm, eles mesmos, diferentes visões de mundo e carregam diferentes significados e prioridades para a arena de negociação. Por outro lado, a Universidade, enquanto instituição, arranjo simbólico e aparato de regras e normas já propõe e molda certos discursos, certas lógicas de argumentação; agindo como um ator simbólico nessas arenas, influenciando nos processos de mediação e de construção do conhecimento.

O desenvolvimento rural, demonstra-se, assim, como um processo multifacetado, com múltiplos atores e níveis (PLOEG *et al.*, 2000) que envolve, inclusive, atores com trajetória estritamente urbana. A POA propõe um arcabouço teórico-metodológico que, através de suas categorias e formas de olhar as relações sociais, permite observar como as interfaces entre os atores, miradas na microescala, tem influências nas configurações de meso e macro escala, tendo em vista a rede de inter-relações e confrontações que se forma (atuando no mesmo sentido ou em sentido contrário). Confirma, pois, a tese da heterogeneidade não só do rural, mas, de fato, dos muitos projetos de desenvolvimento que se conjugam no mundo. Pô-la em prática ratifica o fato de que, por mais que muitos atores estejam sob forte coerção e limitados por falta de recursos (aqui, em seu sentido amplo), eles não são – e nem devem ser vistos – como recipientes passivos ou vítimas não-reativas de mudanças ou projetos planejados por outrem (PLOEG; LONG, 2011).

Almeida (2003) sugeriu que “em relação à capacitação dos agentes agroecológicos, esta ainda se mostra deficiente de maneira geral”. Atribuiu esta deficiência, principalmente, à dificuldade de penetração da Agroecologia nos espaços acadêmicos mais consolidados. Ressaltou, deste modo, a importância da intensificação e da diversificação no que tange à capacitação dos agentes. Na análise a que se propôs este estudo, pode-se, a partir de outra perspectiva, dialogar com a proposição do autor. De fato, a Agroecologia nas Universidades está ainda, como propôs Jacob (2013) “entre vozes e silenciamentos”, ou, como delineamos neste estudo, entra a formalidade e a marginalidade. Afirmar este entre-lugar da Agroecologia

na Universidade implica na impossibilidade de afirmar que a presença dos GAs nas Universidades enseje em uma ruptura de paradigma ou, como se pretende, em uma transição paradigmática. No entanto, este estudo afirma que a existência desses “agentes agroecológicos” (e as redes que mobilizam) é notável e, por muitos, notada, o que faz com que eles gerem, no mínimo, uma “tensão paradigmática” frente aos processos que se pretendem homogeneizadores de construção do conhecimento.

REFERÊNCIAS

- ABA. **Construção do Conhecimento Agroecológico**. Brasília: Associação Brasileira de Agroecologia, 2009. 14 p.
- ABRAMOVAY, R. A rede, os nós, as teias – Tecnologias Alternativas na Agricultura. In: **Revista de Administração Pública**, n. 6, p. 159-177, nov./dez. 2000. Disponível em: <http://www.fea.usp.br/feaecon//media/fck/File/A_rede_os_nos.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2014.
- ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA - ANA. **Organizações avaliam Congresso Brasileiro de Agroecologia no encerramento**. 2013. Disponível em: <<http://www.agroecologia.org.br/index.php/noticias/noticias-para-o-boletim/597-organizacoes-avaliam-congresso-brasileiro-de-agroecologia-no-encerramento>>. Acesso em: 2 mar. 2014.
- ALEIXO, M.; CARVALHO, N.; SILVA, G. SOUZA, I. Feira Agroecológica da UFRJ: troca de sabores e saberes. In: XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais: Diversidades e (Des)Igualdades. Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011. Universidade Federal da Bahia (UFBA). **Anais...** Salvador, 2011.
- ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z.. (Org.). **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre, v. 1, p. 33-55, 1997.
- ALMEIDA, J. A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.24, n.2, p.499-520, 2003.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável**. Nordan-Comunidad. 1999. Disponível em: <<http://agroeco.org/wp-content/uploads/2010/10/Libro-Agroecologia.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2013.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- ALVAREZ, D. Introdução e Capítulo 2: Ensino, pesquisa e extensão: valor “sem dimensão”. In: _____. **Cimento não é concreto, tamborim não é pandeiro, pensamento não é dinheiro!** Para onde vai a produção acadêmica? Rio de Janeiro: Myrrha, 2004.
- ALVES, A. F. **Do desenho à implementação de projetos de desenvolvimento rural sustentável: interfaces e negociações no Projeto Vida na Roça (PR)**. 2008. 234 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES AUTÔNOMOS DA CIDADE E DO CAMPO - APAC. 2013. Disponível em: <<http://apac-cidade-campo.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 13 mar. 2014.

ARCE, A.; LONG, N. Reconfiguring modernity and development from an anthropological perspective. In: A. ARCE, & N. LONG. **Anthropology, Development and Modernities**. London: Routledg, 2000. p. 1-31.

ARCE, A.; LONG, N. Bridging two worlds: a ethnography of burocrat-pesant relations in western Mexico. IN: HOBART, M. **An anthropological critique of development**. The growth of ignorance. London: Routledge, 1993. p. 179-208.

ARRUDA, J. **Agricultura urbana na região metropolitana do Rio de Janeiro: sustentabilidade e repercussões na reprodução das famílias**. 2011. 197 f. Tese (Doutorado em Ciências, Área de Concentração em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Seropédica, 2011.

ASSIS, R. L. **Agricultura orgânica e agroecologia: questões conceituais e processo de conversão**. Seropédica: Embrapa Agrobiologia, 2005. 35 p. (Embrapa Agrobiologia. Documentos, 196).

AZEVEDO, R. S. R. **Mutirão de Agricultura Ecológica (MAE): uma experiência de comunicação na construção do conhecimento agroecológico**. 2013. 83f. Projeto Final (Pós-Graduação em Educação e contemporaneidade). Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Nova Friburgo, 2013.

AZEVEDO, R. *et al.* M.Ã.E. – Mutirão de Agricultura Ecológica: semeando a construção do conhecimento de base agroecológica na universidade. **Rev. Bras. De Agroecologia**, v. 4, n. 2, Nov. 2009.

BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: X Congresso Nacional de Educação - Educere. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba: 7 a 10 de novembro de 2011. **Anais...** Curitiba, 2011.

BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1994.

BELEI, R.A.; *et al.* O uso de entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa. **Cadernos de Educação**, Pelotas, v. 30, n. 1, p. 187-199, 2008.

BRANDENBURG, A. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. n. 6. p. 11-28.jul./dez. 2002. Editora UFPR. Disponível em: <<<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/made/article/view/22125>>>. Acesso em: 05 Abr. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portal do Departamento de Análise Geoambiental da Universidade Federal Fluminense**. 2014. Disponível em: <<http://www.uff.br/analisegeoambiental/graduacao/perguntas-e-respostas>>. Acesso em: 25 Mai. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Portal do Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**. 2012. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/institucional/planapo>>. Acesso em: 29 de março de 2014.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. Portal do MAPA. Regularização da Produção Orgânica. **Sistemas Participativos**. De acordo com: Art. 29 do Decreto Nº 6.323 de 2007. Disponível em:

<<http://www.agricultura.gov.br/portal/page/portal/Internet-MAPA/pagina-inicial/desenvolvimento-sustentavel/organicos/regularizacao-producao-organica/sistemas-participativos-rpo>>. Acesso em: 22 de abril de 2014.

BRASIL. **Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm>. Acesso em: 27 out. 2013.

BRUNORI G., *et al.* Co-producing transition: innovation processes in farms adhering to Solidarity-based Purchase Groups (GAS) in Tuscany, Italy. In: **International Journal of Sociology of Agriculture & Food**, 18(1), pp.28-53. 2010.

BULHÕES, F; DAL SOGLIO, F. A Agroecologia e a Perspectiva Orientada ao Ator na análise do processo de construção do conhecimento e da inovação. **Revista Brasileira De Agroecologia**/nov. 2009 Vol. 4 No. 2.

CAPES. **Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**. Relação de Cursos Recomendados e Reconhecidos. Atualizado em 17/11/2014. Disponível em: <<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarAreaAvaliacao#>>. Acesso em: 23 mai. 2014.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. Agroecologia como matriz disciplinar para um novo paradigma de desenvolvimento rural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 3., 2005, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: CBA, 2005.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. **Agroecologia como matriz disciplinar para um novo paradigma de desenvolvimento rural**. Brasília (DF). 2006. Disponível em: <<http://agroeco.org/socla/wp-content/uploads/2013/11/Agroecologia-Novo-Paradigma-02052006-ltima-Verso1.pdf>>. Acesso em: 24 de março de 2014.

CARDOSO, A. *et al.*. Estágio Interdisciplinar de Vivência e a Formação da Consciência Agroecológica. In: **Rev. Bras. De Agroecologia**. Vol. 4 No. 2. Nov. 2009.

CARNEIRO, M, *et al.* Mutirão de Agricultura Ecológica (MÃE/UFF): A Extensão e a Prática Agroecológica na Universidade. **Cadernos de Agroecologia**. Porto Alegre, Vol 8, No. 2, Nov 2013.

CARVALHO, L. **Feira Agroecológica da UFRJ: uma metamorfose dos sentidos ou um caleidoscópio de imaginações? por que não design?**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de produção) – Programa de Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

CASIMIRO, M. I. Uma residência para as ciências agrárias: saberes coletivos para um projeto camponês e universitário. In: MOLINA *et al.* (Org.). **Educação do campo e formação profissional**: a experiência do Programa Residência Agrária. Brasília: MDA, 2009.

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE. **Doutores 2010**: estudos da demografia da base técnico-científica brasileira. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010.

COELHO DE SOUZA, J. Z. Inter-relações entre Economia Solidária e Agroecologia. In: . **Revista Brasileira De Agroecologia/out.** 2007, Vol. 2 No. 2.

COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS CNPQ, CAPES, FINEP. **Nova tabela das áreas do conhecimento**: versão preliminar proposta para discussão. 2005. Disponível em: <http://memoria.cnpq.br/areasconhecimento/docs/cee-areas_do_conhecimento.pdf>. Acesso em: 3 de Jun. 2014.

COMISSÃO ORGANIZADORA DO I ENGA. **I Encontro Nacional De Grupos De Agroecologia**. 2012. Disponível em: <<<http://regabrasil.files.wordpress.com/2012/01/engainformescoengactba.pdf>>. Acesso em: 4 Jun. 2014.

CORCUFF, P. **As novas sociologias**. Construções da realidade social. Bauru-SP: EDUSC, 2001.

COTRIM, D. **O estudo da participação na interface dos atores na arena de construção do conhecimento agroecológico**. – Porto Alegre, 2013. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2013.

COTRIM, D. e DAL SOGLIO, F. K. Análise do processo de Construção do Conhecimento Agroecológico. In: VIII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural, 2010. Porto de Galinhas, **Anais...** Porto de Galinhas, 2010.

DALGAARD, T.; HUTCHINGS, N. J.; PORTER, J.R. Agroecology, scaling and interdisciplinarity. In: **Agriculture, Ecosystems and Environment**, Amsterdam, v.100, n.1, p. 39-51, 2003.

DELGADO, N. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, S. (Org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Rio Grande do Sul: UFGRS, 2001. p. 15-52.

DEMARCHI, L. Discutindo a agroecologia na universidade: grupo de extensão em agroecologia “Gira-Sol”. **Cadernos de Agroecologia**, vol 6, n. 2, p. 1-5, Dez 2011. Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/11391/7913>>. Acesso em 12 de dez. 2013.

DEPONTI, C. M. e ALMEIDA, J. Sobre o processo de mediação social nos projetos de desenvolvimento: uma reflexão teórica. In: Encontro da Rede de Estudos Rurais, III, 2008, Campina Grande. **Anais ...** Campina Grande, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFCG, 2008.

- DEPONTI, C. M. **Intervenção para o desenvolvimento rural**: o caso da extensão rural pública do Rio Grande do Sul. – Porto Alegre, 2010. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2011.
- DIAS, M. M. **As ONGs e a construção de alternativas para o desenvolvimento rural**: um estudo a partir da Assessoria a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA). Tese (Doutorado em Ciências Sociais), CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2004.
- DUPAS, G. **O mito do progresso**. São Paulo: Novos Estudos Cebrap 77, 2007.
- EMATER/RS. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v. 05, n. 03. Set-Dez. 2012.
- EMBRAPA. **Marco referencial em agroecologia**. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.
- FAGUNDES, V. ; FARGNOLI, A. A trajetória do movimento estudantil na construção da agroecologia. **Cadernos de Agroecologia**, vol 6, n. 2, p. 1-5, Dez 2011. Disponível em: <<https://regabrasil.files.wordpress.com/2012/01/a-trajetc3b3ria-do-movimento-estudantil-na-construc3a7c3a3o-da-agroecologia.pdf>>. Acesso em: 18 de outubro de 2013.
- FAIRCLOUGH. **Discurso e Mudança Social**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- FERNANDES, G. Uma Engrenagem Institucional Contraditória: A Confiabilidade Científica Em Xequê. **Revista Agriculturas**, experiências em agroecologia. Leisa Brasil.v.10, n. 1, p. 4-7, mar. 2013.
- FERREIRA, A. D. D. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.18. p.28-46, abril 2002.
- FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus-AM, maio de 2012. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>>. Acesso em: 24 de maio de 2014.
- FRADE, C. O. **A Construção de um Espaço para Pensar e Praticar a Agroecologia na UFRRJ e seus Arredores**. 2000. 170f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 2000.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e terra, 1983.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2006. (Coleção Leitura).
- GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GONZÁLEZ DE MOLINA, M. Algunas notas sobre Agroecología y Política. In: **Revista Agroecología**, Murcia, Universidad de Murcia, v. 6, p. 9-21, 2012.

GONZALEZ DE MOLINA, M. Las experiências agroecológicas y su incidência en el desarrollo rural sostenible. La necesidad de una agroecológica política. In: SAUER, S.; BALESTRO, M. V. (Org.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. Expressão Popular. São Paulo, 2009.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolíticas**: cartografias do desejo. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

GUIVANT, J. S. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília: Embrapa, v. 14, n. 3, p. 411-448, set./dez. 1997.

HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

HETCH, S. B. La evolución del pensamiento agroecológico. In: ALTIERI, M. **Agroecologia**: Bases científicas para una agricultura sustentable. Nordan-Comunidad. 1999. Disponível em: <<http://agroeco.org/wp-content/uploads/2010/10/Libro-Agroecologia.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. INEP. **Censo da educação superior**: 2011 (resumo técnico). Brasília, 2013.

JACOB, L. B. As concepções de estudantes e professores da ESALQ/USP sobre a abordagem da relação agricultura familiar - sustentabilidade no currículo da Engenharia Agrônômica. **Revista Educação Agrícola Superior**, ABEAS, v. 21, n. 02, jul./dez. 2006.

JACOB, L. B. Projetos em disputa na educação superior: a Agroecologia na Engenharia Agrônômica. In: VIII Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural, 2010, Porto de Galinhas. **Anais...** Porto de Galinhas, 2010.

JACOB, L. B. **Agroecologia e Universidade**: entre vozes e silenciamentos. Tese (Doutorado em Ciências – Ecologia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2011.

JACOB, L. B. **Universidade, entre agroecologia e agronegócio**. Outras palavras: comunicação compartilhada e pós-capitalismo. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/posts/universidade-entre-agroecologia-e-agronegocio/>>. 22 nov. 2013. Acesso em: 23 dez. 2013.

LADEIRA, I. Grupo de Agroecologia e Agricultura Orgânica: Formação diferenciada de estudantes Universitários. **Cadernos de Agroecologia**, v.6, n. 2, p 1-5, Dez 2011. Disponível em: <http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/11601>. Acesso em: 14 jan. 2014.

LADEIRA, I. *et al.* Mutirão Ciranda: “contribuindo na consolidação da agroecologia fora das salas de aula”. **Cadernos de Agroecologia**, v. 8, n. 2, Nov 2013. Disponível em: <http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/14223/9010>. Acesso em: 28 maio 2014.

LEFF, E. Complexidade, Interdisciplinaridade e Saber Ambiental. In: PHILIPPI Jr., A.; TUCCI, C. E. M.; HOGAN, D. J.; NAVEGANTES, R (Orgs.). **Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais**. São Paulo: Signus, 2000.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.1,p. 36-51, jan./mar. 2002.

LONG, N.; LONG, A. **Battlefields of knowledge**: the interlocking of theory and practice in social research and development. London and New York: Routledge, 1992.

LONG, N. **Sociologia del Desarrollo**: una perspectiva centrada en el actor. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, 2007.

LONG, N. **The multiple optique of interface analysis**. UNESCO: Background Paper on Interface Analysis, Out. 1999.

LONG, N. and LIU, J. The Centrality of Actors and Interfaces in the Understanding of New Ruralities: A Chinese Case Study. **Journal of Current Chinese Affairs**, v. 38, n. 4, p. 63-84, 2009.

LONG, N.; PLOEG, J. D. V. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Orgs.). **Os atores do desenvolvimento rural**: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 21-48.

LUZZI, N. **O debate agroecológico no Brasil** : uma construção a partir de diferentes atores sociais. 2007. 182f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MACHADO, F. S. O rural perimetropolitano nas mudanças espaciais da Região Metropolitana Do Rio De Janeiro. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 14., 2013, Lima. **Anales ...** Perú, 2013.

MARTINS, L. M. **Ensino-pesquisa-extensão como fundamento metodológico da construção do conhecimento na universidade**. Oficina de Estudos Pedagógicos, São Paulo: UNESP, 2007. Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/oep/>>. Acesso em: 21 jan. 2014.

MAUAD, A. M. Fotografia e história: possibilidades de análise. In: CIAVATTA, M.; ALVES, N. (Orgs.). **A leitura de imagens na pesquisa social**: história, comunicação e educação. São Paulo: Cortez; 2004.

MEDEIROS, M; MARQUES, F.C. Dois mundos, duas linguagens: os processos de mediação social e a diversidade de conhecimentos na construção de projetos para o desenvolvimento rural. **R. Inter. Interdisc. INTERthesis**, Florianópolis, v.9, n.1, p.243-259, Jan./Jul. 2012.

MENEZES, M. A. e MALAGODI, E. Os camponeses como atores sociais: a perspectiva da autonomia e resistência. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Orgs.). **Os atores do desenvolvimento rural**: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 12-28.

MORAES, R. Universidade hoje: Ensino, pesquisa, extensão. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 63, Ago. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173301998000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 fev. 2014.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.

MORIN, E. **La voie**: Les réformes pour le XXIe siècle. 2010. Disponível em: <<http://dialoguesenhumanite.org/331-la-voie-edgar-morin>>. Acesso em: 13 jan. 2013.

NOVAES, H. **A relação universidade-movimentos sociais na América Latina**: habitação popular, agroecologia e fábricas recuperadas. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual De Campinas, Campinas, 2010.

OLIVEIRA, C. A. C. *et al.*. Relato da vivência: Agroecologia no Sítio Rosa Verde. **Cadernos de Agroecologia**, v. 6, n. 2, p.1-5, Dez 2011. Disponível em: <http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/12615/7657>. Acesso em: 12 jan. 2014.

OLIVEIRA, L. A. *et al.*. Histórico e impacto do grupo MUDA na Engenharia Ambiental da UFRJ. **Cadernos de Agroecologia**, v.8, n. 2, p.1-5, Nov 2013. Disponível em: <http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/15235/9405>. Acesso em: 13 dez. 2013.

OTTMANN, G.; SEVILLA-GUZMÁN, E.; GONZALEZ DE MOLINA, M. Los marcos conceptuales de la Agroecología. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE AGROECOLOGIA: UMA ESTRATÉGIA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR, 1., 2003. **Anais...** Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2003.

PAULINO, E. T.; ALMEIDA, R. A. Permanência e recriação do campesinato: o desafio do século XXI. In: PAULINO, E. T.; ALMEIDA, R. A. **Terra e Território**: A Questão Camponesa no Capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 55-61.

PEIXOTO, M.; OLIVEIRA, C. Impressões das famílias agricultoras participantes da feira agroecológica da UFRJ e avaliações sobre esta construção. **Cadernos de agroecologia**, v.6, n. 2, Dez 2011. Disponível em: <http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/11955>. Acesso em: 21 fev. 2014.

PETERSEN, P.; DAL SOGLIO, F.; CAPORAL, F. Construção de uma ciência a serviço do campesinato. In: PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 85-104.

PINHEIRO, D.; TEIXEIRA, G.; SOARES, V. **Plantando a semente**: trajetórias e rumos da agroecologia numa universidade carioca. 2010. Disponível em:

<<http://www.agroecologiaemrede.org.br/experiencias.php?experiencia=837>>. Acesso em: 23 set. 2013.

PLATAFORMA DA VIA CAMPESINA. Programas estruturantes de curto prazo. **Observatorio Social de América Latina**, n. 9, Out. 2008, Buenos Aires: CLACSO, 2008.

PLOEG, J. D. V. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PLOEG, J.D *et al.* Rural Development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, Holanda, v.40, n.4, p. 39-408, out. 2000. Disponível em : <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/ipode_40.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2014.

RAYNAUT, C. Meio ambiente e desenvolvimento: construindo um novo campo do saber a partir da perspectiva interdisciplinar. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 10, n.1, ago. 2005. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/view/3089/2470>>. Acesso em: 07 maio2014.

Rede de Grupos de Agroecologia (REGA). Site eletrônico da **Rede de Grupos de Agroecologia**. Disponível em: <<http://regabrasil.wordpress.com>>. Acesso em: 12 dez.

REZENDE, A. P. C. **Desenvolvimento Sustentável como marca da racionalidade econômica no curso de Engenharia Florestal da ESALQ/USP**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Florestal) - Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2012.

RIBEIRO, A. **Histórico dos Estágios Interdisciplinares de Vivência**. 2012. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/105108071/Historico-dos-Estagios-Interdisciplinares-de-Vivencia>>. Acesso em: 29 maio 2014.

ROCHA, D.; DAHER, D.C.; SANT'ANNA, V.L.A. A entrevista em situação de pesquisa acadêmica: reflexões numa perspectiva discursiva. **Revista Polifonia 8**, Cuiabá: EdUFMT, p. 161-180, 2004.

ROMÃO, M. M. Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS), uma tecnologia social para construção da segurança alimentar. In: MORAIS, L.; BORGES, A. (Org.). **Novos paradigmas de produção e consumo: experiências inovadoras**. São Paulo: Instituto Pólis, 2010.

ROSA, M. Espaço de estudo é incendiado na UFRJ. **Olhar Vitral**, n. 229, 19 ago. 2010.

SABOURIN, E. Aprendizagem coletiva e construção social do saber local: o caso da inovação na Agricultura Familiar da Paraíba. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.16, p. 37-61, abr. 2001.

SABOURIN, E. L'entraide rurale, entre échange et réciprocité. **Revue du MAUSS**, Paris, v.2, n.30, p.198-217, 2007. Disponível em: www.cairn.info/revue-du-mauss-2007-2-page-198.htm. Acesso em: 2 jun. 2014.

- SAGNORI, M. *et al.*. Capim-Limão: Incluindo a Experimentação Agroecológica e Permacultural no Ambiente Universitário - RJ. **Revista Brasileira De Agroecologia**, v. 4, n.2, p.1-5, nov. 2009.
- SANTOS, A. S.; CURADO, F. F. **Perspectivas para pesquisa agroecológica**: diálogo de saberes. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2012. Disponível em <http://www.cpatc.embrapa.br/publicacoes_2012/doc_172.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2014.
- SANTOS, B. S. **Fórum Social Mundial**: manual de uso. Madisson, Dezembro de 2004. Disponível em: <<http://www.boaventuradesousasantos.pt/documentos/fsm.pdf>>. Acesso em: 28 de março de 2014.
- SANTOS, B. S. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. **Educação, Sociedade e Culturas**, Porto, n. 23, p.137-202, 2005.
- SANTOS, B. S. **Para além do pensamento abissal**: das linhas globais a uma ecologia de saberes. Novos estudos CEBRAP, São Paulo, n.79, Nov. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01013300200700030000&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 04 Fev. 2014.
- SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- SARDAN, J. Popular Knowledge And Scientific And Technical Knowledge. In: SARDAN, J. **Anthropology And Development**: Understanding Contemporary Social Change. London: Zed Books, 2005.
- SAUER, S. **Lobby ruralista**: dinheiro público para o agronegócio. Le Monde Diplomatique Brasil, 01 de abril de 2010. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=654>>. 2010. Acesso em: 22 jan. 2014.
- SCHWARTZMAN, S. **O ensino superior no Brasi**: 1998. Série Documental, textos para Discussão. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1999.
- SCHMITT, C. J. Economia solidária e agroecologia: convergências e desafios na construção de modos de vida sustentáveis. **Boletim mercado de trabalho**, Rio de Janeiro, n. 42, fev. 2010.
- SCHMITT, C. J. Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. **Sociologias**, Porto Alegre, v.13, n. 27, maio-ago 2011.
- SERRANO, R. M. **Conceitos de extensão universitária**: um diálogo com Paulo Freire. 2014. Disponível em: file:///Users/M/Downloads/conceitos_de_extensao_universitaria.pdf. Acesso em: 23 jan. 2014.
- SEVILLA-GUZMÁN, E. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. In: AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. **Agroecologia**: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília, DF : Embrapa Informação Tecnológica, 2005. p. 101-132.

SIMONI, J. C. O processo de construção da política nacional de agroecologia e produção orgânica (PNAPO): diálogos e disputas no caminho da transição. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 14., 2013, Lima. **Anais...** Lima, 2013.

STRAUCH, G.; MENDONÇA, M. M.; ROSA, M. C. Desvelando a agricultura familiar da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. **Revista Agriculturas**, v. 9, n. 2, p. 29-34, set.2012.

TOLEDO, V. M. Utopía y Naturaleza. El nuevo movimiento ecológico de los campesinos e indígenas de América Latina. **Nueva Sociedad**, n. 122, p. 72-85, nov./dez. 1992.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ). **Anais do 7º Congresso de Extensão da UFRJ**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Pró-Reitoria de Extensão. Rio de Janeiro, 2010.

VEDANA, V. Fazer a feira e ser feirante: a construção cotidiana do trabalho em mercados de rua no contexto urbano. **Horizonte antropológico**, Porto Alegre, v. 19, n.39, p. 41-68, jun. 2013. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010471832013000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 fev. 2014.

VIOLA, E. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, n. 3, 1987.

FAGUNDES, A. V. W. ; FARGNOLI, C. A. A trajetória do movimento estudantil na construção da agroecologia. **Cadernos de Agroecologia**, vol 6, n. 2, p. 1-5, dez. 2011.

WEZEL, A. *et al.* Agroecology as a science, a movement and a practice: a review. **Agronomy for Sustainable Development**, n.29, p. 503–515, 2009.

YIN, R.K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista com os participantes dos GAs

SOBRE O GRUPO

Informações gerais

- 1) Nome do grupo de Agroecologia/Universidade/ano de criação.
- 2) Fale um pouco sobre o processo (motivações, contexto) de criação do grupo (o que entenderem ser relevante, muito pode ser encontrado nos relatos já registrados em anais de eventos, sites de agroecologia ou espaços virtuais dos próprios grupos).
- 3) Fale um pouco sobre a sua entrada no grupo (que interesses te motivaram, como se dá sua participação...)
- 3) Por que Agroecologia...? (O que entende por Agroecologia)?

Organização e atividades

- 1) Como se organiza o Grupo, a escolha e execução de suas atividades...?
- 2) Quais consideram ser as principais ações/atividades promovidas pelo grupo?
- 3) Dentre estas, relate as atividades (se houver) que envolvam participação, colaboração, troca, vivência com agricultores ecológicos.
- 4) Qual a importância destas atividades (relacionadas com os agricultores) para
 - o Grupo?
 - Os alunos e a comunidade acadêmica?
 - Para a estrutura da Universidade?
 - E para os agricultores e para a organização da produção agrícola/unidade familiar e para a reprodução social destes?
- 5) Há apoio da estrutura universitária para o desenvolvimento destas atividades? Como pensa que a pro-reitoria de extensão (por ex.) vê o grupo e suas realizações?
- 6) Quais são os principais obstáculos que o grupo encontra para a realização destas atividades?
- 7) Há outros espaços/grupos na Universidade que permitem/incentivam este tipo de contato/troca?

SIM:

A) Quais?

Como se dá essa troca? Que pontos em comum e divergentes podem identificar entre estas práticas e as práticas do Grupos de Agroecologia?

NÃO:

A) O que pensa que dificulta/impede o desenvolvimento destes espaços?

CONHECIMENTO

- 1) Nos casos das “interações” com agricultores, que aprendizagem constroem aí? Como se dá essa aprendizagem?
- 2) Onde (ou como) você diria que mais aprende agroecologia?
- 3) Como entende, vê, difere (caso assim for) conhecimento leigo/do senso comum, de conhecimento técnico-científico/especializado?

- 4) Na sua opinião, que contribuições as “interações” com os agricultores aportam para a construção do conhecimento? Este conhecimento é científico?

EXTENSÃO

- 1) Qual é, na sua opinião, o papel da extensão universitária?
- 2) Como entendem que aqui “cumprem” este papel?
- 3) Qual a influência, se houver, da participação neste grupo na sua trajetória acadêmica? E na sua formação profissional?

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com os agricultores

- 1) Em que município mora e trabalha?
- 2) O que produz? Como produz?
- 3) Sempre trabalhou com agricultura?
- 4) Por que a escolha pela produção de base ecológica?
- 5) Sempre trabalhou com produção de base ecológica? Trabalha exclusivamente com ela (agricultura e agricultura ecológica)?
- 6) Quais são os desafios/dificuldades e os benefícios/potencialidades da agricultura de base ecológica?
- 7) Como iniciou o contato com a universidade, com os estudantes, com os GAs?
- 8) Qual é, na sua opinião, a importância deste relacionamento entre o agricultor e a universidade, o agricultor e os estudantes?
- 9) Este relacionamento trouxe mudanças na sua prática? Na sua visão de mundo? No seu cotidiano?
- 10) Que tipo de atividade desenvolve/participa com relação com a universidade/estudantes (feiras, vivências, palestras, mutirões...)?

Se feirante:

- 1) O que comercializa?
- 2) Como organiza as feiras?
- 3) Faz feira somente na universidade ou em outros locais também?
- 4) Quais são os principais obstáculos das feiras nas universidades? E os principais benefícios?
- 5) As feiras nas universidades são diferentes das outras feiras? Por que?

Vivências:

- 1) Desde quando promove vivências nas suas propriedades?
- 2) Por que e como começou essa experiência?
- 3) Como estrutura uma vivência?
- 4) O que você apresenta/discute com aqueles que você recebe?
- 5) O que “fica” para você dessa experiência? E para as pessoas que fazem as vivências?

ANEXO A – Folheto: Onde está a agricultura familiar da RMRJ?

ONDE ESTÁ A AGRICULTURA FAMILIAR DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO? ELA SOBREVIVE, RESISTE E APARECE

CONQUISTAS DA RESISTÊNCIA:
Rio de Janeiro
- 1º DAP no Município para uma Mulher Agricultora
- 1º Quintal Certificado Orgânico

PLANOS DIRETORES
Nova Iguaçu: resiliência dos agricultores rurais
Rio de Janeiro: 100% urbano

MAgé:
Projeto Habitacional do governo Federal resiliará em 8 mil novos moradores no distrito agrícola. Qual será o impacto?

Realengo:
Especialização Imobiliária Condomínios de Lixo disputam terras produtivas com a Agricultura Familiar.

Patrocinio:

Rio de Janeiro:
- Alcri
- Agrorargem
- Agricultores do Mendama
- Feira Agroecológica da Freguesia
- Feira Orgânica de Campo Grande
- Feira Agroecológica da UFRJ

NOVA IGUAÇU:
Feira da Rota de Nova Iguaçu
MINITERBE – Cooperativa de Agricultores Familiares de Produtos Orgânicos
Associação dos Camponeses de Marapicú

GUARATUBA:
ARÇUJO – Associação dos Produtores Rurais, Artesãos e Amigos da Microbacia do Fogo

MAgé:
COOPAGE – Cooperativa de Pequenos Produtores Rurais e Agricultores Familiares no Município de Magé
Organicos de Magé (Grupo de Agricultores com Produção Orgânica)
Feira da Agricultura Familiar de Fribela

"FEIRAS E ORGANIZAÇÕES DE AGRICULTORES"

A REGIÃO PRODUZ:
Alpim, queijo, banana, café, hortaliças, palmito, ovo, mel, artesanato, doces e compotas, caseiras, etc.

Alimentos
SAUBEREMOS NOS Mercados Locais

AS.PTA
Associação Paulista e Agrícola

PETROBRAS
PROGRAMA DE CIDADANIA

PETROBRAS

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA